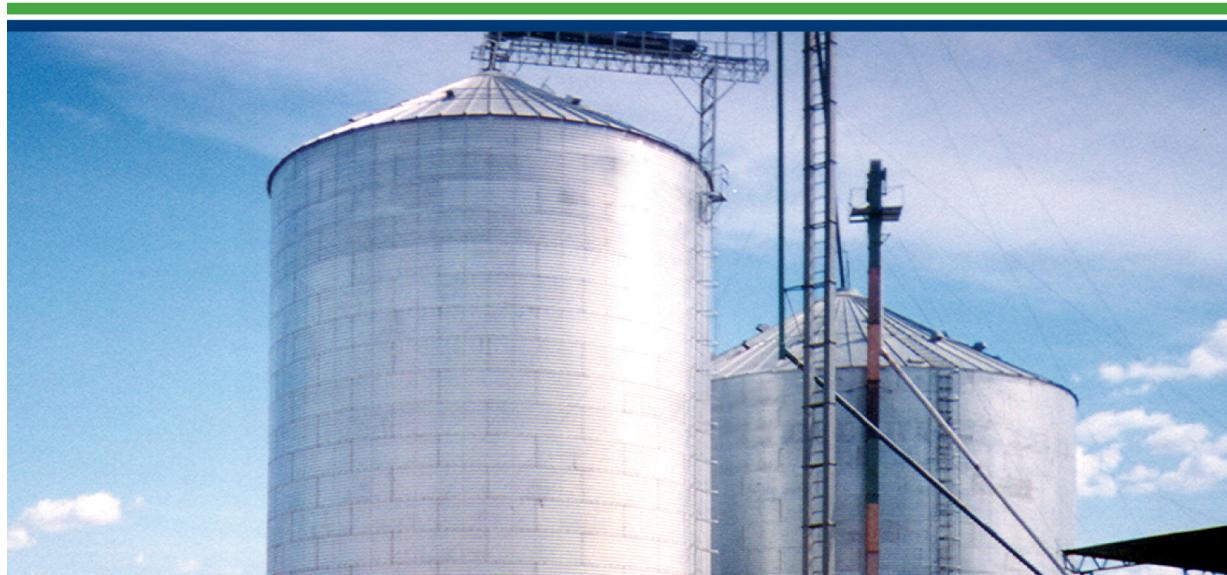




Relatório de Gestão do Exercício de 2011

**Superintendência Regional da Paraíba -
SUREG/PB**



João Pessoa, 2012

Prestação de Contas Ordinária Anual

Relatório de Gestão do Exercício de 2011 Superintendência Regional da Paraíba

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, da DN 108/2010, da Portaria TCU n.º 123/2011 e das orientações da Controladoria-Geral da União contidas na NE n.º 03/2010, aprovadas pela Portaria CGU n.º 2.546/2010.

João Pessoa-PB, 16/04/2012

Sumário

Item:	Página:
Sumário.	3
Abreviações e Siglas.	6
Apresentação	6
1- Informações Básicas	9
1.1 -Informações Sobre a UJ	9
1.1.2 Estrutura Organizacional	11
1.1.3 - Estrutura de Governança Corporativa	12
1.1.4 - Principais Responsáveis	13
1.2 -Análise do Planejamento Estratégico e Principais Macroprocessos	18
1.2.1 - Planejamento Estratégico	18
1.2.2 - Breve Análise dos Principais Macroprocessos	21
2 - Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão	28
2.1 - Análise sobre o Ambiente de Gestão	28
2.2 - Análise sobre o Ambiente de Negócios	30
3 – Sustentação de Renda	31
3.1 – Instrumentos para Sustentação de Renda	31
3.2 – Intervenções Governamentais	34
3.2.1 – Formação de Estoques Públicos	34
3.2.1.1 – Programa de Aquisição de Alimentos	34
4 – Promoção do Abastecimento	37
4.1 – Atuação da Companhia	37
4.2.3 – Vendas em Balcão	39
5 – Articulação e Organização do Abastecimento	41
5.1 – Prohort	41
5.2 – REFAP	44
6 – Prestação de Serviços	46
6.1 – Serviço de Armazenagem de Produtos de Terceiros	46
6.2 – Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros	46
6.3 – Demonstrativo de Resultado da Armazenagem	47
Item:	Página:
7 – Administração dde Estoques Públicos	48
7.1 – Rede Armazenadora Própria	48
7.1.1 – Posição dos Estoques	48

Item:	Página:
7.1.1.2 – Serviços de Manutenção	49
7.1.2 – Rede Armazenadora Cadastrada	51
7.1.4 – Capacitação de Mão de Obra do Setor Armazenador	55
7.2 – Fiscalização dos Estoques Públicos	55
7.2.1 – Quadro de Fiscais	55
7.2.2 – Fiscalização dos Estoques Públicos	56
7.2.2.5 – Avaliação Geral dos Armazéns	56
7.2.3 – Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda	56
7.2.4 – Serviços de Cobrança	57
7.3 – Remoção de Produtos	57
8 – Gestão Tecnológica	57
8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação	57
9 – Gestão Estratégica	57
10 – Geração e Difusão de Informações	57
10.1 – Levantamento de Safras	58
10.2 – Projetos Geosafras e SigaBrasil	58
11 – Gestão de Pessoas	61
11.1 – Distribuição de Empregados	61
11.2 – Comunicação Interna	61
11.3 – Melhoria no Clima Organizacional	62
11.4 – Ações de Capacitação	62
11.5 – Composição e Custo de Pessoal	64
11.5.1 – Admissões, Demissões e Transferências	68
11.5.2 – Perspectivas de Aposentadoria	68
11.5.3 – Recomposição do Quadro de Pessoal	68
11.5.4 – Quadro de Pessoal Inativo ou Pensionista	68
11.5.5 – Quadro de Estagiários	69
11.5.6 – Custo de Pessoal	69
11.5.7 – Mão de Obra Terceirizada	71
12 – Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil.	72
12.1 – Análise Orçamentária	72
12.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar	89
12.2.1 – Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	89
12.5 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei nº 6.404/76	90
12.6 - Composição dos Investimentos da Empresa	107

Item:	Página:
12.7 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário	109
12.8 – Parecer da Auditoria Independente	112
13 – Governança e Controles	115
13.1 – Informações sobre Controle Interno	115
13.2 – Providências Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo	116
13.2.2 – CGU	116
13.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna	126

Abreviações e Siglas.

AGF – Aquisições do Governo Federal.
CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar.
CEASA - Centrais de Abastecimento do Ceará S/A.
CEF - Caixa Econômica Federal.
CFP – Companhia de Financiamento da Produção.
CONSAD - Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local.
Conab – Companhia Nacional de Abastecimento
CPR – Cédula de Produto Rural.
DERAL - Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná.
DOU – Diário Oficial da União.
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações.
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.
GEFOP – Gerência da Folha de Pagamento da Conab.
GPS – Sigla de “Global Positioning System”, ou, Sistema de Posicionamento Global.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IMNET - Instituto Nacional de Meteorologia.
IAPAR - Instituto Agronômico do Paraná.
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
LOA - Lei Orçamentária Anual.
MI – Ministério da Infraestrutura.
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social.
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
OAN/MDA – Ouvidor Agrário Nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.
PEP – Programa de Escoamento de Produto.
PEPRO - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor.
PGPAF – Preço de Referência para a Agricultura Familiar.
PGPM – Política Geral de Preços Mínimos.
PROHORT – Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro.
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
PROP – Prêmio de Risco de Opção Privada.
PPA – Plano Plurianual.
REFAP – Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos.
SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
SFA-PB - Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Paraíba.
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais.
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria.
SIGA Brasil - O SIGA BRASIL é um sistema de informações que permite a qualquer indivíduo, por meio da Internet, acesso amplo e facilitado a diversas bases de dados sobre planos e orçamentos públicos federais.
SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento.
SIMEPAR - Entidade de direito privado e interesse público que sucedeu o Sistema Meteorológico do Paraná.

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal.

SIPAG - Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários.

SIPLAN - Sistema de Planejamento e Execução Orçamentária.

SUREH – Superintendência de Recursos Humanos da Conab.

SUREG – Superintendência Regional.

TCU - Tribunal de Contas da União.

VEP – Valor de Escoamento de Produto.

UFPR – Universidade Federal do Paraná.

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

UJ – Unidade Jurisdicionada.

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas.

Apresentação

O Relatório de Gestão da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no Estado da Paraíba (SUREG-PB), relativo ao exercício de 2011, foi elaborado de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa TCU nº. 63 de 01 de setembro de 2010, na Decisão Normativa nº 108 de 24 de Novembro de 2011 – na portaria TCU nº. 123, de 12 de Maio de 2011.

Tomando-se por base a Parte D – Unidades Jurisdicionadas com Relatórios de Gestão Customizados. Não foram atendidos os itens 3.2.1.1, 3.2.1.2, 3.2.2, 3.2.2.1, 3.2.2.2, 4.2, 4.2.1, 4.2.2, 4.2.4, 7.1.3, 7.2.2.1, 7.2.2.2, 7.2.2.3, 7.2.2.4, 7.2.2.5, 7.2.2.6, 7.2.4.1, 7.2.4.2, 7.3.1, 7.3.2, 7.3.3, 13.2.1 por não terem sido registradas ocorrências durante o exercício e também o item 1.1.2, por dispensa. Os Itens 3.3, 4.3, 5.3, 6.4, 7.4, referentes aos indicadores de desempenho ainda estão em análise pelas áreas da Matriz e se aprovados deverão entrar em fase de testes de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos as regionais.

O Plano Plurianual - PPA e a Lei de Responsabilidade Fiscal direcionam claramente o foco da gestão pública para a qualidade e transparência na utilização dos recursos públicos. Assim, apresentamos neste Relatório a atuação da Sureg/PB , segundo esses preceitos, e de acordo com as Ações executadas por esta Regional no âmbito dos Programas do Governo Federal.

As atividades desenvolvidas estão inseridas nas diversas Ações que compõem os programas de governo inscritos no PPA, havendo atividades que foram realizadas, também, sob a forma de descentralização orçamentárias/financeiras, em atendimento a Termos de Cooperação celebrados pela Conab com outros órgãos públicos detentores das ações orçamentárias.

As ações finalísticas, ou seja, aquelas diretamente vinculadas à missão institucional, compõem o Programa Abastecimento Agroalimentar visando, entre outros objetivos, ao aumento e diversificação da produção agrícola e a formação de estoques públicos, com vistas à regularidade do abastecimento interno e à segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

As demais ações, inseridas no Programa acima mencionado, são de cunho administrativo e foram desenvolvidas de acordo com a legislação e acordos que regem a relação entre a Empresa e os empregados.

As Ações Orçamentárias: Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados e Contribuição à Previdência Privada não constam neste Relatório, pois, a execução orçamentária são realizadas pela Matriz (UG 135100), em Brasília, por meio da folha de pagamentos.

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008-2011 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou convênios firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o

Planejamento Estratégico da Companhia, cujo desenvolvimento das Ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

Este Relatório procura enfocar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, no âmbito da Sureg-PB, para cumprir sua missão institucional que é **“contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”**.

Valdizete Aragão de Almeida
Superintendente Regional da Paraíba
Superintendente

1 – Informações Básicas

1.1 – Informações Gerais sobre a UJ

1.1.1- Identificação da Unidade Jurisdicionada

Identificação da Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa:	Companhia Nacional de Abastecimento - Sureg/PB
Denominação Abreviada:	Conab - SUREG-PB
CNPJ	26.461.699/0388-20
Código SIORG:	87199
Código LOA	-
Código SIAFI:	22211
Situação:	Ativa
Natureza jurídica:	Empresa Pública
Principal Atividade:	Administração Pública em Geral
Código CNAE:	84.11-6-00
Telefone e Fax:	(83) 3242-6566
Endereço Eletrônico:	pb.sureg@Conab.gov.br
Página da Internet:	http://www.Conab.gov.br
Endereço Postal:	R. Cel. Estevão Dávila Lins, s/nr. - Cruz das Armas João Pessoa - PB CEP: 58.085-010

Poder e Órgão de Vinculação

Poder:	Executivo
Órgão de Vinculação:	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
Código SIORG:	00014
Órgão de Vinculação	Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
Código SIORG:	2114

A Superintendência Regional de Paraíba – Sureg/PB é parte integrante da estrutura organizacional da Conab, tendo sido criada pela Ata da Octuagésima Oitava Reunião Extraordinária da Diretoria da Colegiada da Conab, de 25 de fevereiro de 2000, e alterada em seu endereço pela Ata da Septuagésima Quarta Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada da Companhia

Nacional de Abastecimento – Conab, de 09 de fevereiro de 2007, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Art. 15, Inciso VIII, do Estatuto Social e considerando os Arts. 11, §1º. e 18 do Estatuto Social e os Art. 52 a 70 do Regimento Interno da Companhia. Suas atividades tiveram inicio em 25 de fevereiro de 2000.

Quadro I

Subórgão	UG	Unidades Gestoras Utilizadas no SIAFI	UF	Função	Situação
2241	135476	Conab Sede – SUREG PB	PB	Executora	ON LINE
2241	135288	UA – João Pessoa	PB	Executora	OFF LINE
2241	135289	UA – Campina Grande	PB	Executora	OFF LINE
2241	135607	UA - Patos	PB	Executora	OFF LINE
2241	135608	UA – Monteiro	PB	Executora	OFF LINE
2234	135464	Mercado de Opções – PB	PB	Executora	OFF LINE

Subórgão	UG	Unidades Gestoras Utilizadas no SIAFI	UF	Função	Situação
2227	135300	Estoque Estratégico – PB	PB	Executora	OFF LINE
2228	135301	Núcleo Estoque Regulador/PB – PGPM	PB	Executora	OFF LINE
2242	135602	Unidade Conab PAA – PB	PB	Executora	OFF LINE

Fonte: SIAFI

Quadro II

Código SIAFI	Nome
22211	Companhia Nacional de Abastecimento Conab

Fonte: SIAFI

Quadro III

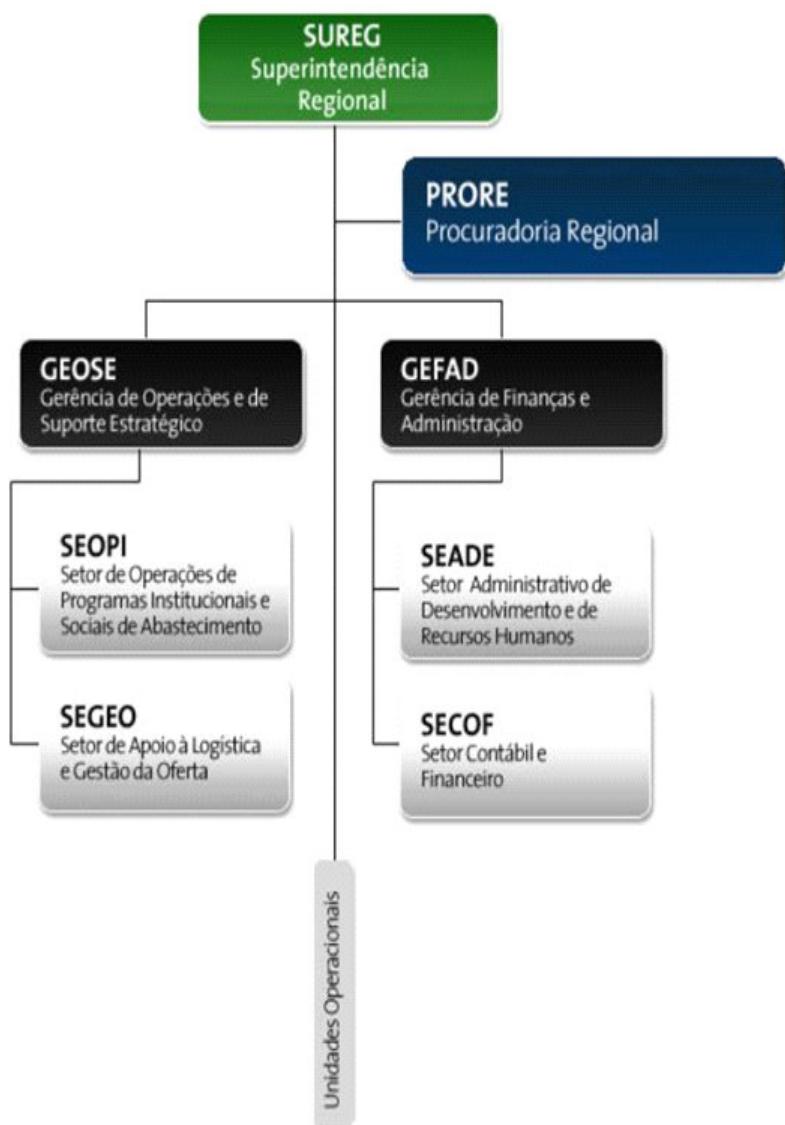
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135288	22211
135289	22211
135300	22211
135301	22211
135464	22211
135476	22211
135602	22211
135607	22211
135608	22211

Fonte: SIAFI

1.1.2 – Estrutura Organizacional

A Sureg/PB é composta por um Superintendente com dois órgãos de *staff*, um Assistente e uma Procuradoria Jurídica - PRORE, e dois órgãos de linha: a GEOSE – Gerência de Operações e Suporte Estratégico e a Gefad – Gerência de Finanças e Administração. Subordinadas hierarquicamente ao Superintendente estão também quatro Unidades Operacionais – UA JOÃO PESSOA, UA CAMPINA GRANDE, UA PATOS e UA MONTEIRO. As gerências se subdividem em dois Setores, na área administrativa, contamos com o Seade – Setor Administrativo de Desenvolvimento e de Recursos Humanos (englobando a Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro Oficial) e SECOF – Setor Contábil Financeiro; a área de operações conta com dois setores, o Setor de Operações e de Programas Institucionais de Abastecimento – SEOPI e o Setor de Logística e Gestão da Oferta – SEGEO. Segue Abaixo o organograma da Superintendência:

Figura I – Organograma Superintendência Regional da Paraíba



1.1.3 – Estrutura de Governança Corporativa

Superintendência Regional da Paraíba

Valdizete Aragão de Almeida

Superintendente

Telma Fernandes Vilar

Gerência de Finanças e Administração

Otto José de Carvalho

Gerência de Operações e de Suporte Estratégico

Gustavo Guimarães Lima

Procuradoria Regional

Elaboração:

Arlindo Coelho Pereira Filho

Paulo França Silva

Carmem Lúcia Gomes Fideles Ramos

João José Mendes Neto

pb.sureg@Conab.gov.br

Fones: (083) 3242-6566

Fax: (083) 3242-5864

1.1.4 – Principais Responsáveis

PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS
Suerintendência Regional da Paraíba/PB
Sureg/PB
EXERCÍCIO 2011

NOME	Valdizete Aragão de Almeida
CPF/MF	146.420.934-00
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	Superintendente
CARGO/FUNÇÃO	Superintendente Regional
PERÍODO	20/10/2011 - Em exercício
DATA DA NOMEAÇÃO	20/10/11 – Portaria PRESI 1133
DATA DA EXONERAÇÃO	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Silvino Lopes, 547 - Tanbaú
CEP:	58039-190
ENDEREÇO ELETRÔNICO	valdizete.almeida@Conab.gov.br

NOME	Otto José de Carvalho
CPF/MF	504.528.204-78
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	Superintendente Substituto
CARGO/FUNÇÃO	Superintendente Regional Substituto
PERÍODO	16/11/2011 - Em exercício
DATA DA NOMEAÇÃO	16/11/11 – Portaria PRESI 1240
DATA DA EXONERAÇÃO	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Av. Alagoas, 392 – Bairro dos Estados
CEP:	58030-150
ENDEREÇO ELETRÔNICO	otto.carvalho@Conab.gov.br
NOME	Cristina Queiroz de Gusmão
CPF/MF	031.328.294-39
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	Procurador
CARGO/FUNÇÃO	Procuradora Regional
PERÍODO	02/02/2010– Em Exercício
DATA DA NOMEAÇÃO	02/02/2010 – Ato de Direção DIFAFI 056/2010
DATA DA EXONERAÇÃO	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Av. Manoel Morais, 320 – Manaíra

CEP:	58038-230
ENDEREÇO ELETRÔNICO	cristina.gusmao@Conab.gov.br

NOME	Otto José de Carvalho
CPF/MF	504.528.204-78
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	Gerente
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Operações e Suporte Estaérgico
PERÍODO	16/11/2011 - Em exercício
DATA DA NOMEAÇÃO	16/11/11 – Portaria PRESI 1240
DATA DA EXONERAÇÃO	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Av. Alagoas, 392 – Bairro dos Estados
CEP:	58030-150
ENDEREÇO ELETRÔNICO	otto.carvalho@Conab.gov.br

NOME	Valdeci Rique Ferreira
CPF/MF	323.177.864-68
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	Gerente Substituto
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Operações e Suporte Estaérgico Substituto
PERÍODO	20/12/07 – Em Exercício
DATA DA NOMEAÇÃO	20/12/2007 – Ato de Direção DIAFI 454/2007
DATA DA EXONERAÇÃO	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Luzia Pedrosa – 565 – Cristo Redentor
CEP:	58071-530
ENDEREÇO ELETRÔNICO	valdeci.ferreira@Conab.gov.br

NOME	Telma Fernandes Vilar
CPF/MF	297.420.301-97
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	Gerente
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Finanças e Administração
PERÍODO	24/05/2011 – Em exercício
DATA DA NOMEAÇÃO	24/05/2011 – Portaria PRESI 516
DATA DA EXONERAÇÃO	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Juiz João Navarro Filho, 321 – Bessa
CEP:	58037-250
ENDEREÇO ELETRÔNICO	telma.vilar@Conab.gov.br

NOME	Leônidas de Lima Wanderley Neto
CPF/MF	467.260.474-87
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	Gerente Substituto
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Administração de Finanças Substituto
PERÍODO	16/11/11 – Em exercício
DATA DA NOMEAÇÃO	16/11/11 – Portaria PRESI 1244
DATA DA EXONERAÇÃO	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Bancário Ernane Vilar Cavalcante, 155 – Bancários
CEP:	58051-440
ENDEREÇO ELETRÔNICO	leonidas.neto@Conab.gov.br

NOME	Santiago Jorge Sá Silva
CPF/MF	380.392.224-00
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	Gerente
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Unidade Armazenadora – UA JP
PERÍODO	16/11/11 – Em Exercício
DATA DA NOMEAÇÃO	16/11/11 Portaria PRESI 1243
DATA DA EXONERAÇÃO	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Trajano Pires de Nobrega, 35 – Geisel
CEP:	58075-290
ENDEREÇO ELETRÔNICO	santiago.silva@Conab.gov.br

NOME	Antonio Colombo Alves de Souza
CPF/MF	087.072.864-49
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	Gerente Substituto
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Unidade Armazenadora Substituto – UA JP
PERÍODO	04/1/2008 – Em exercício
DATA DA NOMEAÇÃO	16/11/11 – Ato de Direção DIRHU 715
DATA DA EXONERAÇÃO	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Manoel maria de Figueiredo, 227 – Ernany Sátiro
CEP:	58081-340
ENDEREÇO ELETRÔNICO	antonio.souza@Conab.gov.br

NOME	João Gomes da Silva
CPF/MF	182.926.401-00
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	Gerente
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Unidade Armazenadora – UA CG
PERÍODO	04/03/2010 – Em exercício
DATA DA NOMEAÇÃO	04/03/2010 – Ato de Direção 123
DATA DA EXONERAÇÃO	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Alvino de Farias Pimentel, 205
CEP:	58411-010
ENDEREÇO ELETRÔNICO	joao.silva@Conab.gov.br

NOME	Josinaldo Raimundo da Costa
CPF/MF	274.749.844-15
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	Gerente Substituto
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Unidade Armazenadora Substituto - UA CG
PERÍODO	08/11/2010 – Em exercício
DATA DA NOMEAÇÃO	08/11/2010 – Portaria 604
DATA DA EXONERAÇÃO	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Clementino Siqueira, 221
CEP:	58411-010
ENDEREÇO ELETRÔNICO	josinaldo.costa@Conab.gov.br

NOME	Vital Farias de Arruda Filho
CPF/MF	139.441.004-25
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	Gerente
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Unidade Armazenadora – UA Patos
PERÍODO	19/11/2009 – Em Exercício
DATA DA NOMEAÇÃO	19/11/2009 - Ato de Direção 425
DATA DA EXONERAÇÃO	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Fazenda Trapiá, 3312 – Zona Rural
CEP:	58700-000
ENDEREÇO ELETRÔNICO	vital.filho@Conab.gov.br

NOME	João Cruz Guedes
CPF/MF	276.074.024-20
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	Gerente
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Unidade Armazenadora Substituto – UA Patos
PERÍODO	01/04/2010 – Em exercício
DATA DA NOMEAÇÃO	01/04/2010 – Ato de Direção DIAFI 160
DATA DA EXONERAÇÃO	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Felipe Camarão, 68 – Santo Antônio
CEP:	58700-000
ENDEREÇO ELETRÔNICO	joao.guedes@Conab.gov.br

NOME	Givanildo Batista Lira
CPF/MF	207.173.184-00
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	Gerente
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Unidade Armazenadora – UA Monteiro
PERÍODO	19/11/09 – Em Exercício
DATA DA NOMEAÇÃO	19/11/09 – Ato de Direção DIAFI 424
DATA DA EXONERAÇÃO	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Chateaubriand de Azevedo Pereira, 04
CEP:	58000-500
ENDEREÇO ELETRÔNICO	givanildo.lira@Conab.gov.br

NOME	Daniel Luís dos Santos
CPF/MF	274.756.544-00
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	Gerente
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Unidade Armazenadora Substituto – UA Monteiro
PERÍODO	18/11/2010 – Em exercício
DATA DA NOMEAÇÃO	18/11/2010 – Portaria PRESI 028
DATA DA EXONERAÇÃO	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Irisvânia Almeida Cunha, 226 – Campina Grande
CEP:	58417-360
ENDEREÇO ELETRÔNICO	daniel.santos@Conab.gov.br

1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos

1.2.1 – Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico da Conab foi concebido a partir de acordo firmado em 2003 com a Agência Brasileira de Cooperação-ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, tendo por objetivo a capacitação da Conab para novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, consequentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a promover o bem-estar social e o desenvolvimento do País.

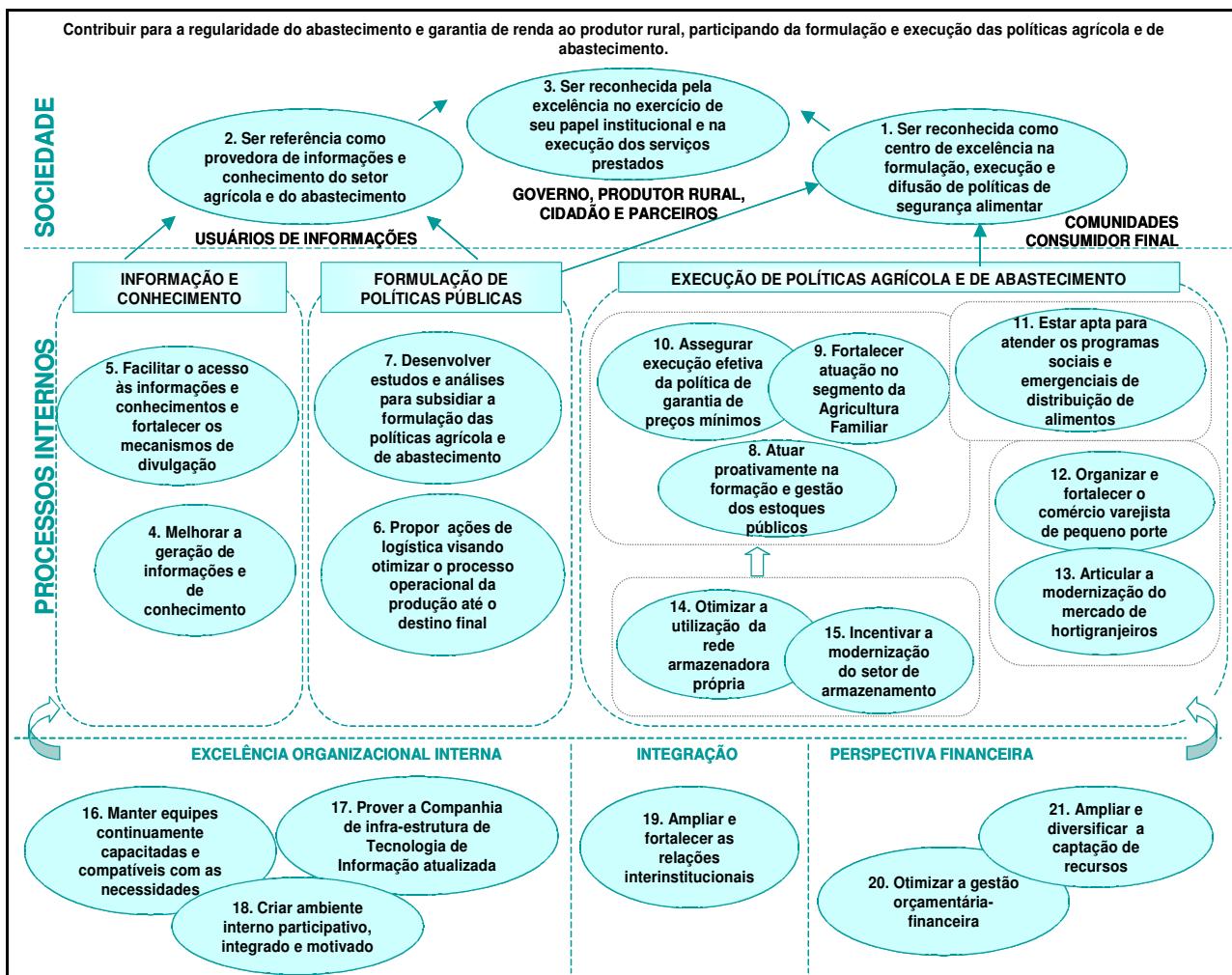
Para o seu desenvolvimento foi utilizada a metodologia de Balanced Scorecard-BSC, de forma compartilhada, ou seja, envolvendo equipes de Líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes de Área e Coordenadores de áreas da Presidência) e Ampliada (10 Superintendentes Regionais e alguns gerentes, assessores e técnicos da Matriz) e Equipes de Desenvolvimento e de Multiplicadores. Entre os produtos gerados, destacam-se o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração da missão, visão e proposta de valor aos diferentes públicos alvos da Companhia.

O mapa estratégico traduz a missão, a visão e a estratégia da organização, a partir de um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Os propósitos deste mapa são definir e comunicar a todos os níveis gerenciais e servidores, de modo claro e transparente, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pela organização, assim como a forma pela qual as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e de recursos.

Na Conab, o mapa estratégico está estruturado em cinco perspectivas: excelência organizacional interna, integração, perspectiva financeira, processos internos e sociedade. Essas perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação da Companhia. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela Conab no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional.

A tradução da estratégia, por meio do mapa abaixo explicitado, criou um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores da organização.

Figura II– Mapa Estratégico Corporativo



Fonte: Conab

Aprovado em dezembro de 2004 para um horizonte de cinco anos, os períodos de 2005 a 2006 representaram um esforço para a implementação das estratégias definidas, com a designação de responsáveis por projetos, apuração de indicadores, definição de metas, monitoramento de resultados e alinhamento mediante reuniões de análises estratégicas com a liderança da Companhia. Em face da mudança na alta direção da Conab, ocorrida no 2.º semestre de 2007, foi apresentado pelo Grupo Gestor da Estratégia um balanço das atividades até então realizadas, incluindo o histórico da implantação do Planejamento Estratégico, suas premissas, metodologia, composição do Mapa Corporativo e respectivos objetivos, metas e indicadores de desempenho, assim como as iniciativas estratégicas associadas. A direção abordou a necessidade de se proceder ajustes na condução do processo, desconstituiu os grupos formados para seu desenvolvimento e acompanhamento e designou assessores para a revisão do Planejamento Estratégico.

Devido à descontinuidade do Planejamento Estratégico e por força do Acórdão da 2.ª Câmara do TCU nº 835/2011, publicado no Diário Oficial em 24 de fevereiro de 2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico em virtude dos riscos de gestão advindos da falta de utilização desse instrumento, foi criado por meio das Portarias PRESI n.ºs 268 e 291, de 28 de março e 5 de abril de 2011, respectivamente, um grupo de trabalho com a finalidade de retomar os trabalhos do Planejamento Estratégico. Após os trabalhos o grupo recomendou:

- a) criar uma unidade orgânica específica para elaboração e execução do Planejamento Estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conab, sendo o coordenador um empregado do quadro permanente de pessoal;
- b) inserir no regimento interno as ações pertinentes à nova unidade orgânica, fazendo as devidas supressões das competências em outras áreas;
- c) manter a atual ferramenta utilizada para o planejamento estratégico, sem desprezar os trabalhos executados, tempo despendido e o investimento financeiro realizado;
- d) avaliar a necessidade do uso de outras metodologias complementares ao BSC; e
- e) contratar consultoria para auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

1.2.2 - Breve Análise dos Principais Macroprocessos

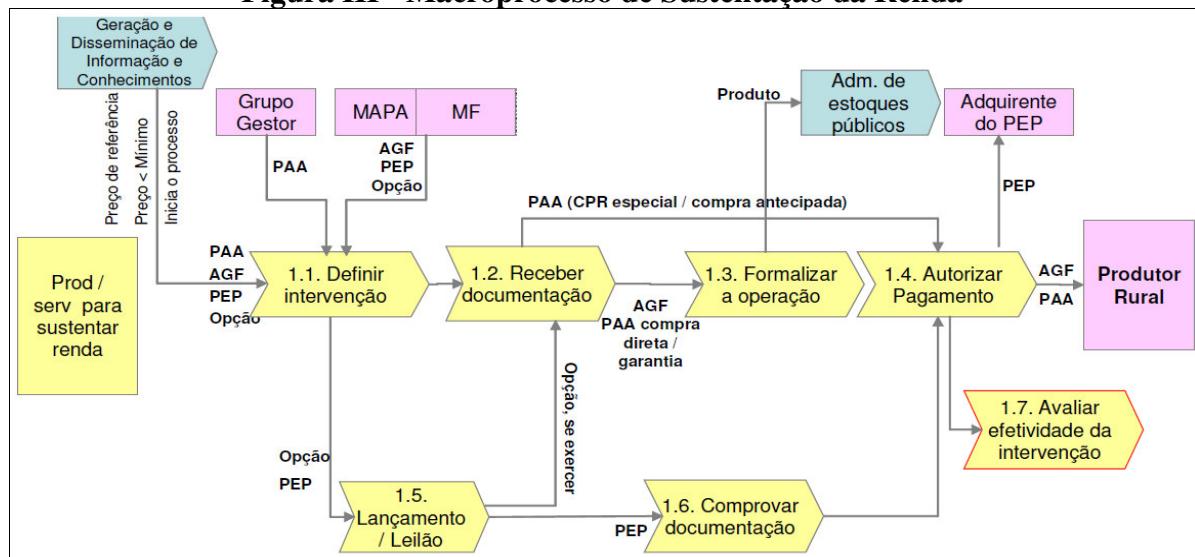
Macroprocesso de Sustentação da Renda

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

Público-alvo: produtores rurais, cooperativa de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos ligados à compra e à subvenção, tais como AGF, Contrato de Opção de Venda, Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação.

Figura III - Macroprocesso de Sustentação da Renda



Fonte: Conab

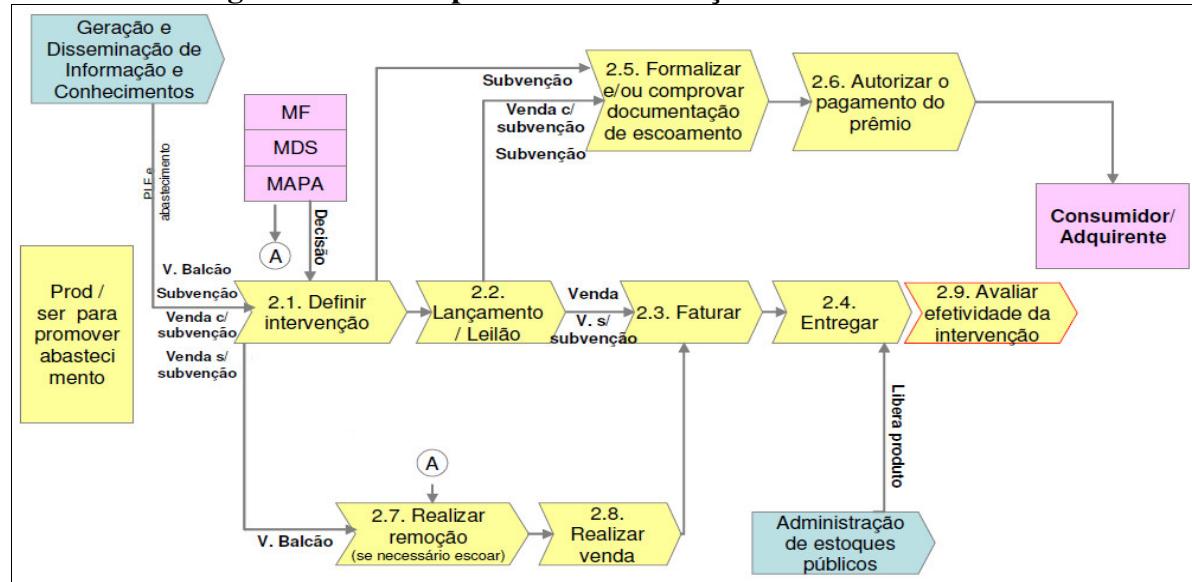
Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Este macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

Público-alvo: consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores, varejistas.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos com o sem subvenção, Venda Balcão, VEP, PEP.

Figura IV - Macroprocesso de Promoção do Abastecimento



Fonte: Conab

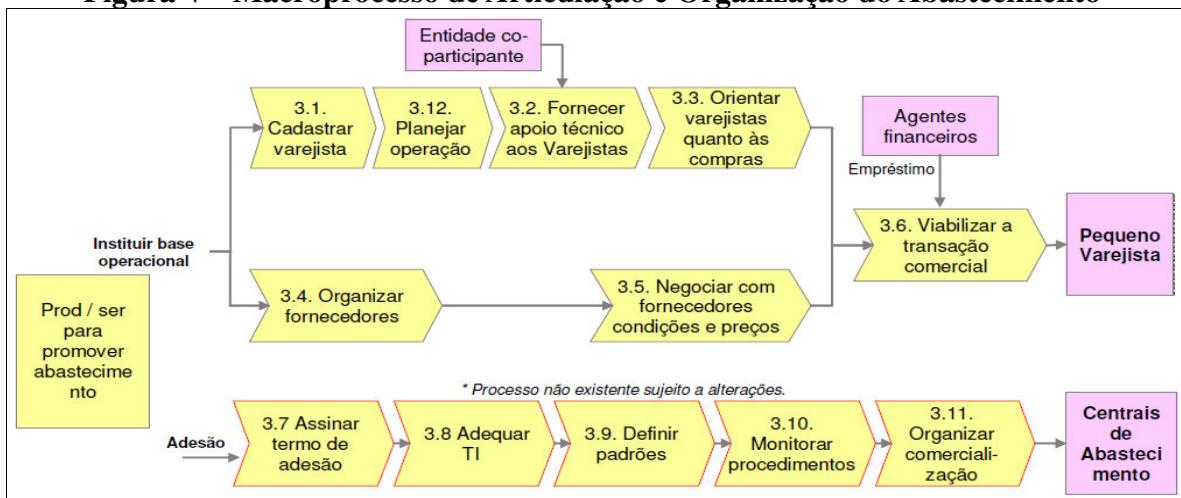
Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

Este macroprocesso envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort e a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP. O primeiro foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a Refap foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte.

Público-alvo: Centrais de abastecimento e similares, alvo do "Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT" e Varejistas de pequeno porte, conforme definições do programa REFAP (Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos).

Família de Produtos e Serviços: Centrais de Negócios e Portal de Informações de preços e quantidades comercializadas.

Figura V - Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento



Fonte: Conab

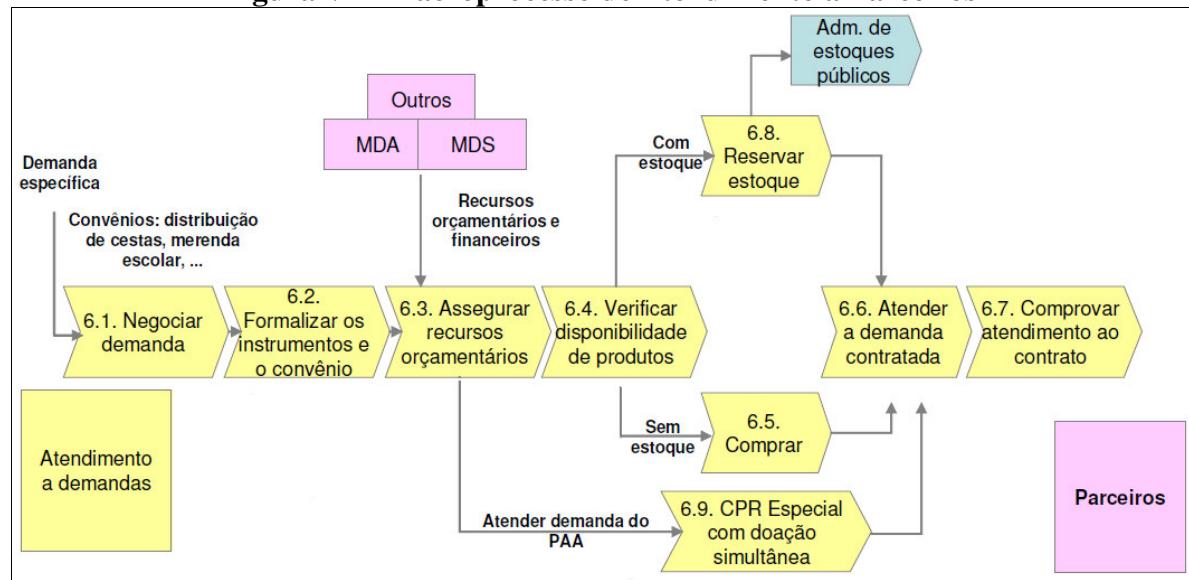
Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Público-alvo: Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da Conab, especialmente MAPA, MDS e MDA e órgãos estaduais e municipais.

Família de Produtos e Serviços: Aquisição para programas sociais, entrega de cestas de alimentos, merenda escolar, dentre outros.

Figura VI - Macroprocesso de Atendimento a Parceiros



Fonte: Conab

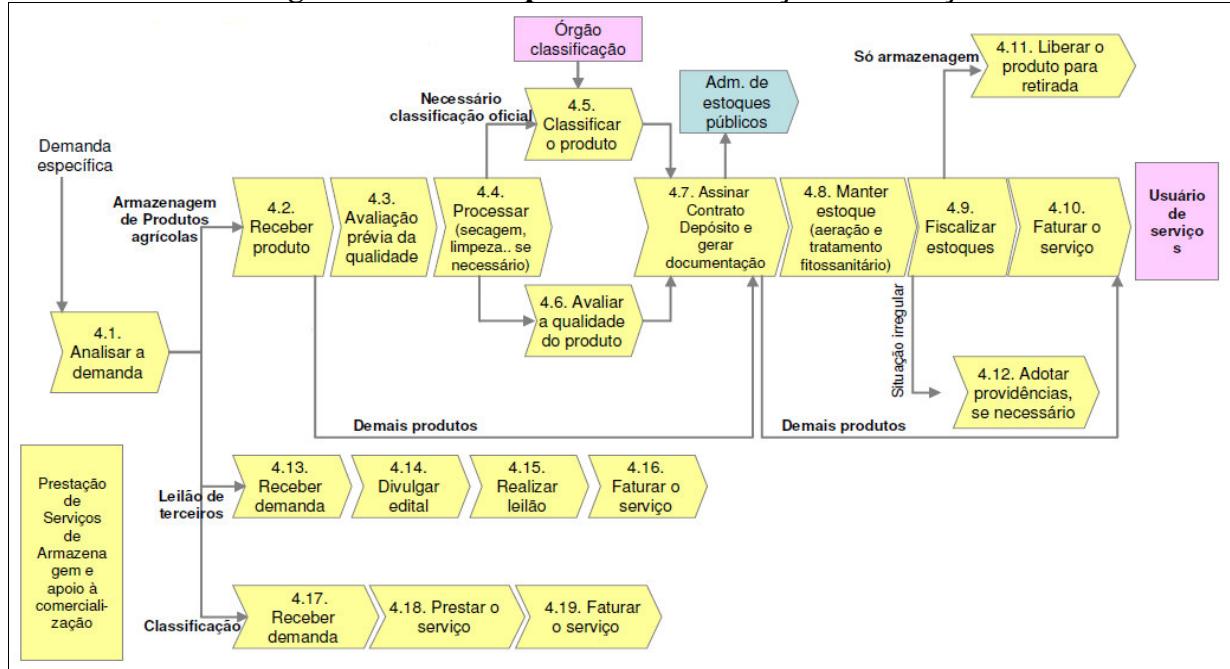
Macroprocesso de Prestação de Serviços

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

Público-alvo: União, sociedade, setor privado.

Família de Produtos e Serviços: Prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza, etc); prestação de serviços de classificação para terceiros; leilões com uso do Sistema Eletrônico de Comercialização-SEC.

Figura VII - Macroprocesso de Prestação de Serviços

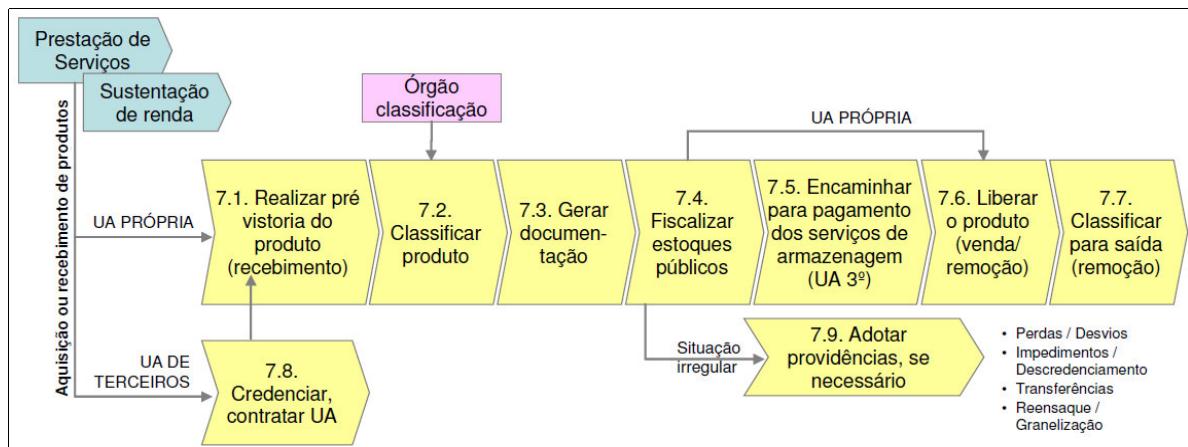


Fonte: Conab

Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados, necessitando, ainda, para a formalização das AGFs e a execução dos Contratos de Opção de Venda a celebração de contrato de prestação de serviços. Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando porém de contínuo acompanhamento e revisão face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

Figura VIII - Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos



Fonte Conab

Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

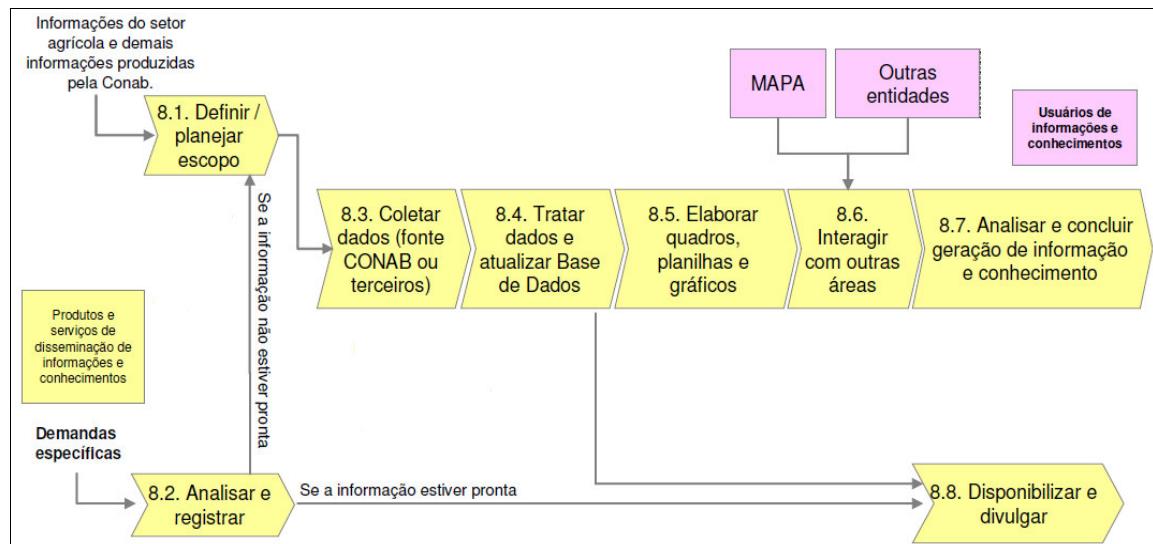
É o principal Macroprocesso de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macroprocesso que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

Público-alvo: governo, setor agrícola, agentes financeiros, imprensa especializada, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe, ONG, armazenedores.

Família de Produtos e Serviços: estudos técnicos e científicos, proposta de política agrícola, proposta de preços mínimos, informações agrícolas, avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística, Valor Bruto da Produção, IPP & IPR, PLE, análise de cadeias produtivas; mapeamento geo espacializado, séries históricas e estatísticas agrícolas, cadastro de armazéns, vistoria e informações de estoques privados, cadastro dos fornecedores, fiscalização do cadastro da cadeia produtiva da borracha natural e das operações referentes aos Programas de Subvenção, treinamento em armazenagem, informações quanto ao abastecimento social, cadastramento de empresas no SICAF (elaboração e manutenção de arquivo no SICAF).

Figura IX - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos



Fonte: Conab

2 – Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão

2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão

Ao longo dos anos observou-se que o Estado da Paraíba possuí uma agricultura basicamente familiar e voltada para a subsistência, aquilo que é produzido no Estado atende apenas ao mercado interno, entre os principais produtos estão: Feijão, Arroz (Branco e Vermelho), Milho, Raiz de Mandioca, Farinha, Goma, Amendoim, Castanha de Caju, Leite Bovino e Caprino, Sisal e cana de açúcar. Entre esses produtos destaca-se o milho como base da ração animal do Estado, a cana de açúcar que coloca a Paraíba como terceiro maior produtor do Nordeste e o Sisal que já teve seu auge em décadas passadas, mas que ainda é um vetor de renda para muitas famílias no Estado.

Um caso que merece destaque é o do milho. Segundo Análise feita pelos agrônomos da Sureg/PB, o Estado da Paraíba produz cerca de 16% daquilo que consome resultando assim num deficit de 84% do grão. Os pequenos criadores nos períodos de verão utilizavam a torta de caroço de algodão como fonte de proteína, acontece que a cultura do algodão foi praticamente dizimada e na safra passada resumiu-se a aproximadamente 1.000 toneladas, fazendo com que a torta do caroço desaparecesse do mercado local. A falta de produto, bem como a ausência de um substituto para o mesmo fez com que o preço do produto no mercado local chegasse ao patamar de até R\$ 45,00 a saca com 60 kg, inviabilizando assim a atividade criatória. Outro fator preponderante é a irregularidade pluviométrica apresentada no Estado que castiga a pastagem natural e se torna insuficiente para suprir os rebanhos de ovinos, caprinos e bovinos e animais de tração e montaria.

Diante do cenário exposto a Conab por meio da Sureg/PB procura exercer um papel de agente catalizador, buscando formular políticas que atuem no cerne do problema, tendo em vista que no Estado o papel social da Conab é de extrema importância e sua atuação é sentida principalmente pelo pequeno criador assistido pelo programa Venda Balcão e o produtor familiar que é atendido pelo PAA- Programa de Aquisição de Alimentos, ambos executados pela Conab.

No Estado da Paraíba a atuação da Conab é pensada de forma a atenuar o problema da distribuição de renda no campo, pois quando compra-se de um pequeno produtor aquilo produzido por ele e a um preço justo a companhia atua na problemática da manutenção do homem no campo e os reflexos são sentidos tanto no campo quanto na cidade, afinal com a permanência do homem do campo há uma redução do êxodo para as grandes cidades reduzindo assim o nível de pobreza também nos grandes centros e ao mesmo tempo aumentando a circulação de dinheiro nas pequenas cidades do interior do Estado.

Por meio do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA a Sureg/PB beneficiou cerca de 1.964 produtores em 47 municípios do Estado, tendo atendido cerca de 1.817.902 pessoas em situação de insegurança alimentar com cerca de 4.390 toneladas de alimentos e espera-se que esse número aumente nos próximos anos.

O programa de venda balcão, bem como as remoções de produtos, sobretudo o milho, utilizando-se de instrumentos das políticas de sustentação de renda como Prêmio de Escoamento de Produto (PEP), Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO) e o Valor de Escoamento de Produto (VEP), contribuem para minimizar o problema da falta de milho no Estado. Mais uma vez a questão social envolvendo a atuação da Conab é muito profunda, pois por um lado os grandes criadores, principalmente avicultores, utilizam-se de instrumento como o VEP, PEP e PEPRO para terem acesso a produtos de outros Estados, principalmente do centro-oeste, o que garante a continuidade de seus trabalhos e a garantia e geração de emprego e renda na região, enquanto o pequeno produtor utiliza-se do programa de venda em balcão para garantir a manutenção da atividade criatória, gerando assim renda com a venda de produtos derivados dos mesmos e a permanência do homem no

campo.

O maior risco para execução dos programas que integram a operacionalização do Fome Zero pela Conab é que a mesma foi incluída na operacionalização via convênio firmado entre o MAPA -Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, o MDS e o MDA. A inexistência de uma destinação orçamentária definida para o programa cria gargalos para a execução do mesmo, bem como impossibilita o planejamento a longo prazo tendo em vista que a morosidade na definição do Termo de Cooperação acaba por limitar a área de atuação de um planejamento mais aprimorado.

Outro grande problema enfrentado é a falta de uma cultura associativista na região nordeste, em especial no Estado da Paraíba, o que limita o acesso dos trabalhadores rurais aos programas, pois os mesmos devem estar organizados em cooperativas ou associações para terem acesso aos benefícios relativos ao programa.

Diante desse cenário pode-se concluir que no Estado da Paraíba a Conab assumiu o papel fundamental de braço operacional na execução das políticas públicas de governo relativas ao abastecimento, segurança alimentar e nutricional, combate a miséria e má distribuição de renda. Com uma gestão focada na minimização dos problemas do homem do campo e com programas que ganham uma dimensão sócio econômica importante, principalmente em si tratando de agricultura familiar e que apesar dos entraves enfrentados conta com enormes perspectivas de crescimento para os próximos anos.

2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios

Afora a expressiva atuação da Conab Paraíba no âmbito da Agricultura Familiar, conforme descrito anteriormente, mais uma vez se registrou tímida demanda por serviço de armazenagem de produtos e insumos decorrentes do agronegócio nas instalações de armazenagem da companhia. Consistiu, predominantemente, no atendimento das demandas decorrentes dos próprios programas de abastecimento alimentar mantidos pelo Governo Federal, através da Conab, a exemplo de programas do Fome Zero (cestas de alimentos), Vendas em Balcão e outros. Não existem na Paraíba serviços similares executados pela iniciativa privada.

No tocante aos serviços de apoio à comercialização, a Conab é a única empresa no Estado a prestar serviços de armazenagem, comercialização de produtos agrícolas, classificação e outros, atendendo as necessidades dos agentes produtores da agricultura familiar e do agronegócio.

Os produtos e serviços que geraram receitas própria da ordem de R\$R\$ 14.498,81, apesar da Superintendência ter tido um resultado negativo de R\$ 998.241,73 apurado no fim do exercício em análise, mereceram destaque a comercialização de produtos agrícolas dos estoques públicos e dos produtos de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários.

No âmbito do segmento da agricultura Familiar foram atendidos 1.964 produtores em 47 municípios do Estado, tendo atendido cerca de 1.817.902 pessoas em situação de insegurança alimentar com cerca de 4.390 toneladas de alimentos e espera-se que esse número aumente nos próximos anos.

No âmbito do agronegócio foram atendidas empresas do setor da avicultura, beneficiadas com programas como PEP, VEP e PEPRO, bem como produtores de cana de açúcar beneficiados com subvenção paga diretamente aos mesmos.

3 – Sustentação de Renda

3.1 - Instrumentos para Sustentação de Renda

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

- **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.
- **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.
- **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

- **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas

credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Cabe ressaltar que a Sureg/PB não faz aquisições de produtos por meio da PGPM, os estoques movimentados são formados pelo recebimento de remoções em atendimento à demanda do Programa de Vendas em Balcão, condicionados à existência de produtos disponíveis; pela aquisição de produtos alimentícios ou removidos de outras regiões para distribuição gratuita às populações carentes e por aquisições produtos de agricultores familiares, dependentes dos recursos repassados pelo MDS, MI e MDA.

Intervenções Realizadas em 2011

A agricultura paraibana apresenta uma produtividade muito baixa e com caráter de subsistência, nível técnico precário, com práticas rústicas e extremamente tradicionais, culturas com baixos investimentos e bastante prejudicada pelas constantes estiagens, pelo baixo índice pluviométrico e pela distribuição irregular das chuvas. Desta forma a Paraíba importa e outro estados os grãos necessários para alimentar grande parte da população, na sua maioria feijão, arroz e milho, estes grãos em especial o milho que é base da dieta do rebanho de leite e corte também é importado de outros estados, em especial do sul e centro-oeste.

Destaca-se a produção de cana de açúcar que coloca a Paraíba como o 3.º maior produtor nordestino, apesar de nos últimos quinze anos não ter havido expansão na área plantada a melhoria das técnicas de produção garantem a Paraíba um lugar de destaque na região nordeste.

O algodão e o sisal perderam destaque devido a ocorrência de pragas e da baixa produtividade da região, agravada pela crise da indústria têxtil na região, da redução de preços e pela concorrência com produtos sintéticos ou importados, o milho e o feijão são cultivados em todo o Estado sendo sua produção basicamente de subsistência e geralmente de forma associada, bastante tradicional e sem perspectivas de melhorias técnicas.

Em atendimento aos produtores de sisal situados no Estado a Conab negociau a concessão de subsídios para escoamento de 2.550 toneladas de sisal. O sisal foi negociado em leilões públicos e o mecanismo utilizado foi o PEP – Prêmio de Escoamento do Produto.

A importância do sisal para a economia do setor agrícola nordestino pode ser analisada sob diversos aspectos, merecendo destaque a geração de renda e emprego para um contingente de aproximadamente 800 mil pessoas, proporcionando divisas para os Estados da Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e, mais recentemente, o Ceará.

Nos anos 50 e 60 o sisal foi o principal produto agrícola paraibano, quando sofreu uma retração devido aos baixos preços no mercado internacional. Como toda cultura comercial, as oscilações de mercado reduziram a produção em grandes áreas de cultivo, principalmente nos municípios de Ingá, Itatuba, Alagoa Grande e Serraria onde o sisal foi substituído por outras culturas. Por outro lado, a concorrência da fibra sintética também afeta o mercado e desestimula o produtor. O sisal é a cultura comercial nas regiões do Curimataú e Seridó Oriental, bem como em alguns municípios da microrregião de Teixeira. É uma cultura de ciclo vegetativo longo, a idade média do plantio do Estado é de 25 anos e nunca tendo sido renovado. A fibra de sisal é utilizada para a fabricação de cordas e estopas no setor industrial local, ou são exportadas para o exterior a fim de serem utilizadas nas indústrias de papel e celulose.

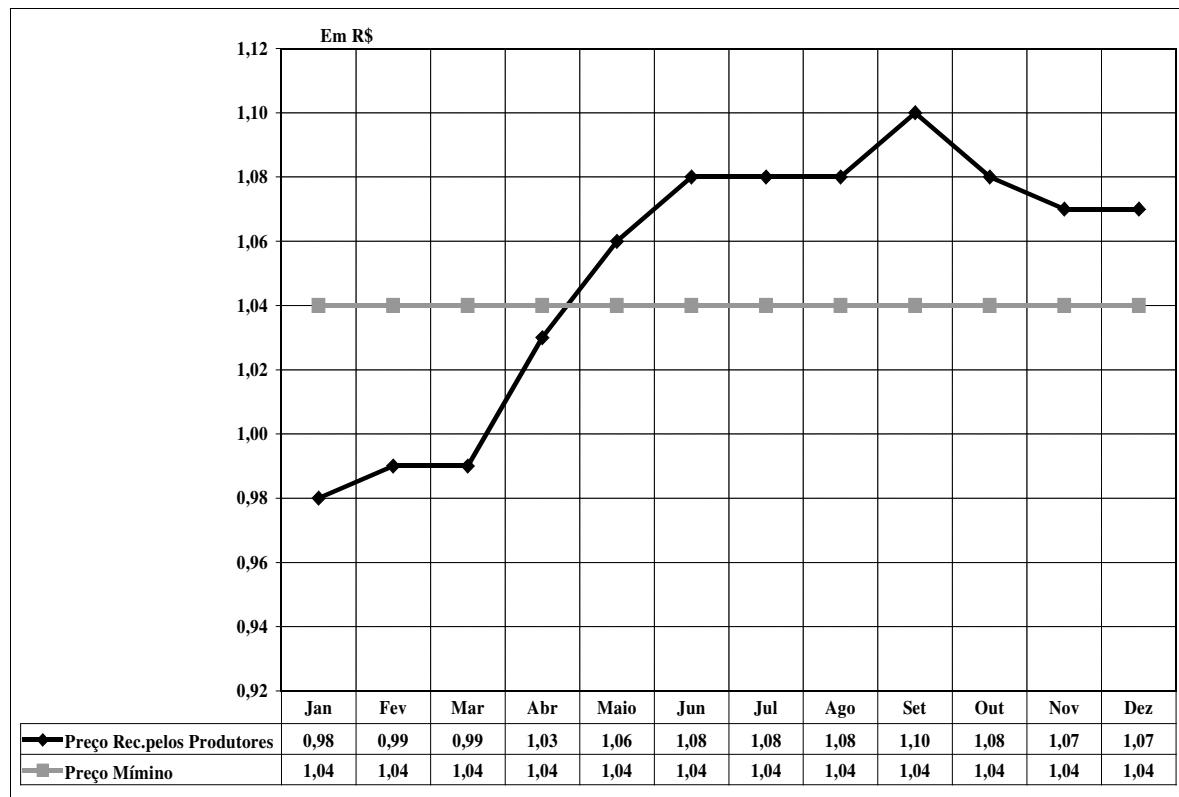
Mesmo diante destas dificuldades, é preciso se entender que o sisal continua sendo uma das poucas opções econômicas para a região semi árida do Nordeste do Brasil e dificilmente uma outra

cultura poderá ser mais rentável economicamente e mais vantajosa para a área em questão, por isso é imprescindível garantir sua continuidade, realizar estudos e trabalhos capazes de estimular a expansão e promover o progresso tecnológico.

Em 2011, foram realizados leilões de PEP quando foi negociada a remoção de 93.679 toneladas de fibras (BA 91.039 toneladas, PB 2.550 toneladas e RN 90 toneladas), com subvenção prevista de R\$30.578.856,53.

Os leilões realizados propiciaram a recuperação dos preços não necessitando de maiores intervenções, conforme demonstrado na figura a seguir.

Figura X - Evolução dos Preços Recebidos Pelos Produtores X Preços Mínimos Região Nordeste



Fonte: Sufis/Gein

3.2 – Intervenções Governamentais

3.2.1 – Formação de Estoques Públicos

3.2.1.1 – Programa de Aquisição de Alimentos

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF: tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas ou associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque: tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição do produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios ou consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

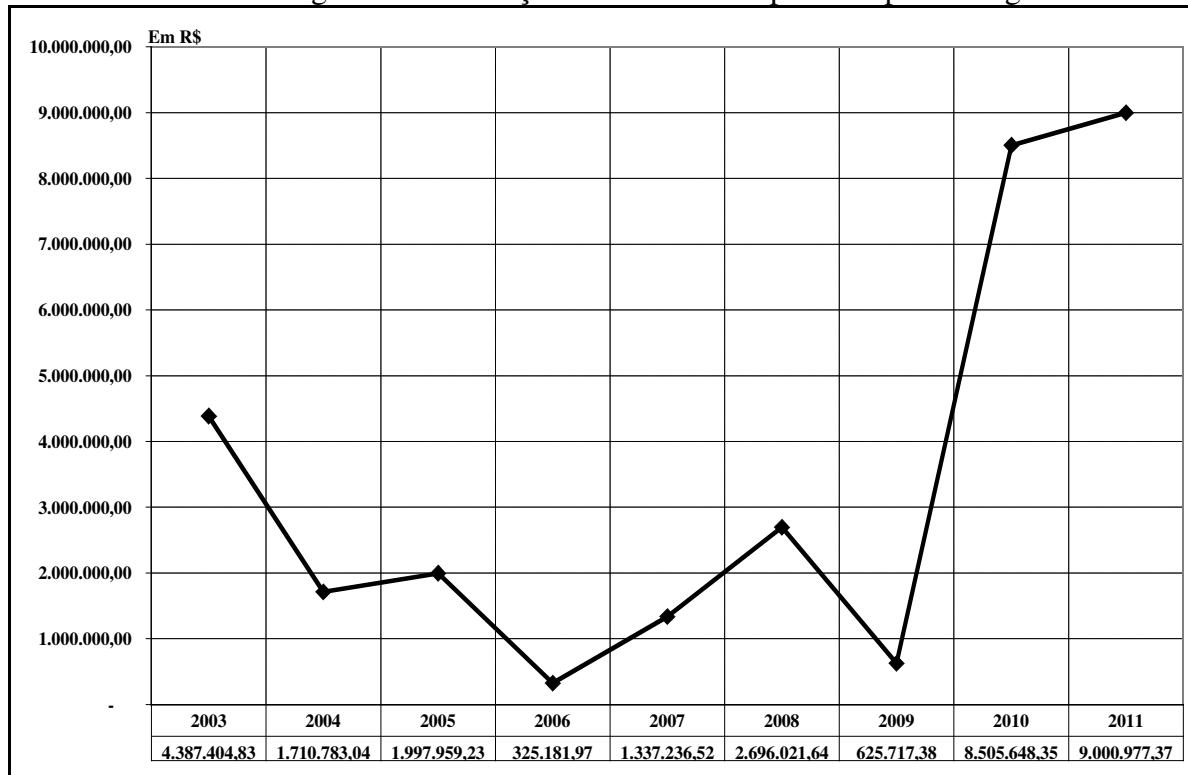
Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação: objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações). São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos in natura da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto in natura por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Para a operacionalização do PAA, a Conab celebra Termos de Cooperação com o MDA e o MDS, com descentralizações de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Ações: Aquisição de Alimentos da

Agricultura Familiar e Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar) e 1049-Acesso à Alimentação (Ações: Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e Ação e Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar).

Apesar da redução do número de famílias atendidas, em cerca de 15,9%, verifica-se incremento de 105,2% no volume de recursos aplicados.

Figura XI – Evolução dos Recursos Aplicados pela Sureg-PB



Fonte: Supaf/Gecaf

c) Aquisição de Produtos

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos e são utilizados, preferencialmente, na distribuição gratuita às populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou benfeiteiros.

Dos instrumentos operacionalizados pela Conab, a CPR-Doação é o que apresenta a maior demanda pois possibilita a comercialização de produtos característicos da Agricultura Familiar, tais como: hortaliças, frutas, doces e outros produtos caseiros.

Devido ao fato da operacionalização da CPR Estoque exigir melhor estruturação e maior planejamento da organização, sua procura tem sido estável. A grande concentração desse

instrumento está na região Sul onde as Cooperativas e Associações apresentam maior experiência no acesso aos instrumentos de comercialização mais complexos.

Em 2011, não foram realizadas aquisições por meio da CDAF tendo em vista que houve pouca demanda para aquisição dos produtos, devido a alta de preços.

Por meio da CPR-Estoque foram adquiridas 50.630 toneladas de diversos produtos, atendendo a 13.115 produtores familiares, conforme detalhado no próximo quadro.

Quadro IV – Aquisições por meio da CPR-Estoque

UF	N.º Municípios	Produto	MDS			MDA		
			N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)
PB		Arroz	100	300	450.000,00	77	174	191.796,00
		Mel de abelha	-	-	-	8	9	36.000,00
	0	-	100	300	450.000,00	85	183	227.796,00

Fonte: Supaf/Gecaf

Por definição orçamentária, os produtos adquiridos com recursos do MDA são prioritariamente destinados à comercialização, cujos recursos são devolvidos à fonte original. Por este motivo, a utilização dos recursos do MDA restringiu-se, esse ano, apenas ao instrumento de CPR Estoque.

Foram doadas por meio da CPR-Doação 4.390 toneladas de produtos alimentícios a 259 entidades sociais, beneficiando 1.817.902 pessoas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro V – Aquisições por meio da CPR-Doação

UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Participantes Consumidores	N.º de Pessoas Atendidas
PB	47	Diversos	1.964	4.390	8.323.181,37	259	1.817.902
Total	47	-	1.964	4.390	8.323.181,37	259	1.817.902

Fonte: Supaf/Gecaf

Na operacionalização da CDAF a Conab monta os polos de compra em regiões produtoras, comunica as organizações dos dias e locais para a aquisição e o pagamento é realizado em até 10 dias, enquanto a CPR-Estoque e CRP-Doação exigem que as entidades proponentes enviem à Conab, por meio do PAANet, projetos detalhados, com a quantidade de produtores fornecedores, produtos e quantidades oferecidas e, especificamente para a CPR-Doação as entidades que serão beneficiadas e a quantidade de pessoas assistidas.

No ano de 2011 não houve aquisições voltadas para AGF e Opção de Venda no âmbito da Sureg/PB.

Os prêmios PEP e PEPRO que também contribuí para a manutenção da renda dos produtores rurais estão detalhados no capítulo 4 – Promoção do Abastecimento.

4 – Promoção do Abastecimento

4.1 Atuação da Companhia

As ações desenvolvidas pela Conab visando a regularização do abastecimento interno incluem a venda de estoques governamentais, por meio de leilões públicos ou em balcão, a compradores de pequeno porte e a concessão de subvenção, como estímulo ao escoamento de produtos de zonas produtoras para áreas desabastecidas, assim como a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

As vendas em leilões públicos, com ou sem subvenção, são realizadas a partir de análises de mercado desenvolvidas pela Superintendência de Gestão da Oferta-Sugof, quando são identificadas as áreas desabastecidas, as variações danosas nos níveis de preços e os produtos que necessitam de intervenções. As vendas também podem ser realizadas para a redução de custos de manutenção de pontas de estoques, obedecidas as quantidades especificadas no Manual de Operações da Conab-MOC (embalagens até 10.000 unidades; arroz e milho até 100 toneladas; farinha e fécula de mandioca, feijão, juta/malva, mamona, rami, raspa de mandioca, sisal, soja trigo e sorgo até 60 toneladas; algodão, cera e pó cerífero de carnaúba até 2 toneladas), e pela necessidade de retirada de produtos de unidades armazenadoras onde ocorreram perdas e/ou desvios de produtos.

A concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, é feita por meio de leilões públicos e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização, quais sejam: o Prêmio de Escoamento de Produto - PEP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa - PEPRO, operacionalizados pela Conab em cumprimento às determinações contidas em portarias interministeriais assinadas pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.

Em 2011 foram divulgadas as seguintes portarias:

- Portaria Interministerial n.º 67, de 21 de fevereiro de 2011 – PEP e PEPRO de arroz e feijão das safras 2010/2011 e 2011, até R\$200,0 milhões para o primeiro e até R\$50,0 milhões para o segundo;
- Portaria Interministerial n.º 408, de 12 de agosto de 2011 – PEP para o sisal bruto, da safra 2011/2012, produzido nos estados da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, até o valor de R\$20,0 milhões.
- Portaria Interministerial n.º 453, de 14 de setembro de 2011 – PEP e PEPRO para o trigo em grãos safra 2011, até o limite de R\$150,0 milhões.

Os recursos são oriundos das Operações Oficiais de Crédito - OOC, e constantes da Ação Orçamentária Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, sob a coordenação da Coordenadoria Geral de Programação Financeira - Cofin, da Secretaria de Tesouro Nacional - STN, do Ministério da Fazenda.

Nestas operações cabe à Conab a divulgação dos editais, a realização dos leilões, o recebimento e conferência dos documentos que comprovam a efetivação do escoamento dos produtos, de acordo com as normas constantes dos editais, e o pagamento das subvenções, posteriormente ao recebimento dos recursos financeiros do Ministério da Fazenda.

Por último, a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional atende aos objetivos das seguintes ações orçamentárias:

- Ação Orçamentária “**Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos**”, do Programa Acesso à Alimentação, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, que visa a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, tais como famílias

acampadas que aguardam o programa da reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas, atingidos por barragens, que se caracterizam pelo estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional, e,

- Ação “**Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres**”, do Programa Resposta aos Desastres, do Ministério da Integração Nacional, que objetiva prestar assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para a pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como em situação de emergência ou em estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Para a distribuição das cestas a Conab celebra Termos de Cooperação Técnica com os ministérios acima citados, recebendo descentralizações orçamentárias/financeiras objetivando a aquisição de produtos por meio de leilões públicos, incluindo a montagem das cestas, a remoção para as áreas necessitadas e a disponibilização às entidades para a efetiva distribuição, de acordo com as orientações do MDS ou da Defesa Civil.

No Estado da Paraíba a Conab atuou apenas com o Subsídio do PEP – SISAL e com o programa venda em Balcão, no PEP -SISAL foram atendidos produtores de Sisal situados no Estado com a concessão de subsídios para escoamento de 2.550 toneladas. O sisal foi negociado em leilões públicos e o mecanismo utilizado foi o PEP – Prêmio de Escoamento do Produto.

A importância do sisal para a economia do setor agrícola nordestino pode ser analisada sob diversos aspectos, merecendo destaque a geração de renda e emprego para um contingente de aproximadamente 800 mil pessoas, proporcionando divisas para os Estados da Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e, mais recentemente, o Ceará.

O Sisal é uma cultura de ciclo vegetativo longo, a idade média do plantio do Estado é de 25 anos e nunca tendo sido renovado. A fibra de sisal é utilizada para a fabricação de cordas e estopas no setor industrial local, ou são exportadas para o exterior a fim de serem utilizadas nas indústrias de papel e celulose. Já com programa venda em balcão em que se negociou o milho, pois a produção local não atende completamente as necessidades do Estado, na safra passada o Estado produziu cerca de 97.000 toneladas de milho para um consumo em torno de 580.000 toneladas, ficando com um deficit desse cereal na ordem de 480.000 toneladas. O comércio atacadista é insignificante. Falta o produto no mercado local o que eleva o preço ao patamar de até R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) o saco de 60 quilogramas inviabilizando a utilização do mesmo na atividade criatória.

O programa venda em balcão assume assim uma função primordial para preservação do homem no campo, principalmente os pequenos produtores que não possuem meios de acesso as bolsas de mercadoria, condição obrigatória para participação nos leilões promovidos pela Conab e que tem o benefício dos subsídios do Governo Federal e em função das irregularidades climáticas a atividade agrícola dos pequenos agricultores é precária o que no decorrer dos anos tem acarretado mais prejuízos do que lucros para os pequenos produtores, mas mesmo assim a atividade criatória tem sido a grande responsável pela geração de emprego, renda e sustentação das famílias no campo, além da oferta de carne, ovos e leite e seus derivados para a população local, dada a importância do programa Venda em balcão para suprimento do milho aos pequenos produtores, a Sureg/PB realizou cerca de 2.455 cadastrados de pequenos produtores para que os mesmo tenham acesso ao produto oferecido nas quatro unidades armazenadoras espalhadas pelo Estado ao preço de R\$ 31,20 a saca de 60kg.

4.2.3- Vendas em Balcão

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei n.º 8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação com o desenvolvimento do setor agrícola, notadamente quanto ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.º daquela Lei destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura”; e, “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações que foram adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos, e que estão ligadas diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização de forma direta dos estoques públicos e que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal, a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode ser vislumbrada no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, que assim descreve: “Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, agravada pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado. Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Também se beneficiam deste Programa as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Quadro VI – Demonstrativo de Vendas em Balcão do Estado da Paraíba

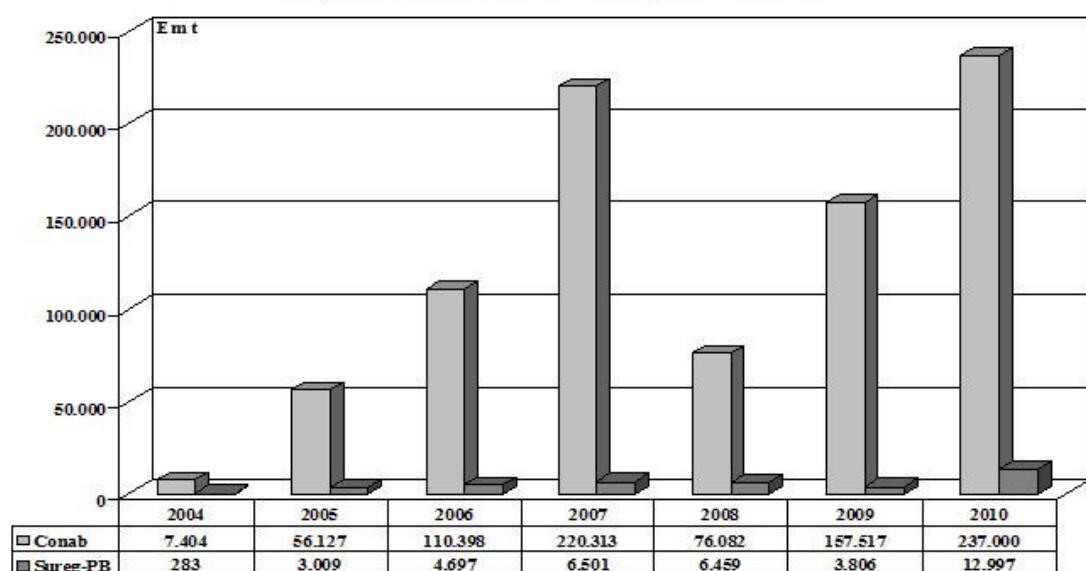
MILHO			
PB	Quantidade Vendida (Em t)	Receita de Venda (Em R\$)	Nº de Atendimentos
	18.094	10.032.430,78	7.425

Fonte: SUPAB/GEPAB

Em comparação com os anos anteriores verifica-se que apesar da queda nas quantidades comercializadas em 2009, houve uma alta significativa nas quantidades comercializadas desde 2010 e a confirmação do viés de alta no ano de 2011 impulsionada pelas condições adversas relacionadas anteriormente, bem como o déficit crescente do cereal no Estado Paraíba.

Figura XII- Comprativo de Vendas

Comparativo de Vendas – Sureg-PB x Conab



Fonte: Supab/Gepab

5 – Articulação e Organização do Abastecimento

Além das ações concretas materializadas por meio de remoções dos estoques públicos para comercialização em áreas carentes, das vendas realizadas por meio de leilões, com ou sem subvenção, das vendas em balcão e da concessão de subsídios para o escoamento da produção, a Conab desenvolve ações objetivando a melhoria e organização do abastecimento.

Com a desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização - Sinac - que tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços, levando à transferência do controle acionário das Ceasas para Estados e Municípios - boa parte dos mercados passou a apresentar uma série de deficiências estruturais, técnicas e operacionais. Tais deficiências implicaram, em maior ou menor grau, na obsolescência das estruturas físicas de comercialização e apoio, bem como na precarização dos métodos de gestão empresarial e dos serviços de informação e assistência técnica aos produtores, vendedores e consumidores. Muitas vezes submetidos a interesses políticos locais, ou à influência dos agentes privados, que virtualmente se apropriaram da gestão, pressionando por tarifas e preços irreais, foi solapada a capacidade de sustentabilidade financeira de boa parte das empresas gestoras.

Diante desse cenário a Conab deu início a uma série de atividades que propiciasse a remontagem desse Sistema, concretizado por meio da Portaria MAPA 171, de 24 de março de 2005, que instituiu no âmbito da Conab o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - Prohort.

Além deste, e na linha dos programas institucionais, tendo como diferencial ser um programa de gestão direta da Conab e contar com dotação orçamentária específica, foi criada a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos - REFAP, ainda em fase de estruturação. A estratégia de implantação adotada previa o início da Rede a partir da Região Nordeste, contemplando os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, sendo estendida, em 2011, para o Estado do Amazonas.

5.1 – Prohort

Por demanda de representações do setor, a Conab iniciou um amplo debate sobre o tema, visando estruturar ações que contribuíssem para a melhoria dos processos de produção, guarda/conservação, transporte e comercialização de produtos hortigranjeiros. Em decorrência, surgiu a proposta de criação do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - Prohort.

O Programa, entre outros objetivos, também se propõe a compor o conjunto de informações agrícolas, na medida em que visa desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento (Ceasas), subsidiando informações técnicas para a formulação de políticas agrícolas e de abastecimento, universalizando as informações geradas e reduzindo as assimetrias junto ao público. Instituído em 2005, o Programa tem a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento. Estas Centrais poderão se tornar áreas privilegiadas para a execução e difusão das Políticas Públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança alimentar.

O mercado de produtos hortigranjeiros, no conjunto dos segmentos econômicos, é de significativa relevância em termos físicos e financeiros. É um dos setores da agricultura com maior

tendência de crescimento. Apesar da sua pujança, de expressiva dimensão geográfica e econômica, envolvendo inúmeros agentes públicos e privados, é um mercado desprovido de capacidade de articulação – em face da quebra da sua unidade sistêmica – ainda que alguns mercados encontrem-se filiados à Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento - Abracen.

A coordenação do Programa pela Conab é exercida em articulação com os mercados atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, a partir de um modelo sistêmico que contempla o conjunto dos interesses do setor, da produção à comercialização. O desenvolvimento desta Ação se dá por meio de atividades coordenadas pela Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-GEHOR, na Matriz.

O Programa abrange 22 estados da federação e no período realizou ações de apoio para a estruturação física e operacional de 54 mercados atacadistas, contemplando reuniões técnicas, visitas para avaliação operacional e orientação técnica, atualização de diagnósticos dos mercados atacadistas de hortigranjeiros, formalização de Termos de Cooperação Técnica, treinamento para operação da base de dados do Prohort e assessoramento técnico.

Criado pela Conab, o portal www.ceasa.gov.br disponibiliza informações sobre o Prohort, trabalhos técnicos, normativos, acervo de trabalhos técnicos sobre as Ceasas, informações técnicas sobre hortaliças e frutas, informações sobre conjuntura agrícola e informações diárias sobre preços e quantidades dos principais produtos comercializados nas Ceasas etc.

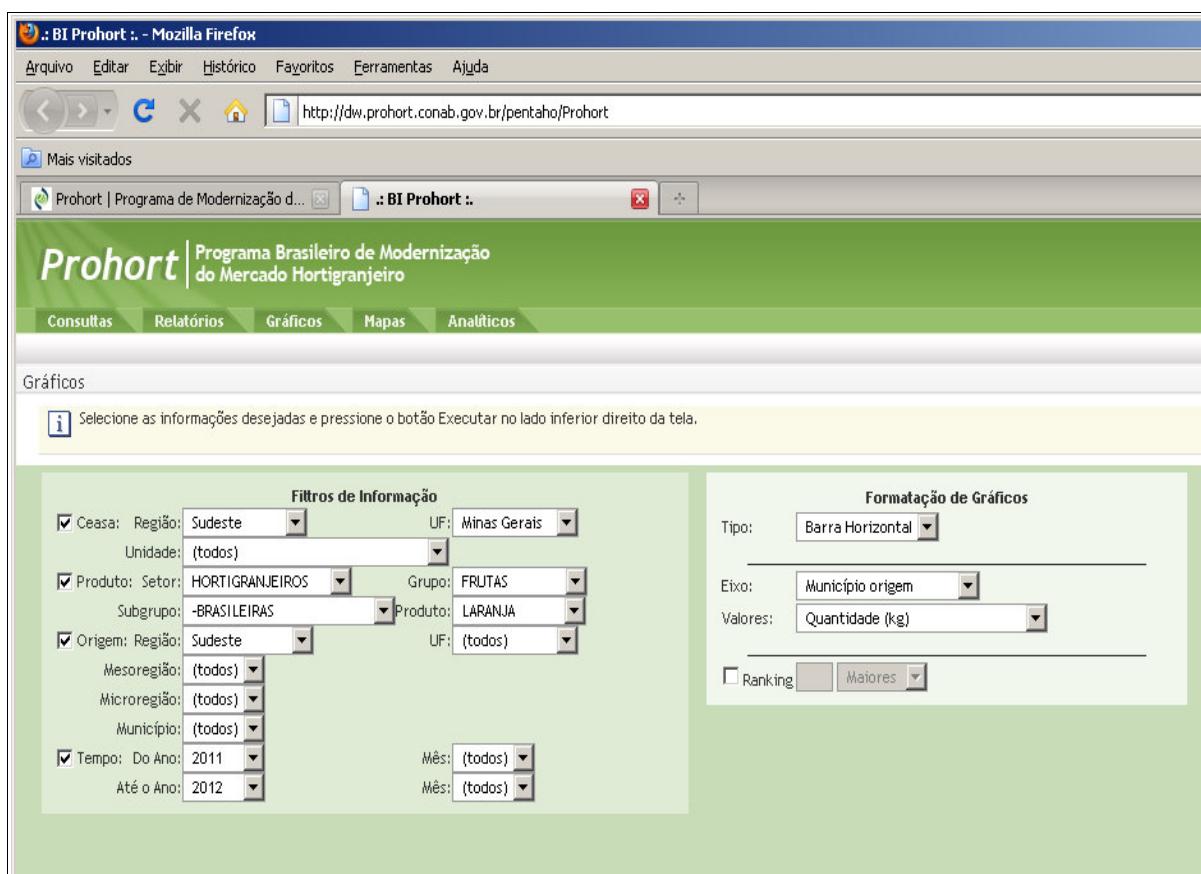
Figura XIII – Tela Principal do Sítio Ceasa

	AC 16/03	AL 16/03	BA 16/03	CE 16/03	BF 16/03	ES 16/03	GO 16/03	MG 15/03	MS 15/03	PA 14/03	PB 16/03	PE
ABACATE (KG)	2,20	1,00	2,10	1,50	1,50	1,47	1,25	0,83	1,50	2,01	1,80	1,00
ABACAXI (UND)	4,00	1,90	2,00	3,00	3,00	2,25	2,50	1,22	2,92	1,75	1,06	1,70
ABÓBORA (KG)	2,00	0,80	1,50	1,50	1,20	0,68	1,15	1,00	2,00	0,83	1,35	1,60
ABOBORILHO (KG)	1,50	1,20	0,95	0,70	0,83	1,02	1,75	0,67	1,75	2,38	2,50	2,00
ALFACE (OZ)	1,50	7,20	6,00	8,40	6,67	3,00	8,00	6,00	14,67	14,40	6,60	4,80
ALHO (KG)	4,30	7,50	3,50	5,50	5,50	4,90	4,50	5,00	5,50	4,20	8,00	4,30
BANANA-NANICA (KG)	1,95	1,00	1,00	0,80	1,20	1,00	1,33	1,00	1,14	1,50	1,00	
BANANA-PRATA (KG)	1,14	1,15	1,40	1,00	1,75	1,18	1,47	1,60	2,27	1,35	0,84	0,52

Disponíveis informações sobre: Últimos 30 preços mais comuns no atacado (Ceasa) de referência no estado pesquisado, Últimos 30 preços médios no atacado (Ceasa) de referência no estado pesquisado; Últimos 30 preços médios por região no atacado (Ceasa) do estado pesquisado, Últimos 30 preços médios no acatado (Ceasa) da região pesquisada e Últimos 30 preços mais comuns no atacado em todas as Ceasas.

Além destas o interessado por elaborar sua própria pesquisa utilizando-se dos parâmetros disponíveis inclusive com a geração de gráficos.

Figura XIV – Tela de Pesquisa do Sítio Ceasa



Não houve no exercício de 2011 ações significativas do Prohort no Estado da Paraíba, acontecendo apenas uma encontro entre técnicos da Matriz e da Sureg/PB para em conjunto produzirem um diagnóstico da ações do Prohort no Estado da Paraíba, os técnicos visitaram as unidades da Empasa de João Pessoa e Campina Grande, com a finalidade de conhecer melhor o funcionamento das mesmas.

5.2 – REFAP

A Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP foi concebida com a função básica de ser indutora de ações que promovam, mediante prévia seleção e capacitação de unidades varejistas, a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de, por meio do associativismo, fortalecer o comércio de pequeno porte e incorporar melhorias ao suprimento da sua clientela.

É uma associação voluntária, sem alinhamentos jurídicos ou fiscais, que fomenta, sob o estímulo e apoio do agente público, ações de modernização e fortalecimento dos empreendimentos comerciais filiados.

Para a formalização das centrais de negócios cabe à Conab:

- definição das áreas de atuação, considerando a necessidade de apoio institucional ao segmento varejista de pequeno porte e a perspectiva de implantação de uma Central de Negócios;
- identificação do interesse das unidades varejistas em integrar os propósitos da rede, com elaboração de um cadastro técnico;
- formalização do termo de adesão da unidade varejista à rede, pactuando compromissos;
- identificação e alinhamento, em termos de prioridade, das deficiências apresentadas pelas unidades varejistas, para que seja articulado o apoio técnico requerido,
- gerenciamento do apoio técnico, diretamente pela Conab e/ou em articulação com entidades parceiras, abrangendo: pontos de venda, legislação, procedimentos comerciais, processos operacionais e gerenciais, fontes de suprimento e linhas de crédito,
- formação das Centrais de Negócios, contemplando: definição das unidades varejistas parceiras, esclarecimentos e convencimento dos potenciais participantes, integração dos participantes, nivelamento profissional e processo de formalização da entidade,
- articulação institucional entre as Centrais de Negócios constituídas, fomentando a sua expansão, potencializando estratégias empresariais, elevando o associativismo e preservando os compromissos para com as comunidades circunvizinhas.

Os resultados esperados são:

- para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
- para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação, pela formalização e expansão do comércio local;
- para os varejistas: qualificação e expansão de seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto em condições favoráveis às indústrias fornecedoras, e
- para os fornecedores: expansão qualitativa das vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidades ociosas.

A Sureg/PB contava em 2011 com cinco Centrais de Negócios montadas que beneficiava cerca de 148 varejistas e procura dar suporte a criação de novas centrais de negócios, assim como a adesão de varejistas as centrais já existentes, em 2011 o REFAP na Paraíba contou com a adesão de mais 04 varejistas em suas cinco centrais de negócios.

Quadro VII – Demonstrativo de Varejistas Filiados à REFAP

UF	Varejistas Filiados		Centrais de Negócios	
	Adesões em 2011	Total	Formadas	Em formação
PB	4	148	5	0

Fonte: Supag/Gevap

Em 2009, a Conab passou a disponibilizar parte dos estoques públicos adquiridos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA para comercialização por meio da Refap, beneficiando as populações de baixa renda clientes dos pequenos mercados nas periferias das grandes cidades e integrantes de Centrais de Negócios. Em 2011, foram comercializadas pela Sureg/PB, 86,3 toneladas nas Centrais de Negócios já formadas.

Quadro VIII – Demonstrativo de Vendas pela REFAP

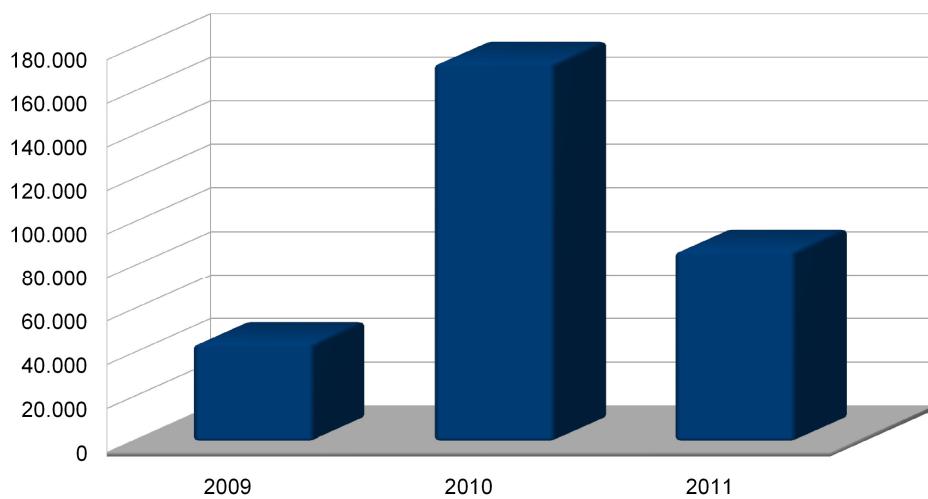
PB	Quantidade (t)					Total	Valor (Em R\$)	N.º Varejistas Atendidos	N.º Famílias Beneficiadas
	Açúcar	Arroz Beneficiado	Farinha Mandioca	Leite em pó	Pêssego em calda				
	31,9	49,1	-	5,3	-	86,3	146.029,50	207	29.400

Fonte: Supor e Siafi

A quantidade de produtos disponibilizada pela Sureg/PB para comercialização nas Centrais de Negócios depende do volume de estoques disponíveis. Em relação ao exercício anterior verifica-se redução de 95% nas quantidades vendidas.

Figura XV – Evolução da Comercialização de Estoques Públicos pela Refap

Evolução da Comercialização Pela REFAP



Em 2011, foi realizado o III Encontro Nacional da Refap, com o objetivo de nivelar e capacitar as equipes técnicas da Conab que atuam diretamente com a Rede. Durante o evento foram proferidas palestras com os seguintes temas: O Associativismo e o Pequeno Varejo Alimentar no Brasil,

Tendências de Mercado no Associativismo, Desafios e Oportunidades de Centrais de Negócios, Casos de Sucesso em Centrais de Negócios e Superação de Dificuldades na Formação de Centrais de Negócios. Na oportunidade, foram realizadas 'salas de situações' quando foram discutidas, analisadas e apresentadas sugestões objetivando o aprimoramento da metodologia de formação das redes e a necessidade de padronização das informações dos relatórios operacionais/gerenciais.

6 – Prestação de Serviços

6.1 – Serviços de Armazenagem de Produtos de Terceiros

De acordo com os objetivos constantes no Estatuto Social a atividade de armazenagem desenvolvida pela Conab tem como função principal a guarda e a conservação dos estoques públicos formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, além das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno, podendo atuar, se necessário, como companhia de armazéns gerais. Segue abaixo demonstrativo das quantidades físicas e financeiras de estoques de terceiros constantes nos armazéns da Conab no âmbito Sureg/PB em 2011:

Quadro IX– Estoques de Terceiros

UF	Unidade	Produto	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
PB	João Pessoa	Produtos industrializados/Manufaturados	5.176	26.719,80
Subtotal			5.176	26.719,80

Fonte: Suarm/Gearn

6.2 – Receita de Armazenagem de Produto de Terceiros

A receita total de armazenagem no âmbito das unidades próprias da Sureg/PB apresentou redução de 74,08% em relação aos resultados apresentados no mesmo período do exercício de 2010, tendo como motivo principal a baixa prestação de serviços a terceiros, pois a quase totalidade dos produtos armazenados são de propriedade do Governo Federal, a Sureg/PB manteve em seus armazéns produtos classificados como de terceiros no exercício de 2011 apenas produtos do Ministério da Integração Nacional – Defesa Civil.

Quadro X

Unidade	Receita de Armazenagem de Terceiros						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Sede-Sureg/PB	-	-	-	474,90	3.248,75	41.460,37	14.907,99
Campina Grande	6.038,77	5.986,72	2.595,53	78.539,24	35.008,03	1.410,00	-
João Pessoa	312,17	4.830,00	7.094,87	41.813,07	36.953,51	10.650,00	-
Total-Sureg	6.350,94	10.816,72	9.690,40	120.827,21	75.210,29	53.520,37	14.907,99

Fonte: Suarm/Gearn e Demonstrativo do Resultado do Exercício - DRE

6.3 – Demonstrativo do Resultado da Armazenagem

Para efeito de contabilização a atividade de armazenagem é agrupada no Sub órgão 2231-Atividades Próprias que inclui a Matriz, a Sede das Regionais e as Unidades Armazenadoras.

Durante o exercício de 2011 o faturamento com os serviços de armazenagem de estoque de terceiros foi de R\$ 14.498,81, apesar da Superintendência ter tido um resultado negativo de R\$ 998.241,73 apurado no fim do exercício.

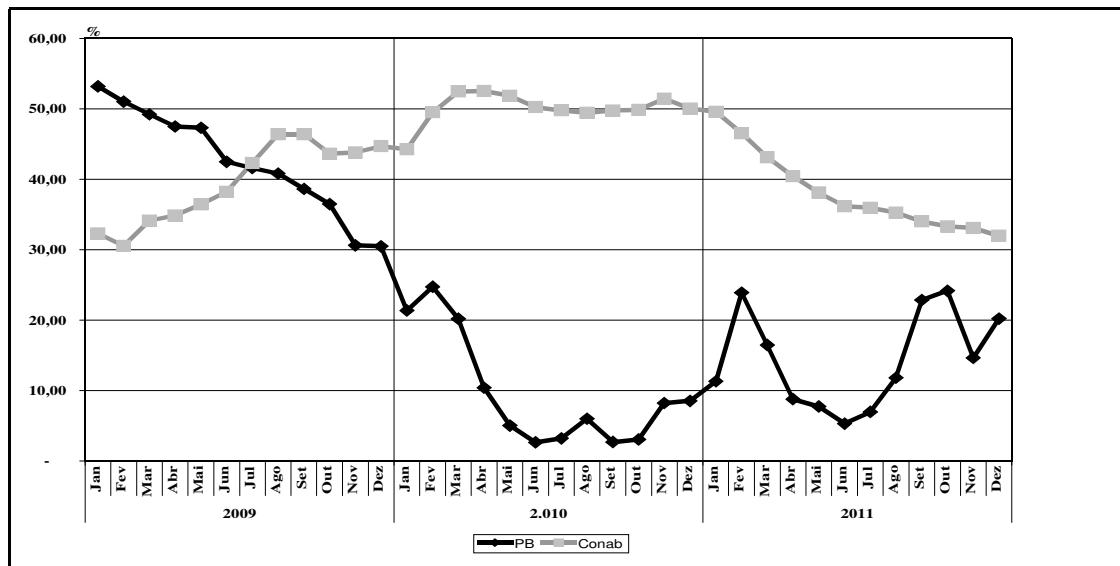
Quadro XI – Demosntrativo do Resultado da Armazenagem

Discriminação	Unidade					Total
	Sede	Campina Grande	João Pessoa	Monteiro	Patos	
Receita de Vendas e Serviços	14.907,99	-	-	-	-	14.907,99
Receita de Vendas	-	-	-	-	-	-
Recebimento de Vendas em Balcão	10.031.900,05	-	-	-	-	10.031.900,05
Repasso de Vendas em Balcão	(10.031.900,05)	-	-	-	-	(10.031.900,05)
Recebimento da Agricultura Familiar	146.029,50	-	-	-	-	146.029,50
Repasso de Vendas da Agricultura Familiar	(146.029,50)	-	-	-	-	(146.029,50)
Vendas Abastecimento Social						
Recebimento de Vendas do Funcafé	-	-	-	-	-	-
Repasso de Vendas do Funcafé	-	-	-	-	-	-
Vendas PGPM	-	-	-	-	-	-
Repasso de Vendas da PGPM	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	14.907,99	-	-	-	-	14.907,99
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	159,71	115,50	133,97	-	-	409,18
-Receita Líquida de Vendas e Serviços	14.748,28	(115,50)	(133,97)	-	-	14.498,81
-Custo Líquido das Vendas e Serviços	-	-	-	-	-	-
-Lucro Bruto Operacional	14.748,28	(115,50)	(133,97)	-	-	14.498,81
-Despesas Operacionais	12.854.617,00	1.550.205,32	1.305.105,67	364.579,61	505.598,30	16.580.105,90
Despesas de Pessoal	9.934.138,88	1.235.900,94	1.049.374,90	255.880,20	369.868,98	12.845.163,90
Despesas Financeiras	-	-	-	-	-	-
Despesas Comerciais e Administrativas	2.920.478,12	314.304,38	255.730,77	108.699,41	135.729,32	3.734.942,00
Receitas Operacionais Diversas	12.103.238,56	1.549.247,65	1.106.377,64	261.744,27	528.680,79	15.549.288,91
Resultado Não Operacional	12.855,00	1.682,15	175,00	1.682,15	1.682,15	18.076,45
Resultado	(723.775,16)	608,98	(198.687,00)	(101.153,19)	24.764,64	(998.241,73)

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício

A figura a seguir apesenta a evolução do Índice de Ocupação da rede própria da Conab, no âmbito da Sureg/PB. Em relação ao ano anterior verifica-se redução dos índices mensais em função da redução dos estoques públicos ocasionada principalmente pelas vendas de milho e a redução das aquisições.

FIGURA XVI - Índice de Ocupação da rede própria da Conab



Fonte: SUARM

7 – Administração de Estoques Públicos

7.1 – Rede Armazenadora Própria

A Conab no Estado da Paraíba conta em sua rede própria com 04 armazéns que juntos tem uma capacidade estática total de 22.200 toneladas, como descreve o quadro abaixo:

Quadro XII – Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns

Unidade Armazenadora	Quantidade de Armazéns	Cap. (t)	Tipo	Endereço
João Pessoa	1	8900	Convencional	R. Projetada Y2, 225 – Distrito Industrial João Pessoa/PB
Campina Grande	1	7000	Convencional	Av. Assis Chateubriand, 4885 Distrito Industrial / João Pessoa/PB
Monteiro	1	3500	Convencional	R. Manoel Joaquim da Silva, s/nr. - Centro Monteiro/PB
Patos	1	2800	Convencional	Fazenda Trapiá, 3312 – Km 342 – Zona Rural Patos/PB

7.1.1 – Posição dos Estoques

No fim do exercício, os estoques públicos depositados nas unidades armazenadoras próprias da Sureg/PB somava 5.093.714 toneladas de produtos agrícolas e 306.670 unidades de diversos produtos (sacaria, equipamentos, estruturas e utensílios das barracas de comercialização de pescado etc.).

Quadro XIII – Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias

UF	Produtos Agrícolas		Outros Produtos	
	Peso (Em kg)	Valor (Em R\$)	Quantidade (Em unidade)	Valor (Em R\$)
PB	5.093.714	5.197.001,34	306.670	428.223,69

Fonte: Suope/Gefoc e Suarm/Gearm

Quadro XIV – Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias

Produtos Agropecuários

PB	Próprio	Público	Açúcar	55.766	95.332,05
			Arroz	345.915	440.459,10
			Flocos de milho	30.574	34.991,95
			Leite	99.577	770.508,50
			Milho	3.755.907	3.061.675,08
			Óleo de soja	61.164	175.647,93
			Outros	30.576	52.272,73
			Milho	714.235	566.114,00
			Subtotal	5.093.714	5.197.001,34

Fonte: Suope/Gefoc e Suarm/Gearm

Quadro XV – Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias

Outros Produtos

PB	Próprio	Público	Sacaria	301.421	423.332,15
	Próprio	Público	Saco plástico	5.249	4.891,54
Subtotal				306.670	428.223,69

Fonte: Suope/Gefoc e Suarm/Gearm

7.1.1.2 – Serviços de Manutenção

Pode-se afirmar que a Rede, como um todo, encontra-se em estado regular de conservação, ou seja, opera dentro das possibilidades dessas estruturas construídas há mais de 20 anos, cujos equipamentos eletromecânicos e instalações acham-se, em sua maioria, obsoletos/ultrapassados, ou seja, em descompasso com a realidade e exigências do mercado atual.

De modo geral, os armazéns da Conab necessitam de constante manutenção nas coberturas e nas instalações existentes (civis, elétrica e mecânicas).

No ano de 2011 a Sureg/PB não foi contemplada com recursos da programação orçamentária para recuperação e modernização da rede armazenadora própria de acordo com o voto conjunto PRESI 003/2001 e DIRAB 015/2011, encaminhado a todas Superintendências Regionais pela Comunicação Interna (CI) 0664 de 27/07/2011.

Em atendimento aos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados para certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural, aprovados pela Instrução Normativa do MAPA n.º 29, a Conab estabeleceu o cronograma de investimentos para adequação de suas unidades armazenadoras a partir de 2012, quando deverão ser certificadas as primeiras 5 unidades, os armazéns da Conab no Estado da Paraíba tem seu cronograma definido detalhado nos quadros a seguir:

Quadro XVI- Certificação da Unidades Armazenadoras Própria

CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2014

JOÃO PESSOA – PB

Capacidade estática: 8.999	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Terminal
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		1.325.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		165.000,00
TOTAL		1.573.000,00

CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2015

CAMPINA GRANDE – PB

Capacidade estática: 6.318	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		55.000,00
Recinto de Análise		50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		165.000,00
TOTAL		353.000,00

MONTEIRO – PB

Capacidade estática: 3.861	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		135.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		288.000,00

PATOS – PB

Capacidade estática: 3.150	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		135.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00

TOTAL	288.000,00
--------------	-------------------

7.1.2 – Rede Armazenadora Cadastrada

O Cadastro de Unidades Armazenadoras é fundamental para o conhecimento da oferta de armazenagem no país. Nele, estão contidas informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e a qualificação, ou seja, os equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos.

No fim do exercício estavam cadastrados 25 armazéns com capacidade estática total para 93.627 toneladas, e destas apenas 4 armazéns (22.228 toneladas) estavam credenciadas para trabalharem com os estoques públicos, conforme detalhado no próximo quadro.

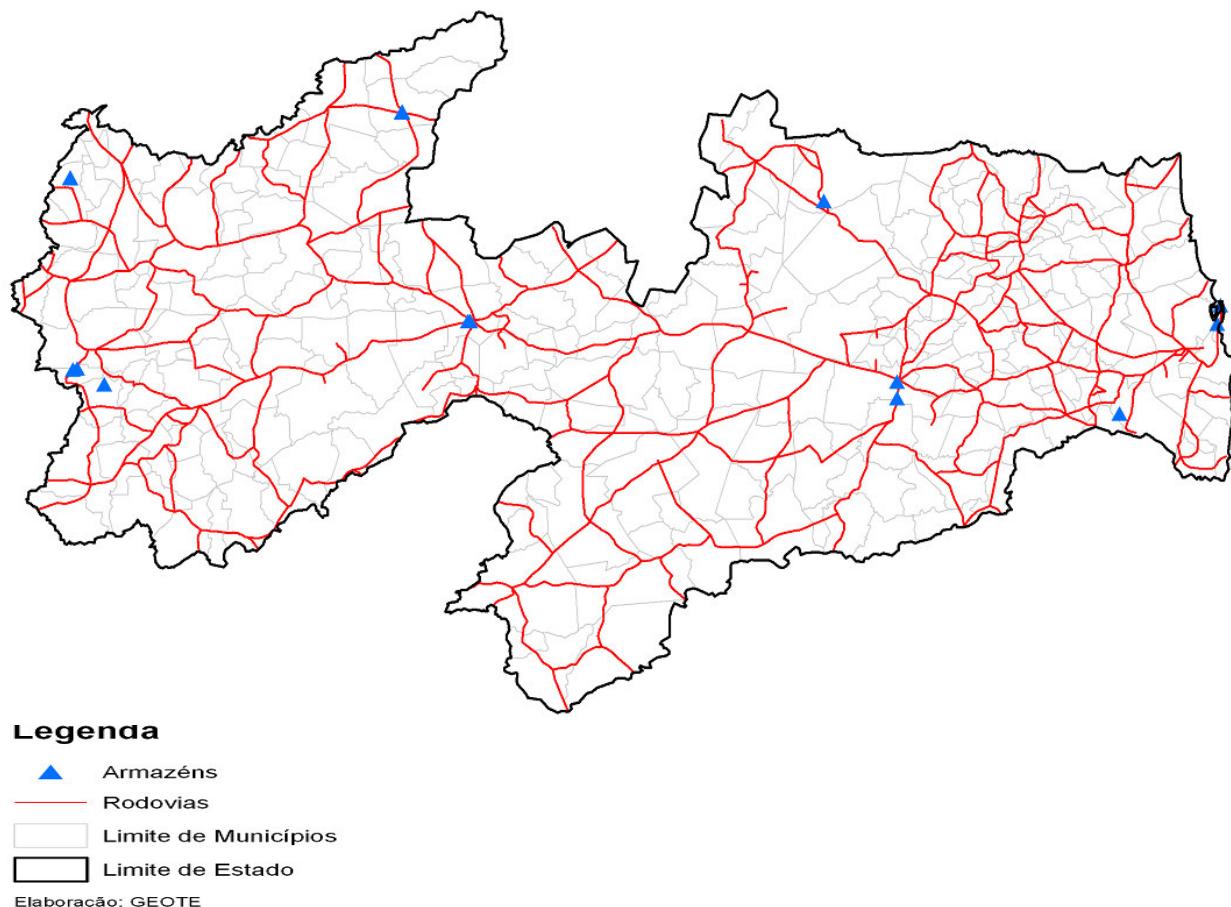
Quadro XVII – Demonstrativo da Capacidade Estática de Armazenagem

UF	N.º de Armazéns	Capacidade Estática (Em t)					
		Cadastrada			Credenciada		Impedida/Descredenciada/Sem Contrata de Depósito
		Convencional	Granel	Total	N.º de Armazéns	Capacidade	N.º de Armazéns
PB	25	52.297	41.330	93.627	4	22.228	21
Total	25	52.297	41.330	93.627	4	22.228	21
							71.399

Fonte: Suarm/Gecad

A figura a seguir demonstra a localização da rede armazenadora instalada no Estado da Paraíba:

Figura XVII – Rede Armazenadora Instalado no Estado da Paraíba



Quanto à localização das unidades armazenadoras, verifica-se o predomínio daquelas instaladas em áreas urbanas. A guarda dos produtos nos locais de produção é prática de suma importância tanto como complemento da rede armazenadora urbana quanto para minimizar perdas quantitativas e qualitativas a que estão sujeitas os produtos colhidos, além disto possibilita economia na remoção de produtos, com deslocamento em períodos de entres safra quando o valor dos fretes são menores. Não poder estocar em casa, em regra, traduz-se em perda de competitividade. A baixa capacidade de armazenagem nas fazendas é função de fatores econômicos, pouca difusão da tecnologia gerada e/ou adaptada e a falta de planejamento global do setor armazenador.

Quadro XVIII – Demonstrativo da Capacidade Estática, Quanto à Localização

UF	Localização				Total
	Fazenda	Portuário	Zona Urbana	Zona Rural	
PB	3.150	-	89.685	792	93.627
Total	3.150	-	89.685	792	93.627

Fonte: Suarm/Gecad

O atendimento aos produtores rurais se torna mais restrito quanto se observa a propriedade e a possibilidade de acesso à capacidade estática. A maior parte da capacidade Estática instalada no Estado da Paraíba está nas mãos do setor privado e das Cooperativas cerca de 69,76%, em relação a possibilidade de acesso verifica-se que 79,05% é de uso exclusivo dos proprietários sendo apenas 20,94% de uso público.

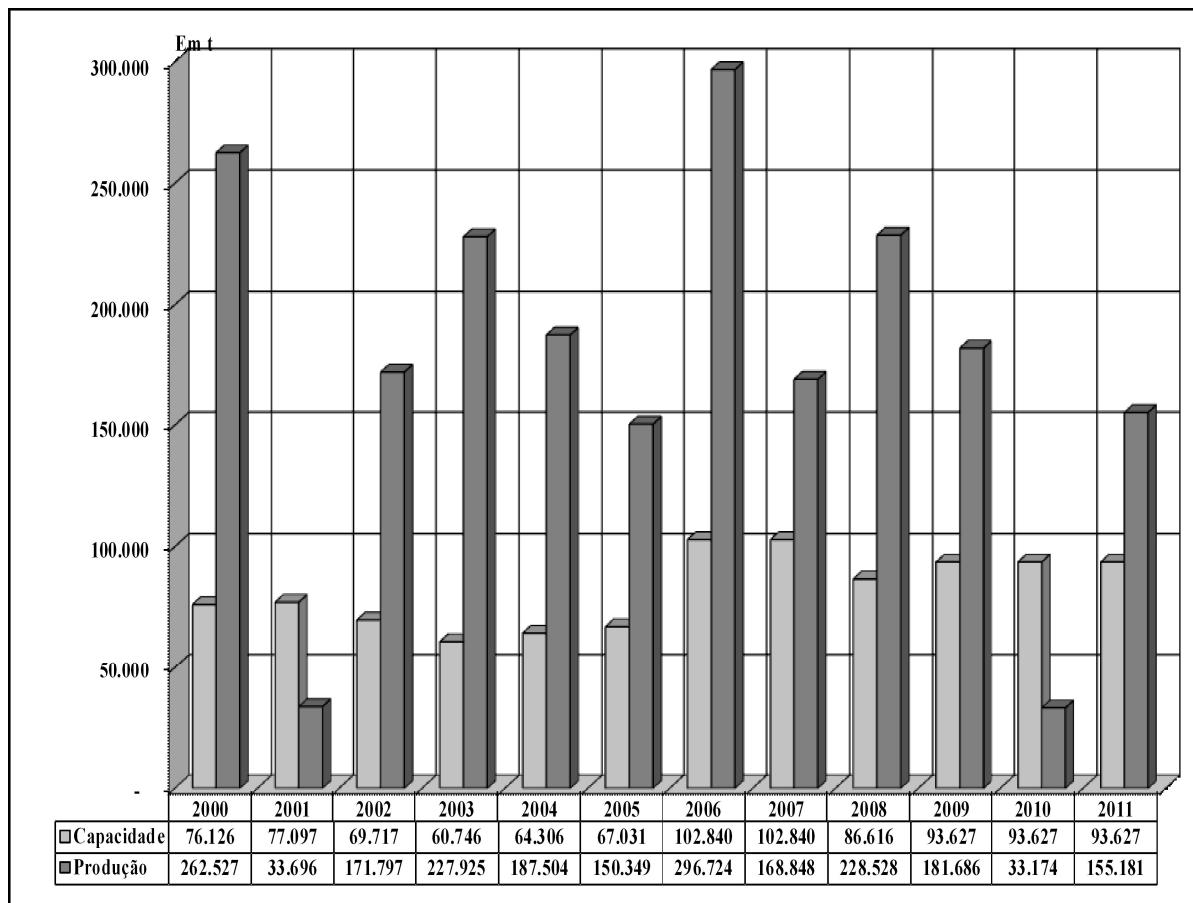
Quadro XVIII – Demonstrativo da Capacidade Estática, Quanto à Entidade

UF	Entidade			Utilização		Em t
	Cooperativa	Oficial	Privado	Pública	Privada	
PB	11.323	28.308	53.996	19.606	74.021	
Total	11.323	28.308	53.996	19.606	74.021	

Fonte: Suarm/Gecad

Na Paraíba, a capacidade estática de armazenagem é inferior à produção, 93.627 toneladas estáticas ante uma produção de 155.181 toneladas de grãos e fibras produzidas em 2011. Considerando-se a recomendação da FAO para que a capacidade estática de armazenagem de um país seja igual a 1,2 vezes sua produção agrícola anual, o nível indicado para o Estado da Paraíba seria de cerca de 186.217 toneladas.

Figura XVII– Evolução da Capacidade Estática x Produção Agrícola



Fonte: Suarm/Gecad

7.1.4 – Capacitação de Mão de Obra do Setor Armazenador

A capacitação da mão de obra do setor armazenador com o objetivo de treinar e qualificar a mão de obra que atua no segmento armazenador, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão de obra e a geração de empregos no setor foi uma atividade desenvolvida pela Conab até o ano de 2008.

A partir de 2009 a atividade não foi mais executada, uma vez que Diretoria responsável pela execução decidiu pela suspensão da atividade por tempo indeterminado.

7.2 – Fiscalização dos Estoques Públicos

7.2.1 – Quadro de Fiscais

A atividade objetiva a realização *in loco* de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques-Sufis que, mediante programação anual, coordena todo o processo de fiscalização além de participar da execução por meio dos fiscais lotados na Matriz. A atividade segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da Conab-MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

Apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização enquanto que, nas Regionais, os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, levantamento de informações sobre a safra, operacionalização do PAA etc.

Na Sureg/PB conta-se com um quadro físico de 11 fiscais, todos lotados no Setor de Operações e Programas Institucionais – SEOPI. No ano de 2011 foram realizadas duas fiscalizações nos estoque públicos governamentais e não foram observadas divergências entre o volume contabilizado pela Conab e o estoque físico averiguado pelos fiscais.

Além dessas fiscalizações também foram realizadas fiscalizações referentes ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), PROVB (Programa de Venda em Balcão) e Programas de Subvenção (PEP, VEP, PEPRO e PROP) totalizando 1.107 fiscalizações.

7.2.2 - Fiscalização dos Estoques Públicos

No ano de 2011 não foram verificadas perdas, desvios ou produtos abaixo do padrão nessa Superintendência, bem como não houve desclassificação de produtos.

7.2.2.5 – Avaliação Geral dos Armazéns

Além de apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais, os fiscais também avaliam a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias e os procedimentos técnicos de armazenamento, orientando e indicando as medidas corretivas a serem adotadas em referência às irregularidades apontadas, e, se for o caso, a necessidade de alteração quanto a situação cadastral das unidades armazenadoras.

Quadro XIX – Demonstrativo de Ocorrência de Irregularidades nas Unidades Armazenadoras

Estado	Total
Paraíba	9
Total Geral	9

Fonte: Gefis/Sufis

7.2.3 - Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda

Das fiscalizações realizadas no exercício de 2011, 542 foram relativas a programas de sustentação de renda sendo 434 do PEP – Prêmio Para Escoamento de produto, 107 do PEPRO – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor e 01 do VEP – Valor Para Escoamento de Produto, além de 79 projetos do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade compra com doação simultânea, fiscalizados.

As fiscalizações dos programas PEPRO, PEP e VEP são relativas a compra de milho em grãos e foram realizadas por um fiscal que em três semanas vistoriou os adquirentes do produto, o planejamento inicial tinha a previsão dos roteiros serem feitos por dois fiscais o ampliaria a área de cobertura e proporcionaria uma maior amplitude na fiscalização, mas por ter ocorrido concomitantemente a fiscalização dos projetos do PAA e por no período haver carência de fiscais na regional, pois dos 11 fiscais lotados nessa regional encontravam-se apenas 6 disponíveis, o fiscal responsável visitou as granjas adquirentes do produto, por amostragem o que não garantiu 100% dos adquirentes fiscalizados.

As fiscalizações do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade compra com doação simultânea foram realizadas por vários técnicos do Setor de Operações e Programas Institucionais – SEOPI em associações e cooperativas que apresentaram projetos de 2011 e renovações de projetos recorrentes do ano de 2010. As fiscalizações realizadas no PAA tem como objetivo verificar o andamento do projeto e o cumprimento da legislação referente ao programa. Nessas fiscalizações os técnicos da regional verificam se há alguma irregularidade na execução do programa, tanto no que diz respeito a associação ou cooperativa que apresentou a proposta e que representa os produtores participantes, quanto com as entidades que estão recebendo a mercadoria dessas associações e cooperativas, assim os técnicos responsáveis pela fiscalização visitam os produtores participantes para verificar *in loco* a existência da produção constante no projeto, bem como a sua capacidade produtiva, além de visitar os órgãos governamentais caso se faça necessário, verifica-se também a capacidade do beneficiário consumidor em recepcionar, armazenar e distribuir a mercadoria recebida.

No caso do beneficiário consumidor ser uma escola ou creche, o fiscal também verifica se o

percentual de recursos destinados a compra da merenda escolar está sendo aplicado e como os alimentos doados estão sendo utilizados no cardápio da escola ou creche beneficiada. Para isso são feitas reuniões com o nutricionista responsável, bem como com representantes do Poder Público.

7.2.4 - Serviços de Cobrança

No ano de 2011 no âmbito da Superintendência não houve serviços de cobranças ou recebimentos, pois não foram constatadas perdas ou desvios.

7.3 – Remoção de Produtos

A Conab não realiza no âmbito dessa regional Remoção de Produtos dos estoques públicos, bem como no ano de 2011 não houve nesse regional remoção de produtos oriundos do PAA, do MI, MDA ou MDS.

8 – Gestão Tecnológica

8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação

O Planejamento das ações de TI na Conab tem como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então, deste modo todo o planejamento da Tecnologia de Informação acontece em nível de Matriz e é desenvolvido pela Superintendência de Informação – SUINF.

9 – Gestão Estratégica

A Gestão Estratégica da companhia é de atribuição da Diretoria Administrativa – Dirab, deste modo não a participação das Superintendências Regionais nas decisões estratégicas da empresa cabendo a estas o papel de executor das estratégias traçadas pela matriz.

10 – Geração e Difusão de Informações

As informações e o conhecimento disponibilizados pela Companhia contribuem para o desenvolvimento da sociedade e são essenciais para a formulação de políticas públicas, para a regulação da oferta de alimentos e para a organização da comercialização agrícola, além de oferecer meios para a garantia de renda do produtor.

Visando atender ao seu público alvo e à sociedade, a Conab elabora e disponibiliza informações da agropecuária e do abastecimento.

Realiza também o acompanhamento e a análise dos mercados agropecuários nacional e internacional e elabora estudos e propostas de preços mínimos, e de preços de referência para a agricultura familiar, assim como define preços de compra e venda e índices de permuta nas operações de suprimento dos programas de abastecimento e sociais.

Estes estudos subsidiam a elaboração e a execução das políticas agrícola e de abastecimento, já que os acompanhamentos e as análises objetivam a proposição de ações para a formação de estoques públicos e para a intervenção governamental, visando a regularidade do abastecimento, a garantia de renda ao produtor rural e a segurança alimentar da sociedade.

10.1 – Levantamento de Safras

No âmbito da Sureg-PB são realizadas ao todo 8 pesquisas da safra de Grãos, 3 de Cana de açúcar e uma pesquisa anual da produção de Sisal no Estado, com as necessárias complementações dos dados coletados com pesquisas complementares para a atualização dos dados, utilizando-se de outros meios de busca de informações, como telefone, e-mail, etc.

Os produtos pesquisados são: Feijão, Milho, Arroz, Algodão e Amendoin. Existe também duas outras culturas que são acompanhadas sendo elas o Sisal e a Cana de Açúcar.

Em atenção às demandas dos usuários de informação de safra, os levantamentos da Safra de Grãos têm sido realizados em estreita colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, consolidando o processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais lavouras brasileiras.

Além disso os técnicos lotados no Setor de Logística e Gestão da oferta – SEGEO acompanham a variação dos preços de alguns produtos, as pesquisas são realizadas semanalmente por meio de coleta de preços a nível de produtor, com a utilização de informantes de preços cadastrados anualmente, e no atacado, com pesquisas realizadas no mercado local, os dados gerados ou coletados de outras fontes são publicados na Revista Indicadores da Agropecuária e disponibilizados por meio de sistema denominado Siagro.

10.2 – Projetos GeoSafras e SIGABrasil

a) Projeto GeoSafras

A agricultura brasileira tem evoluído a cada safra, aumentando o volume e a complexidade dos trabalhos pertinentes às estimativas da produção. Além da grande extensão territorial, as diversidades regionais de aspectos físicos (clima, solo, relevo, cobertura vegetal e disponibilidade hídrica), econômicos (fontes de financiamento e nível de investimento em insumos e tecnologia) e socioculturais (perfil do produtor e conhecimento tradicional) sobrecarregam os trabalhos de estimativas de safra da Companhia.

Nesse ambiente complexo, de vocação agrícola variada, a Conab tem buscado medidas mais eficazes para incrementar a potencialidade do sistema de levantamento e acompanhamento de safras do governo e, para isso, tem se empenhado na apropriação de ferramental diversificado, em complementação à metodologia tradicional de consulta direta ao setor produtivo (método subjetivo).

Com esse propósito, a Conab vem utilizando (desde 2004) recursos tecnológicos de eficiência comprovada, tais como: modelos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistemas de informações geográficas e modelos agrometeorológicos/espectrais, para estimar as áreas de cultivo e prever impactos à produtividade das lavouras. Esse conjunto de tecnologias constitui o método objetivo de previsão de safras, que integra o Projeto Geosafras.

A partir de entendimentos iniciados em 2003, formou-se em torno do Geosafras um ambiente de cooperação e de união de esforços entre diversas instituições de ensino e pesquisa e muitas outras entidades de apoio e extensão rural que, em conjunto, tem trabalhado para aprimorar as estimativas de safra brasileiras, tornando inquestionáveis os números do governo. Essa integração possibilitou a aplicação em escalas regional e nacional, daquelas experiências que inicialmente foram testadas em nível de município e de lavouras pontuais.

Dentre as atividades desenvolvidas em 2011 destacam-se:

- Atualizaçã do mapeamento do café, para a safra 2011, no estado do Paraná; de cana de açúcar (setor sucroalcooleiro), para a safra 2011/12, nos estados produtores do norte/nordeste de Goiás; de grãos (milho 1.^a safra e soja) e cana de açúcar, para as safras 2010/112 e 2011/12 respectivamente;
- Mapeamento da área plantada com arroz, safra 2010/11, no Rio Grande do Sul e de soja, trigo e milho 2.^a safra, safra 2010/11, no Paraná;
- Desenvolvimento, calibração e ajuste de modelos agrometeorológicos e espectrais (imagens de satélite) de previsão de produtividade da cana de açúcar e do café nos principais estados produtores;
- Estimativas da produtividade da cana de açúcar e do café nos polos produtores com produção mais significativa, utilizando dados de estações meteorológicas e imagens de satélite.
- Monitoramento da evolução das áreas de pastagens (2010 e 2011) em 33 municípios do sudeste do estado do Pará, com imagens LANDSAT e validação em campo (Conab/INMET);
- Operacionalização do sistema de recepção de imagens de satélite (antena parabólica, software e chave da EUMETSAT) prevista no Grande Acordo de Cooperação e de Intercâmbio de Informações, coordenado pela Comunidade Europeia, chamado DevCoCast;
- Manutenção das atividades do Laboratório de Tratamento de Imagens de Satélite-LATIS, implementado no acordo entre a Conab e o INMET;
- Atualização dos dados do sistema GeoWEB, acessível no link: <http://geoweb.Conab.gov.br/Conab/>.

b) Projeto SIGABrasil

O agronegócio é geográfico, daí ser o único setor da economia capaz de harmonizar desenvolvimento com interiorização, reduzindo disparidades intra e inter regionais, e desenvolvimento com justiça social (fonte: Internet).

Qualquer entidade ou organização do agronegócio necessita atuar nas relações entre empresas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações, atuar preventivamente, gerar e difundir informações, com uma visão ampla e espacializada de toda a cadeia de produção.

As estimativas regionalizadas da produção agrícola e outros segmentos do agronegócio como: armazenagem, manutenção de estoques, comercialização, fiscalização, programas sociais e transporte da produção agrícola, integram universo de informações espacializadas. A rede de armazéns, os volumes estocados, as agroindústrias, os centros consumidores, os portos, as vias de escoamento, são entidades inter-relacionadas no geo espaço. A logística do agronegócio envolve uma estrutura de informações que, por natureza, necessitam ser trabalhadas de forma integrada.

As geotecnologias podem contribuir como suporte de informações para a comunidade do agronegócio. A confiabilidade e a qualidade das informações pertinentes a este ambiente podem ser

aprimoradas quando captadas por meio de ferramentas como GPS e sensoriamento remoto, tratadas e disponibilizadas por meio de um Sistema de Informações Geográficas (SIG).

O SIGABrasil, trabalha o universo de informações de modo integrado no geo espaço. Não apenas sobrepondo camadas de informações mapeadas, mas também permitindo outras operações espacializadas como: escolha de melhores rotas de escoamento da produção; localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas; fluxo de cargas; orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária e da rede armazenadora; escolha de regiões mais adequadas para instalação de agroindústria; gerenciamento de programas sociais; oferta e demanda de emprego etc.

O Sistema atende ampla comunidade do agronegócio mas a maior parte das demandas tem origem na própria Companhia. A seguir alguns exemplos de produtos gerados em 2011 no atendimento das necessidades de técnicos em diversas atividades:

- Atualização dos mapas de produção agrícola das principais culturas cultivadas no Brasil;
- Atualização do georreferenciamento das Usinas de cana de açúcar e dos armazéns cadastrados pela Conab;
- Análise da expansão dos cultivos e da substituição de culturas em estados da Região Centro-Oeste e no Paraná;
- Estudos de uso e ocupação do solo nos principais estados produtores.

11 – Gestão de Pessoas

11.1 – Distribuição de Empregados

O capital humano da Sureg/PB foi formulado no processo de criação da Conab, assim é preciso entender que o processo de criação da Conab é decorrente da fusão de três empresas públicas, em 1990 e se deu de forma intempestiva e sem planejamento em um cenário direcionado para a redução de funções públicas, o que acabou gerando um número expressivo de demissões à época. Nesse contexto, herdou-se um quadro de empregados bastante heterogêneo, baseado em culturas e direitos trabalhistas distintos.

A Sureg/PB em 2011 contava com 198 servidores sendo que destes 154 são readmitidos por decisão judicial e 74 estão cedidos a outros órgãos da administração pública federal.

O retorno dos anistiados, por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994, materializada por meio de portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG. Em 2011 foram editadas as portarias de n.ºs 172, de 20 de junho, 205, de 07 de julho e 385, de 22 de setembro, reduziu o gargalo gerado pelo reduzido número de empregados, atuando em diversas áreas da Companhia e participando na realização de todas as operações. Mas, em determinados setores, principalmente nas áreas de engenharia, agronomia, contabilidade e de tecnologia da informação, persiste a falta de empregados especializados, causando dificuldades e atrasos na execução de ações, principalmente no segmento operacional.

Neste cenário a Superintendência procura alocar seus servidores de acordo com a experiência na área, atrelada a formação dos mesmos, deste modo, Analistas de Operações, Engenheiros Agrônomos e Técnicos Operacionais são alocados na área Gerência de Operações da Superintendência o que garante um ganho operacional aos programas executados pela companhia, Analistas de Recursos Humanos, Técnico do Trabalho e Técnicos em Recursos Humanos são alocados no Setor Administrativo que compõe a Gerencia Financeira e Analistas Contadores e Técnicos em Contabilidade no setor contábil que também faz parte de Gerencia Financeira, a Procuradoria é formada por advogados concursados e contratados para exercer especificamente essa função. Pela citada falta de pessoal especializado e também pelo elevado número de trabalhadores com idade avançada muitas vezes é necessário o remanejamento de funcionários entre as Gerências para a melhor manutenção dos programas executados.

11.2 – Comunicação Interna.

A comunicação de informações importantes para a companhia se dá por meio dos seguintes veículos:

Notícias do Dia – informativo diário com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Além das cópias impressas afixadas nos murais, o informativo também está presente diariamente na intranet e nos murais das superintendências regionais e unidades armazenadoras. Circula de segunda a sexta-feira e as notícias são produzidas, diagramadas e ditadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em parceria com estagiários de comunicação das superintendências regionais. Com o mesmo leiaute, é produzida uma edição em cada regional (Notícia do Dia Regional) com informações de exclusivo interesse dos empregados locais. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet- este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

Internet – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

11.3 – Melhoria do Clima Organizacional

Para o levantamento de informações sobre o clima organizacional da Companhia, e seu monitoramento, foi realizada uma pesquisa específica, no período de julho de 2008 a maio de 2009, com o objetivo de conhecer a percepção dos empregados sobre temas relativos ao ambiente de trabalho, visando subsidiar planos de ações para a melhoria da gestão de recursos humanos da Empresa.

Os questionários utilizados foram disponibilizados na intranet e, após o preenchimento pelos empregados, enviados para a Superintendência de Tecnologia da Informação-Sutin para tabulação. Objetivando a liberdade de respostas os questionários tiveram tratamento sigiloso.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas:

- Estudos prévios, levantamento dos dados, definição do formulário, apresentação do projeto para a Diretoria e sensibilização dos empregados;
- Preenchimento dos formulários;
- Tabulação dos dados, análise dos resultados e criação dos planos de ações e sugestões; e
- Conclusão e disseminação dos resultados.

A quarta etapa não foi implementada pois até o fim té o fim do exercício de 2011 o resultado da pesquisa e o respectivo plano de ação aguardavam manifestação da Presidência da Conab.

11.4 – Ações de Capacitação

A cada dois anos, a Conab realiza o Levantamento de Necessidades de Treinamento-LNT, com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no PEC, em nível de matriz e regionais, bem como identificar as novas demandas de treinamento para o período. As necessidades de treinamento identificadas devem ser correlatas às competências de cada área, assim como às precíprias desenvolvidas pelos empregados lotados nas diversas áreas da Companhia. São propostos, também, cursos voltados para o de desenvolvimento futuro dos empregados, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, o LNT busca identificar empregados para atuarem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

Inserida no Programa de Valorização do Servidor, a Conab buscou incentivar os seus empregados a reingressarem na vida acadêmica por meio de cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, desde que voltados para os objetivos estratégicos e de interesse da Companhia. Continuou implementando o Projeto Graduar para Trabalhar (alfabetização, pós-alfabetização, ensino fundamental e médio) na Matriz, Além disso, investiu no Programa Educacional de Idiomas, concedendo aos seus empregados incentivo financeiro de 50% da mensalidade, limitado em até R\$124,78.

O exercício de 2011 iniciou-se com a promulgação do Decreto n.º 7.446, de 1.º de março de 2011, e Resoluções n.ºs 013 e 014/011, restringindo os recursos orçamentários para a realização das atividades de capacitação, em âmbito nacional, principalmente quando esses eventos envolviam despesas com diárias e passagens.

Nesse contexto, a Gefad, por meio do Seade que é a área na Sureg/PB responsável pela aplicabilidade dos recursos destinados ao treinamento de pessoal encontra dificuldade em conseguir manter um programa de treinamento constante, pois a maioria dos cursos são oferecidos por instituições que se encontram em outros estados da federação e as restrições orçamentárias dificultaram a movimentação de empregados para os Estados vizinhos, além disso o Estado da Paraíba sofre com a falta de regularidade fiscal das instituições de ensino, aqui instaladas, tanto em âmbito federal, como Municipal e Estadual.

Os quadros a seguir apresentam o resultado do exercício 2011, bem como um comparativo das despesas realizadas com treinamento desde 2007.

Quadro XX – Treinamento, por Área de Conhecimento

Área de Conhecimento	Nº de Treinados	Homens/hora Treinados	Medida de carga/horária por participante
Administrativa	4	32	8
Auditória	0	0	-
Comunicação Social	0	0	-
Educação e Desenvolvimento	56	136	2,43
Financeira	0	0	-
Gerencial	1	58	-
Informática	0	0	-
Jurídica	0	0	-
Operacional	11	234	21,27
Planejamento	14	1.046	74,71
Qualidade	0	0	-
Total	86	1.506	17,51

Fonte: Gecap

Quadro XXI– Despesas com Treinamento

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total	
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenizações e Restituições		
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica				
2007	11.595,00	-	9.594,30	-	12.542,50	-	315,00	34.046,80	
2008	22.918,10	-	20.121,46	-	19.307,80	-	-	62.347,36	
2009	13.474,00	200,00	1.552,07	-	32.324,84	-	-	47.550,91	
2010	27.976,50	81,89	17.700,78	-	16.634,00	-	532,50	62.925,67	
2011	1.012,50	-	1.117,67	-	15.456,50	-	-	17.586,67	

Fonte: Siafi

11.5 – Composição e Custos de Pessoal

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados celetistas, contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de funcionários terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento, que do quadro de pessoal 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, a quais deverão ser extintas à medida que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada por Regional.

No fim do exercício, a Sureg/PB contava com 197 empregados, sendo 122 em efetivo exercício na Regional e os demais cedidos a outros órgãos públicos ou em licença não remunerada, conforme detalhado no quadro a seguir:

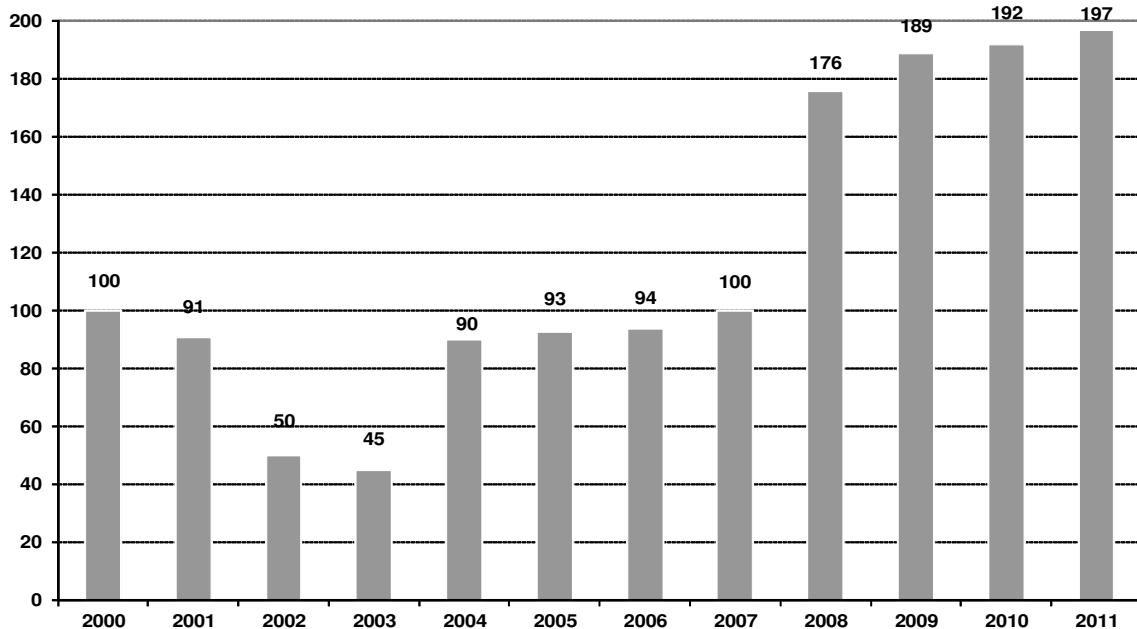
Quadro XXII – Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	PB		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Em efetivo exercício na empresa	112	120	8
Assessores (contrato especial)	0	0	-
Cargo de Direção na empresa	0	0	-
Diretor não empregado	0	0	-
Conselheiro de Administração/Fiscal	0	0	-
Licenciado INSS / Acidente de Trabalho	1	2	1
À Disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	0	0	-
À Disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	78	74	(4)
À Disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0	0	-
Licença Maternidade – 120 dias / adoção	0	0	-
Licença Maternidade – empresa cidadã 60 dias / adoção	0	0	-
Assessores (Contrato Especial) Requisitado	0	0	-
Licença para cargo eletivo com vencimentos	0	0	-
Licença para cargo eletivo sem vencimentos	1	1	-
Contrato suspenso / licença particular	0	0	-
Pensão Vitalícia	0	0	-
Total	192	197	5

Fonte: Dirad/Sureh

A figura a seguir mostra a evolução do quadro de empregados, no qual se verifica redução até o exercício de 2003 e em seguida a recomposição atingindo o ápice em 2011, este aumento é uma consequência da contratação de empregados por meio da realização de concurso público, pelo retorno de empregados por decisão judicial e de anistiados pela Lei n.º 8.878/94.

Figura XIX – Evolução do Quadro de Empregados SUREG/PB



Fonte: Sutin/Gesof

Do quadro de pessoal ativo da Superintendência 154 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 77,66% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

**Quadro XXIV - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual
Situação Apurada em 31/12/2011**

Discriminação	Quantidade de Empregados		Variação	
	Matriz			
	31/12/10	31/12/11		
Contrato Padrão	44	43	(1)	
Reintegrado (Transitado)	12	12	-	
Reintegrado Liminar	3	3	-	
Anistiado (Transitado)	0	0	-	
Anistiado (Liminar)	1	1	-	
Anistiado (Lei 8878/94)	132	138	6	
Total	192	197	5	

Fonte: Sutin/Gesof

O número de empregados enquadrados nas funções de nível superior representa apenas 8,29% do total da força de trabalho em quanto os de nível médio e fundamental representam 91,71% do total da força de trabalho.

Quadro XXV – Demonstrativo por Nível de Enquadramento

Situação Contratual	Nível				Total
	Auxiliar	Médio	Superior	Contrato Especial	
Contrato padrão	16	12	15	0	43
Reintegração Judicial (Transitado em julgado)	8	4	0	0	12
Reintegração judicial (liminar)	3	0	0	0	3
Readmissão-Anistia (Transitado em julgado)	0	0	0	0	0
Readmissão-Anistia (liminar)	1	0	0	0	1
Anistiado (Lei 8.878/94)	113	23	2	0	138
Total	141	39	17	0	197

Fonte: Sutin/Gesof

Quanto ao nível de escolaridade verifica-se a existência de 48 empregados com nível superior completo ou com formação acadêmica acima deste (especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado), evidenciando a necessidade de realização de concurso público para a criação de oportunidade para a regularização da situação funcional desses empregados.

Quadro XXVI – Demonstrativo por Nível de Escolaridade

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	50	19	74	30	5	2	0	0	180
1.1 Membros de poder e agentes políticos											0
1.2 Servidores de Carreira			27	11	41	18	5	2			104
1.3 Servidores com Contratos Temporários											0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença			23	8	33	12					76
2. Provimento de cargo em Comissão	0	0	0	1	5	8	3	0	0	0	17
2.1 Cargos de Natureza Especial											0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior											0
2.3 Funções Gratificadas				1	5	8	3				17
3. Total	0	0	50	20	79	38	8	2	0	0	197

LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Fonte: Sutin/Gesof

Do quadro total da Sureg/PB 14 servidores encontravam-se em situação de redução da força de trabalho, destacando-se os cedidos a outros órgãos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XXVII – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	13
1.1 A disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	0
1.2 A disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	13
1.3 A disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0
2. Licença Remunerada (2.1+2.2)	0
2.1 Licença Maternidade	0
2.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
3. Licença não Remunerada (3.1+3.2+3.3)	1
3.1 Licenciado INSS/Accidente de Trabalho	1
3.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
3.3 Interesses particulares	0
4. Total de servidores afastados em 31 de dezembro	14

Fonte: Dipai/Sutin

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevalecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da Conab (Cibrius) estabelece a idade mínima de 56 anos para concorrer ao benefício. Pelo quadro abaixo verifica-se a existência de 95 empregados que reúnem todas as condições para o desligamento da Empresa.

Quadro XXIX – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária

Faixa Etária	Tempo de Trabalho na Empresa										Participação (%)
	0-5	6-10	11-15	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	>40	Total	
20 a 25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
26 a 30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
31 a 35	2	1	0	0	0	0	0	0	0	3	5,45
36 a 40	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2	3,64
41 a 45	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1,82
46 a 50	18	8	1	0	3	4	2	0	0	36	65,45
51 a 55	29	16	0	0	0	6	9	0	0	60	109,09
56 a 60	28	10	0	0	0	3	12	2	0	55	100,00
61 a 65	15	7	0	0	1	1	4	1	0	29	52,73
66 a 70	3	1	0	0	0	0	1	0	0	5	9,09
Mais de 70	2	3	0	0	1	0	0	0	0	6	10,91
Total	98	47	1	0	5	15	28	3	0	197	-

Fonte: Dipai/Sutin

11.5.2 – Admissões, Demissões e Transferências

Durante o exercício ocorreram 6 admissões e 1 demissões, além de 20 transferências internas e 4 transferências externas.

O ingresso no quadro de pessoal ocorreu pelo retorno de ex-empregados, seja por decisão judicial ou pela Lei de Anistia, ou, então, por meio de contratos especiais nas funções de diretores, assessores ou conselheiros, sem vínculo empregatício. No outro sentido, a redução ocorre pela rescisão dos contratos especiais, pela solicitação de demissão sem justa causa e por falecimento do empregado.

As transferências em sua maioria se dão a pedido do empregado seja por vontade própria seja por solicitação da superintendência de destino, que utiliza o sistema de comunicação da empresa para informar ao corpo funcional a existência de vagas, assim os empregados interessados em se transferir para áreas com cargos vagos em outras Superintendências podem entrar em contato com as mesmas, desde que os se encaixem no perfil traçado para aquele cargo ou função.

11.5.2 – Perspectivas de Aposentadoria

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo, portanto, idade limite para o desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo, inclusive, serem aposentados pela Previdência Social e permanecerem em atividade.

11.5.3 – Recomposição do Quadro de Pessoal

A recomposição do quadro pessoal seja por aposentadoria ou por demissão é feita mediante concurso público de provas ou provas de título, tendo acontecido o último concurso no ano de 2005 e 2006.

Está prevista para 2012 a realização de concurso público para preenchimento de 155 vagas de analistas de nível superior, apenas para a Matriz, e a criação de cadastro reserva para reposição futura quando da abertura de novas vagas. Dessa quantidade, 60 vagas estão reservadas para a área de informática, em substituição à mão de obra até então contratada via PNUD.

11.5.4 – Quadro de Pessoal Inativo ou Pensionista

Por ser uma empresa que tem o quadro de Recursos Humanos composto por empregados celetistas, contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento a mesma não conta com quadro de Inativos ou Pensionistas.

11.5.5 – Quadro de Estagiários

Quadro XXX- Número de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprovadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2010	Custo do Exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre			
Nível Superior	0	0	0	0			
Área Fim	-	-	-	-			
Área Meio	-	-	-	-			
Nível Médio	6	6	6	6	7	6	51.036,00
Área Fim	6	6	6	6			
Área Meio	-	-	-	-			
Total	6	6	6	6	7	6	51.036,00

Fonte: Seade/PB

A Sureg/PB contava no ano de 2011 com 06 (Seis) estagiários com custo mensal de R\$ 4.253,80 levando-se em consideração a bolsa para a esses estagiários e o valor do transporte que também é pago pela empresa, além disso a empresa paga uma taxa de administração mensal de 15% ao Centro de Integração Empresa Escola - CIEE , esse valor é calculado sobre o montante pago a título de Bolsa aos estagiários.

11.5.6 – Custos de Pessoal

Em 2011, a despesa de pessoal com os empregados lotados na Sureg/PB foi de R\$12.845.163,90, com participação de 3,12% na despesa total da Conab (R\$411.854.46,20) e com crescimento de 14,7% sobre o valor de 2010.

Quadro XXXI - Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011

	2009	2010	2011
(-) DESPESAS DE PESSOAL	9.556.084,78	11.198.974,51	12.845.163,90
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	6.352.769,92	7.613.061,46	8.685.231,02
331901101 VENCIMENTOS E SALARIOS	3.907.052,05	4.762.783,07	5.169.236,29
331901105 INCORPORACOES	0	0	21.118,77
331901110 ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	22.146,00	8.406,00	10.741,73
331901131 GRATIFICACAO P/EXERCICIO DE CARGOS	187.000,00	1.000,00	0
331901133 GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNCOES	408.602,83	499.226,90	762.392,62
331901137 GRATIFICACAO POR TEMPO DE SERVICO	570.711,96	670.999,32	805.348,00
331901143 13 SALARIO	637.023,62	810.275,03	941.845,67
331901144 FERIAS - ABONO PECUNIARIO	180.015,63	202.031,33	254.594,09
331901145 FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	146.792,33	174.488,17	207.360,63
331901146 FERIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	195.395,77	226.553,59	272.795,90
331901147 LICENCA-PREMIO	100.673,95	291.244,42	203.427,15
523170203 CREDITOS P/ACERTO FINANC.C/EX-SERVidores	147.265,51	150.645,53	221.360,81
623170203 (-)CREDITOS P/ACERTO FINANC.C/EX-SERVidores	-250.342,19	-202.382,00	-208.014,14
523310701 PROVISO PARA DECIMO TERCEIRO SALARIO	396.869,34	500.434,46	559.827,30
623310701 (-)PROVISO PARA DECIMO TERCEIRO SALARIO	-396.869,34	-500.434,46	-559.827,30
523310702 PROVISO PARA FERIAS	878.892,98	906.820,81	1.106.469,07
623310702 (-)PROVISO PARA FERIAS	-716.190,58	-840.822,95	-1.055.331,66
523170502 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - NAO FINANCEIROS	401.483,65	474.515,20	587.254,15
613120500 (-)ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	-463.753,59	-522.722,96	-615.368,06
OBRIGACOES PATRONAIS	2.281.320,73	2.834.421,48	3.206.164,50
331901301 F.G.T.S.	511.408,64	594.945,68	679.251,16
331911304 CONTRIBUICAO DE SALARIO EDUCACAO	159.809,46	186.007,28	212.357,83
523310708 ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PROVISOS	410.391,52	505.934,90	603.169,51
623310708 (-) ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PROVISOS	-353.771,09	-464.056,75	-583.743,84
331911302 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	1.489.557,33	1.805.300,88	1.979.415,44
331911309 SEGUROS DE ACIDENTES DO TRABALHO	63.924,87	206.289,49	315.714,40
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	398.116,81	465.426,89	497.571,22
331909401 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRAB.-ATIVO CIVIL	4.527,65	0	2.317,27
331901632 SUBSTITUICOES	28.927,36	30.218,17	36.232,99
331909201 DESP.EXERCICIOS ANTERIORES-ATIVO CIVIL	0	0	2.808,46
331901644 SERVICOS EXTRAORDINARIOS	263,8	3.493,63	7.825,47
333904901 INDENIZACAO AUXILIO-TRANSPORTE	190.478,00	238.964,19	249.848,83
331900801 AUXILIO FUNERAL ATIVO CIVIL	50.250,00	28.240,50	52.059,00
333900850 AUXILIO ESCOLA-ACORDO COLETIVO	39.040,00	48.740,00	38.360,00
333900849 AUXILIO DEFICIENTE - ACORDO COLETIVO	20.510,00	33.741,60	28.204,40
333900855 AUXILIO CRECHE	64.120,00	82.028,80	79.914,80
SENTENCAS JUDICIAIS E DEP.COMPULSORIOS	523.877,32	286.064,68	456.197,16
331919108 SENTENCAS JUDICIAIS DA CONTRIBUICAO PATRONAL	0	0	0
331909132 SENT.JUDIC.TRANS.JULG.CAR.UNICO-ATIVO CIVIL	266.532,97	93.487,86	399.930,42
331906703 DEPOSITOS PARA RECURSOS	536.676,52	518.681,62	114.030,74
333906703 DEPOSITOS PARA RECURSOS	0	0	12.580,00
331919132 SENT.JUDIC.TRANS.JULG.CART.UNICO-ATIVO CIVIL	202.999,99	6.869,51	56.266,74
523170602 RECURSOS VINCULADOS	4.814,66	182.298,03	0
613120300 (-)DEPOSITOS REALIZAVEIS VINCULADOS	-487.146,82	-515.272,34	-126.610,74

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício-DRE

11.5.7 – Mão de Obra Terceirizada

O quadro a seguir apresenta de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada com vigência e limpeza no ano de 2011.

Quadro XXXI – Mão de Obra Terceirizada

Quadro XXXIII – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

12 – Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil

12.1 – Análise da Execução Orçamentária

QUADRO XXXIII - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesa de Pessoal	3.998.303,34	4.404.051,82	3.998.303,34	4.404.051,82	0,00	0,00	3.697.599,10	4.404.051,82
Outros Benefícios Assistenciais	0,00	3.718,50	0,00	3.718,50	0,00	0,00	0,00	3.718,50
Vencimentos e Vantagens Fixas	586.721,02	641.049,32	586.721,02	641.049,32	0,00	0,00	540.134,67	641.049,32
Obrigações Patronais	2.792.543,33	3.186.738,83	2.792.543,33	3.186.738,83	0,00	0,00	2.538.425,44	3.186.738,83
Depósitos Compulsórios	518.681,62	114.030,74	518.681,62	114.030,74	0,00	0,00	518.681,62	114.030,74
Sentenças Judiciais	100.357,37	456.197,16	100.357,37	456.197,16	0,00	0,00	100.357,37	456.197,16
Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	2.317,27	0,00	2.317,27	0,00	0,00	0,00	2.317,27
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	13.569.145,63	13.174.090,42	13.108.508,60	12.368.961,01	460.637,03	805.129,41	13.003.490,21	11.784.401,60
Diárias	421.944,50	156.121,00	421.944,50	156.121,00	0,00	0,00	421.944,50	156.121,00
Material de Consumo	202.615,77	0,00	192.202,61	0,00	10.413,16	0,00	191.933,76	0,00
Material de Distribuição Grata	9.542.557,73	9.538.639,54	9.115.422,22	8.820.245,63	427.135,51	718.393,91	9.021.421,48	8.363.616,54
Passagens e Despesas com Locomoção	93.287,52	46.400,15	93.287,52	45.400,15	0,00	1.000,00	92.745,63	45.310,19
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	181.364,82	154.398,56	181.364,82	154.398,56	0,00	0,00	178.810,17	145.675,38
Locação de Mão-de-Obra	378.157,32	378.265,67	378.157,32	378.265,67	0,00	0,00	375.179,32	378.265,67
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	2.246.346,29	2.711.679,51	2.223.257,93	2.626.653,58	23.088,36	85.025,93	2.218.583,67	2.507.536,40
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	163.980,59	175.062,66	163.980,59	174.353,09	0,00	709,57	163.980,59	174.353,09
Sentenças Judiciais	337.423,06	12.580,00	337.423,06	12.580,00	0,00	0,00	337.423,06	12.580,00
Indenizações e Restituições	1.468,03	943,33	1.468,03	943,33	0,00	0,00	1.468,03	943,33
4 – Investimentos	32.791,13	3.000,00	12.390,00	3.000,00	20.401,13	0,00	12.390,00	3.000,00
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos e Materail Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	32.791,13	3.000,00	12.390,00	0,00	20.401,13	0,00	12.390,00	3.000,00
5 – Inversões Financeira	9.991.019,05	8.224.192,93	5.539.670,87	5.459.453,66	4.451.348,18	2.764.739,27	4.900.407,34	5.038.576,50
Aquisição de Produto para Revenda	9.991.019,05	8.224.192,93	5.539.670,87	5.459.453,66	4.451.348,18	2.764.739,27	4.900.407,34	5.038.576,50
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	27.591.259,15	25.805.335,17	22.658.872,81	22.235.466,49	4.932.386,34	3.569.868,68	21.613.886,65	21.230.029,92

Fonte: Siafi

Em 2011 não houve alterações na programação orçamentária/financeira sendo registradas apenas variações, para mais ou menos, na execução das diversas ações orçamentárias.

Os valores apresentados no Grupo 1 – Despesas de Pessoal não refletem as despesas de pessoal desta Regional, tendo em vista que a execução orçamentária da folha de pagamentos é realizada pela Matriz – UJ 135100, restando apenas os pagamentos dos encargos, como as contribuições previdenciárias e o salário educação, seguros de acidente de trabalho, FGTS e outros. Em relação ao exercício de 2010 verificou-se variação, a maior, de 10,15%, decorrente principalmente do reajuste salarial negociado no Acordo Coletivo de Trabalho 2011/12, da concessão de promoções por tempo de trabalho, da compra da Licença prêmio e do pagamento de sentenças judiciais, no valor de R\$456.197,16.

No grupo 3 – Outras Despesas Correntes estão relacionadas as despesas com o custeio da Companhia, com a aquisição de produtos para doação gratuita às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional, com a manutenção de bens móveis e imóveis, com vigilância e serviços de limpeza, com assistência médica e odontológica dos empregados e dependentes, com os auxílios concedidos ao empregados e outros. O valor total empenhado neste Grupo foi de R\$13.174.090,42, com decréscimo de 2,91% sobre o valor registrado em 2010, em decorrência da redução no pagamento de sentenças judiciais cíveis, cujos pagamentos realizados em 2010 somaram R\$337.423,06 caindo em 2011, para R\$12.580,00. A execução das despesas deste Grupo sofreram contingenciamento de 28%, de acordo com a Portaria MAPA n.º 29, de 29/03/2011, e, também, foram estabelecidos limites de empenho para as despesas com diárias, passagens e locomoção.

O Grupo 4 – Investimento contempla as despesas relacionadas às melhorias nos imóveis, tanto na unidade armazenadora quanto na sede da Regional e à compra de equipamentos, inclusive de informática. A execução das despesas deste Grupo sofreu forte impacto com o contingenciamento de 65% imposto pela Portaria MAPA n.º 29, de 29/03/2011, principalmente aquelas relacionadas com a Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. A execução desta Ação também foi prejudicada pela falta de pessoal, principalmente de engenheiros e agrônomos, para o desenvolvimento dos projetos e a elaboração das planilhas de custo na forma requerida pela Controladoria-Geral da União, assim como para a fiscalização e o recebimento das obras. Consequentemente, os serviços previstos para a manutenção das unidades ou a aquisição de equipamentos necessários para a adequação dos armazéns aos critérios estabelecidos para a certificação, foram postergados para 2012. Em relação ao exercício anterior verifica-se redução de aproximadamente 90,85% nas despesas empenhadas, devido principalmente a não realização de investimentos nas unidades armazenadoras.

No Grupo 5 estão agregadas as despesas referentes à aquisição de produtos agrícolas, à manutenção dos estoques públicos, à remoção de produtos e demais despesas correlatas, tais como braçagem, impostos e outros. Inclui as despesas com a formação e manutenção tanto dos estoques adquiridos no âmbito da PGPM quanto pelo PAA, neste caso, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. Em relação ao exercício anterior as despesas empenhadas tiveram decréscimo de 17,68%, caindo de R\$9.991.019,05 para R\$ 8.224.192,93. Em 2011 destacaram-se as despesas liquidadas com o pagamento de frete de milho para atendimento ao Programa Vendas em Balcão, no valor de R\$4.549.940,76 (83,34%).

Quadro XXXIV - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2010	2011	2010	2011
Licitação				
Convite	39.993,92	0,00	39.993,92	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	12.077.574,79	10.642.575,49	12.077.574,79	10.642.575,49
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	9.149.662,00	9.572.114,73	9.149.662,00	9.572.114,73
Inexigibilidade	1.346.002,27	809.251,11	1.346.002,27	809.251,11
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	9.959,46	9.345,26	9.959,46	9.345,26
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	3.998.303,34	114.030,74	3.998.303,34	114.030,74
Diárias	421.944,50	156.121,00	421.944,50	156.121,00
Não se Aplica	547.818,87	211.875,76	547.818,87	211.875,76

Fonte: Siafi

Em 2011 destaca-se as despesas realizadas na modalidade de Pregão em que foi empenhado um valor total de R\$ 12.077.574,79, sendo que cinco despesas totalizaram 81,62 % deste valor foram elas: o Transportes de milho para atendimento do programa venda balcão (R\$ 7.302.393,21), despesas relativas ao Programa de Alimentação do Trabalhador o PAT com o valor de R\$ 1.144.301,86, a Vigilância Ostensiva com o valor de R\$ 378.157,32, fretes e transportes de encomendas R\$ 397.666,11 e mercadorias para doação para formação de cestas para atendimento a calamidades no valor de R\$ 634.972,31.

As despesas realizadas na modalidade de Dispensa de Licitação, no valor de R\$ 9.572.114,73, incluindo R\$ 8.323.181,37 aplicados na aquisição de produtos de agricultores familiares no âmbito do programa de aquisição de alimentos – PAA, em conformidade com o Art. 17 da Lei nº 12.512, de 14/10/2011, representando cerca de 86,95% dos empenhos realizados nessa modalidade, vale destacar a importância desse programa para a região, tendo em vista o baixo nível de distribuição de renda da zona rural nordestina e a situação de insegurança alimentar e nutricional em que se encontram.

Em Inexigibilidades estão agrupados principalmente os pagamentos referentes a assistência médica e odontológicas aos empregados e dependentes e aquelas referentes à realização dos exames médicos periódicos obrigatórios.

QUADRO XXXV - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Natureza da Movimentação de Crédito	UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Total	
				1-Pessoal e Encargos Sociais	3 - Outras Despesas Correntes	4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras		
Movimentação interna	Recebido	135100	135476	08.306.1049.2798.0001	0,00	-14,40	0,00	0,00	-14,40
		135100	135476	08.605.1049.2802.0001	0,00	-17.812,70	0,00	0,00	-17.812,70
		135100	135476	20.122.0352.2272.0001	3.971.083,30	0,00	0,00	0,00	3.971.083,30
		135100	135476	20.122.0352.2272.0001	0,00	1.077.210,13	3.000,00	0,00	1.080.210,13
		135100	135476	20.122.1492.2272.0001	0,00	1.346,00	0,00	0,00	1.346,00
		135100	135476	20.125.0352.2137.0001	0,00	46.838,17	0,00	0,00	46.838,17
		135100	135476	20.128.0360.4572.0001	0,00	18.154,89	0,00	0,00	18.154,89
		135100	135476	20.301.0352.2004.0001	0,00	708.332,85	0,00	0,00	708.332,85
		135100	135476	20.301.0352.20CW.0001	0,00	64.963,97	0,00	0,00	64.963,97
		135100	135476	203060352.2012.0001	0,00	1.146.135,06	0,00	0,00	1.146.135,06
		135100	135476	20.331.0352.2011.0001	0,00	14.943,97	0,00	0,00	14.943,97
		135100	135476	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	7.991.638,44	7.991.638,44
		135100	135476	20.605.0352.8566.0001	0,00	258,00	0,00	0,00	258,00
		135100	135476	20.605.0352.8579.0001	0,00	2.220,39	0,00	0,00	2.220,39
		135100	135476	20.605.0360.4711.0001	0,00	18.582,39	0,00	0,00	18.582,39
		135100	135476	20.692.0352.4710.0001	0,00	21.537,95	0,00	0,00	21.537,95
		135100	135476	28.846.0901.0022.0001	627.774,99	23.345,00	0,00	0,00	651.119,99
Enviado	Enviado	135347	123476	08.306.1049.2798.0001	0,00	8.458.092,70	0,00	0,00	8.458.092,70
		135347	123476	08.244.1049.2792.0001	0,00	1.221.401,98	0,00	0,00	1.221.401,98
		135347	123476	08.605.1049.2802.0001	0,00	443.374,51	0,00	0,00	443.374,51
		135347	123476	21.122.0351.2B83.0001	0,00	16.226,34	0,00	0,00	16.226,34
		135347	123476	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	228.000,00	228.000,00
		135347	135502	08.244.1049.2792.0001	0,00	-338,00	0,00	0,00	-338,00
		135347	135300	08.244.1049.2792.0001	0,00	-0,01	0,00	0,00	-0,01
		135348	135476	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	17.700,00	17.700,00
		135476	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01
		135476	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	4.411,07	0,00	0,00	4.411,07
		135476	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	5.368,02	0,00	0,00	5.368,02
		135476	135100	20.122.0352.2272.0001	66.409,68	0,00	0,00	0,00	66.409,68
		135476	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	51.740,43	0,00	0,00	51.740,43
		135476	135100	20.122.1492.2272.0001	0,00	16,17	0,00	0,00	16,17
		135476	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	1.170,14	0,00	0,00	1.170,14
		135476	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	568,22	0,00	0,00	568,22

Fonte: Siafi

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Sureg-PB estão inseridas em 23 Ações, contempladas em três Programas do Plano Plurianual – PPA 2008/2011.

São realizadas, também, atividades em atendimento a Termos de Cooperação, custeadas por transferências orçamentárias/financeiras, recebidas na Matriz, em Brasília, e repassadas às regionais para execução.

Quadro XXXVI - Execução Física e Orçamentária das ações realizadas pela UJ

Fun- ção	Subfun- ção	Pro- gra- ma	Ação	Tip o da Açã o	Prioridade	Unidade de Me- dida	Meta previs- ta	Meta reali- zada	Meta a ser rea- lizada em 2012	Dotação Previs- ta (R\$)	Dotação Realizada (R\$)
20	301	0352	2204	A	4	Pessoa beneficia- da	670	693	680	697.000,00	692.803,44
20	301	0352	20C W	A	4	Servidor benefi- ciado	185	44	190	65.000,00	64.963,97
20	306	0352	2012	A	4	Servidor benefi- ciado	185	194	195	1.200.000,00	1.144.301, 86
20	331	0352	2011	A	4	Servidor benefi- ciado	144	194	170	16.000,00	14.864,17
20	128	0360	4572	A	4	Servidor capaci- tado	154	86	136	36.000,00	17.586,67
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-	620.000,00	582.807,90
20	125	0352	2137	A	4	Fiscalização rea- lizada	886	1115	522	60.000,00	45.001,03
20	605	0352	2130	A	4	Produto adquiri- do	-	-	-	8.000.000,00	5.231.657, 66
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-	4.895.000,00	4.825.331, 65
20	605	0352	8579	A	4	Informação dis- ponibilizada	-	-	-	3.000,00	2.149,30
20	605	0352	8566	A	4	Mercado integra- do	-	-	-	1.000,00	258,00
20	122	0352	2829	A	4	Unidade moder- nizada	1	-	-	115.463,84	-
20	605	0360	4711	A	4	Pesquisa realiza- da	8	8	8	20.000,00	17.104,11
20	692	0352	4710	A	4	Unidade organi- zada	198	4		25.000,00	21.242,28

Fonte:Supor/Geare

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Tem como finalidade proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção da saúde física e mental. O programa tem como coordenador local o encarregado do Seade – Setor Administrativo, Desenvolvimento e Recursos Humanos o Sr. Leônidas de Lima Wanderley Neto.

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Programa de Trabalho = 20.301.0352.2004.0001

PTRES = 024581

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PB	
Dotação Orçamentária Inicial	19.519.046,00	697.000,00	
Suplementação/Cancelamento	5.086.246,00	-	
Dotação Final	24.605.292,00	697.000,00	2,83
Execução Orçamentária	24.534.231,29	692.803,44	2,82
Índice	99,71	99,40	-
Meta Física	14.849	670	4,51
Execução Física	14.880	693	4,66
Índice	100,21	103,43	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

A Sureg/PB superou a meta física proposta de 670 pessoas beneficiadas, tendo atendido a 693 pessoas (com o cumprimento de 103,43%). A previsão orçamentária de R\$697.000,00 foi realizada com gastos inferiores ao orçado inicialmente, tendo a regional gasto R\$692.803,44. Ou seja, houve mais atendimentos com a utilização menor dos recursos inicialmente alocados para tal fim, isso se deve a menor complexidade dos procedimentos utilizados pelos empregados e seus dependentes .

Houve um aumento no valor gasto com os atendimentos médicos/odontológicos no ano de 2011 em relação ao ano de 2010 devido a reajustes ocorridos nos honorários médicos e taxas hospitalares, também foram autorizados procedimentos cirúrgicos complexos no corrente ano.

(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos.

Tem com finalidade proporcionar aos servidores e empregados condições para manutenção da saúde física e mental. O desenvolvimento da Ação trata do cumprimento de Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho 2009/2011, onde é solicitado de cada empregado se submeta a uma série de exames de saúde que atestam a aptidão para o desempenho de suas atividades profissionais.

(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos**Programa de Trabalho = 20.301.0352.20CW.0001****PTRES = 030856**

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PB	
Dotação Orçamentária Inicial	754.740,00	65.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	2.488,00	-	-
Dotação Final	757.228,00	65.000,00	8,58
Execução Orçamentária	753.997,08	64.963,97	8,62
Índice	99,57	99,94	-
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	185	4,41
Execução Física	2.488	44	1,77
Índice	59,34	23,78	-

Fonte: Gear e Gebem

Apesar dos dados da tabela acima terem sido apresentados pela Gerencia de Benefícios (GEBEM), que é o órgão responsável pelo acompanhamento do programa a nível nacional, procuramos consultar o técnico de segurança do trabalho da Superintendência o Sr. Cloves Fernandes e averiguou-se o preenchimento mensal de uma planilha elaborada pela GEBEM/SIPLAM visando o acompanhamento dos servidores convocados para realização de exame periódico, bem como o quantitativo de Atestado de Saúde Ocupacional-ASOS, emitidos. Constatou-se que durante o ano de 2011 foram convocados 196 servidores e que destes cerca de 121 servidores apresentaram o referido atestado. Verificou-se ainda que apesar de terem sido convocados 72 servidores no interior do estado, os mesmos não puderam obter o Atestado de Saúde Ocupacional devido a falta de recursos para pagamento os adiantamentos de viagem - ADV's, pois esses servidores tem que se deslocar até a capital para que sejam examinados pelo médico do trabalho contratado pela empresa, além de que a bateria de exames constantes no acordo coletivo é complexa e em algumas cidades do interior os laboratórios não realizam os citados exames.

(2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Tem por finalidade conceder o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket - alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.

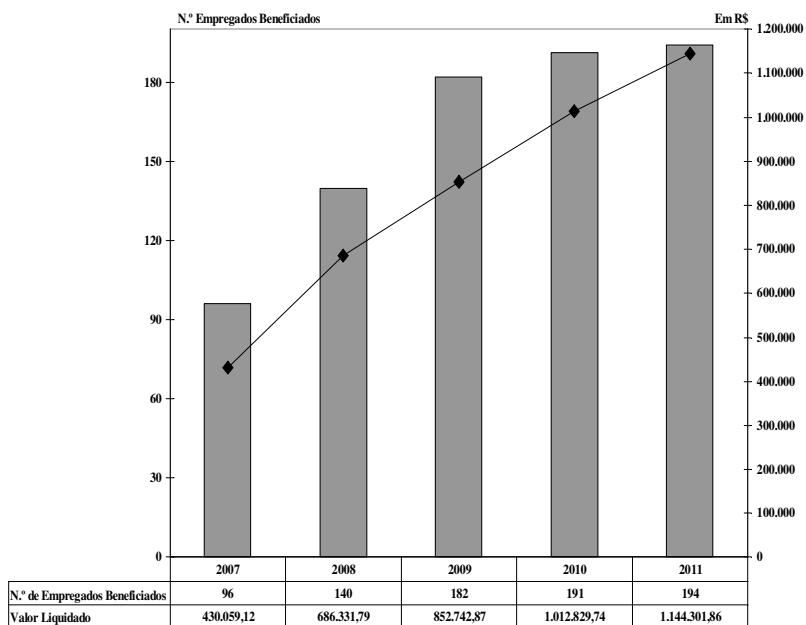
(2212) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados**Programa de Trabalho = 20.306.0352.2212.0001****PTRES = 001684**

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PB	
Dotação Orçamentária Inicial	23.146.764,00	1.200.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-900.000,00	-	-
Dotação Final	22.246.764,00	1.200.000,00	5,39
Execução Orçamentária	21.662.047,14	1.144.301,86	5,28
Índice	97,37	95,36	-
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	185	4,41
Execução Física	4.334	194	4,48
Índice	103,36	104,86	-

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

O auxílio alimentação é concedido aos servidores e empregados ativos conforme a Lei nº. 9.527/97, por meio de 23 créditos no cartão magnético (refeição/alimentação) no âmbito da Sureg/PB esse benefício atinge 194 funcionários e por esse motivo a meta traçada pela Matriz foi superada em 4,86% a diferença em questão deve-se, principalmente ao retorno de anistiados, beneficiados pela Lei 8.878/94 e transferências entre estados., para execução da ação foram orçados R\$1.20.000,00 e executados R\$1.144.301,86, numa realização de 95,36% da dotação orçamentária.

Abaixo segue gráfico ilustrando a evolução de gastos desde 2007, mais uma vez deve-se ressaltar que o aumento progressivo dos gastos tem ligação direta com o retorno à empresa de funcionários anistiados, beneficiados com a Lei 8.878/94 e transferências entre estados.



(2011) Auxílio - Transporte aos Servidores e Empregados

Esse benefício objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº. 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Programa de Trabalho = 20.331.0352.2011.0001

PTRES = 01685

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PB	
Dotação Orçamentária Inicial	6.931.122,00	16.000,00	
Suplementação/Cancelamento	510.000,00	-	
Dotação Final	7.441.122,00	16.000,00	0,22
Execução Orçamentária	7.352.073,59	264.713,00	3,60
Valor Liquidado na Sureg-PB	0,00	14.864,17	-
Valor Liquidado na Matriz	0,00	249.848,83	94,38
Índice	98,8	-	
Meta Física – Servidor beneficiado	3.282	144	4,39
Execução Física	4.286	194	4,53
Índice	130,59	134,72	

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

A partir do que estabelece o Acordo Coletivo de Trabalho 2009/11, a Conab concede o benefício do auxílio transporte de forma mensal e pode ocorrer de duas maneiras: em pecúnia, creditada diretamente no contracheque do empregado; e na forma de cartão ou vale-transporte, disponibilizados pelas empresas de transporte municipais e intermunicipais.

A primeira se dá por meio da folha de pagamentos e na segunda a Empresa adquire vale-transporte e os repassa aos funcionários. Na opção de pecúnia é exigida a participação do empregado na razão de 3% de desconto em seus vencimento e o processamento deste desconto se dá na Matriz, em Brasília. Na opção de cartão ou vale transporte à execução é feita na Sureg/PB.

(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação.

Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

Programa de Trabalho = 20.128.0360.4572.0001

PTRES = 001694

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PB	
Dotação Orçamentária Inicial	1.530.000,00	36.000,00	3,82
Suplementação/Cancelamento	-	-	
Dotação Final	1.530.000,00	36.000,00	
Execução Orçamentária	372.576,40	17.586,67	4,72
Índice	24,35	48,85	
Meta Física	4.300	154	3,58
Execução Física	3.165	86	2,72
Índice	73,60	55,84	

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Esta ação é implementada com a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

No ano de 2011 o total de investimento em capacitação destinado à regional paraibana foi de R\$ 36.000,00, destes foram efetivamente executados R\$ 17.586,67 cerca de 48,85% da meta e treinados 86 servidores no período, meta esta que ficou aquém do número inicial de 154, muitos fatores influenciaram na queda de 25,22% no numero de treinados em relação ao ano de 2010 e na execução de apenas 55,84% da meta traçada para a Sureg/PB para o ano de 2011, dentre eles podemos destacar como principais:

a) ao fato de que as principais instituições que oferecem treinamentos na capital paraibana não estarem com sua regularidade fiscal nos âmbitos, federal, estadual e municipal, bem como;

b) as restrições orçamentárias para viagens de treinamento e diárias no período ocorridas no ano de 2011, de acordo com o decreto presidencial numero 7.445 e 7.446 de 01/03/2011 publicados no diário oficial DOU em 01/03/2011 e a Portaria 29 de 29/03/2011 publicada no diário oficial DOU em 30/03/2011, bem como resoluções Conab 03 de 05/04/2011 e 014 de 09/08/2011, há de se levar em consideração que a maioria dos cursos são oferecidos por instituições que se encontram em outros estados da federação e as restrições orçamentárias dificultaram a movimentação de empresgados para os Estados vizinhos.

(0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

Essa ação objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.

(0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

Programa de Trabalho = 28.846.0901.0022.0001

PTRES = 001687

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PB	
Dotação Orçamentária Inicial	14.000.000,00	620.000,00	
Suplementação/Cancelamento	4.661.376,00	-	
Dotação Final	18.661.376,00	620.000,00	3,32
Execução Orçamentária	17.353.314,98	582.807,90	3,36
Índice	92,99	94,00	

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

A previsão de pagamentos no âmbito da Sureg/PB foi de R\$ 620.000,00, sendo liquidado no exercício R\$ 582.807,90, cerca de 94 % da dotação inicialmente proposta.

(2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.

Esta ação tem como principal objetivo promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. Por meio dela realiza-se, também, a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.

Ela é realizada, *in loco*, quando nas operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e também quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

(2137) Fiscalização dos Estoques e da Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares

Programa de Trabalho = 20.125.0352.2137.0001

PTRES = 01690

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PB	
Dotação Orçamentária Inicial	R\$ 4.200.000,00	R\$ 60.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	R\$ 4.200.000,00	R\$ 60.000,00	1,43
Execução Orçamentária	R\$ 1.623.125,34	R\$ 45.001,03	2,77
Índice	38,65	-	-
Meta Física (fiscalização realizada)	5.500	886	16,11
Execução Física	6.030	1.115	18,49
Índice	109,64	125,85	-

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

Durante o exercício foram realizadas na Sureg/PB foram realizadas as duas etapas previstas no programa de fiscalização anual , tendo sido visitadas 04 unidades armazenadoras e sendo realizadas mais de 1.115 fiscalizações sobre os diversos instrumentos de apoio à conservação. A meta previa a realização de 886 fiscalizações sendo realizadas 1.115, correspondendo em seu conjunto a 125,846% da meta estabelecida, justificado pelo acentuado volume de escoamento de produtos para o Estado da Paraíba.

Com referência aos estoques públicos sob a responsabilidade desta Regional, foram fiscalizados produtos dos estoques públicos (AGF, Contrato de Opção, Agricultura Familiar e Fome Zero), totalizando 4.835 toneladas, tendo sido registrada a perda em armazenagem de 2 t. de feijão e 14 t. de milho.

Quanto aos instrumentos de apoio à comercialização, para a verificação se as operações estão aderentes aos normativos, foram realizadas 1.107 fiscalizações, incluindo uma proposta de seguro rural.

As despesas realizadas em 2011 foram inferiores às do exercício anterior em aproximadamente 33,77%, devido ao menor envolvimento de empregados desta Regional nas operações de fiscalização realizadas em outras regionais.

(2130) Formação de Estoques Públicos

Essa ação tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno e utiliza-se dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal-AGF e Contrato Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.

(21301) Formação dos Estoques Públicos**Programa de Trabalho = 20.605.0352.2130.0001****PTRES = 01678**

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PB	
Dotação Orçamentária Inicial	2.169.760.000,00	9.000.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	2.169.760.000,00	9.000.000,00	0,41
Execução Orçamentária	918.235.408,22	5.231.657,66	0,57
Índice	42,32	58,13	-
Meta Física	4.031.000	0	0,00
Execução Física	811.250	0	0,00
Índice	20,13	-	-

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

A dotação orçamentária da Sureg/PB para o ano de 2011 foi de R\$ 9.000.000,00, dos quais foram executados R\$ 5.231.657,66, representando a realização de 58,13% do estimado. Deste total os custos com transporte representando 86,97%, o de ICMS na ordem de 0,20%, além da embalagem com 8,18% e de capatazia com 3,35% do total, esses diretamente ligados ao suprimento do produto milho em grãos, para atendimento ao programa de Vendas em Balcão.

(2272) Gestão e Administração do Programa

Esta ação visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa. Essas despesas compreendem: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas públicas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

(2272) Gestão e Administração do Programa**Controle: Siafi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001**

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-PB	
Dotação Orçamentária Inicial	390.916.326,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	488.416.326,00	4.925.000,00	1,01
Pessoal	391.071.326,00	3.890.000,00	0,99
Custeio	77.070.000,00	1.030.000,00	1,34
Investimentos	20.275.000,00	5.000,00	0,02
Execução Orçamentária	461.250.028,94	4.825.331,65	1,05
Pessoal	387.327.794,86	3.833.823,92	0,99
Custeio	73.477.389,40	988.507,73	1,35
Investimentos	444.844,68	3.000,00	0,67
Índice	94,44	97,98	-

Fonte: Supor e Siafi

A dotação orçamentária destinada à Sureg/PB foi de R\$ 4.925.000,00, sendo destinados R\$ 3.883.823,92 para despesas de pessoal e encargos sociais, R\$ 988.507,73 para custeio e R\$ 3.000,00 para investimentos, no período foram executados 4.825.331,65 cerca de 97,98% , gerando uma economia de 2,02% do total de recursos destinados. Segue abaixo o quadro completo:

Discriminação	PB				
	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoal	0,00	975.929,57	2.760.355,32	3.379.264,35	3.833.823,92
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	3.350,00	0,00	3.718,50
Vencimentos e Vantagens Fixas	0,00	136.143,26	527.777,37	586.721,02	641.049,32
Obrigação patronal	0,00	839.786,31	2.224.700,30	2.792.543,33	3.186.738,83
Outras despesas variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	0,00	0,00	4.527,65	0,00	0,00
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigação patronal – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	2.317,27
Custeio	834.369,71	1.041.759,99	1.019.991,69	1.294.137,41	988.507,73
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	62.920,00	132.485,00	93.299,00	230.165,50	58.519,50
Material de consumo	104.261,40	116.758,20	104.764,43	147.611,67	80.812,11
Passagens e Despesas com locomoção	47.458,63	57.708,70	64.295,15	23.316,73	6.592,24
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	27.276,90	8.115,43	23.258,38	16.838,42	630,00
Locação de mão-de-obra	239.039,11	300.641,19	300.339,32	378.157,32	378.265,67
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	328.334,70	322.423,19	382.639,03	0,00	418.660,22
Obrigações tributárias e contributivas	25.078,97	0,00	0,00	47.545,57	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	0,00	0,00	9.921,68	935,53	943,33
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	449.566,67	0,00
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	103.628,28	41.474,70	0,00	44.084,66
Investimentos	41.102,79	147.095,00	156.520,41	12.390,00	3.000,00
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento e material permanente – Operações intra-orçamentárias	41.102,79	147.095,00	156.520,41	12.390,00	3.000,00
Total	875.472,50	2.164.784,56	3.936.867,42	4.685.791,76	4.825.331,65

(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

Está ação tem como finalidade subsidiar o setor e auxiliar o Governo na formulação e execução de políticas ligadas à agropecuária e ao abastecimento agroalimentar. A ação é implementada por meio da elaboração de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres, por técnicos da Conab ou pela contratação de especialistas, e ainda mediante a implantação de tecnologias e sistemas aplicativos próprios ou de terceiros, que possibilitam o acesso às informações e aos conhecimentos gerados, como forma de facilitar a tomada de decisão do Governo, dos produtores rurais e consumidores. A atividade é disponibilizada por meio do portal e distribuição aos clientes, de informações e conhecimentos acerca de temas relevantes, como avaliação de safras, conjunturas, custo de produção, armazenagem, valor bruto da produção, corredores de escoamento das safras, posição dos estoques, indicadores agropecuários, legislações, publicações especializadas, comercialização etc.

(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

Controle: SIAFI – PTRES 020.873 – Programa de Trabalho 20.605.0352.28579.0001

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-PB	
Dotação Orçamentária	315.000,00	3.000,00	0,95
Execução Orçamentária	294.066,15	2.149,30	
Índice	93,35	71,64	
Meta Física – informação disponibilizada (unid)	8.000	-	0,00
Execução Física	7.845	-	
Índice	98,06	-	

Fonte: Supor e Siafi

Esta Ação foi criada no PPA 2008/11 cujas atividades já vinham sendo desenvolvidas pela Conab com recursos de outra ação, a de Gestão e Administração do Programa. Com a criação desta Ação pretende-se ampliar os estudos visando o desenvolvimento de novos módulos para o banco de dados, buscando, também, a implementação de melhorias nos relatórios, modificação nos procedimentos, adaptações de rotinas, manutenção em geral, treinamento de operadores e a contratação de especialistas em Tecnologia de Informação. Os dados gerados ou coletados de outras fontes são publicados na Revista Indicadores da Agropecuária e disponibilizados por meio de sistema denominado Siagro – Sistema de Informação Agropecuária.

Durante o exercício foram executadas despesas no valor de R\$ 2.149,30 o que representa 71,64% do valor destinado para a Superintendência da Paraíba no ano de 2011 esse valor foi gasto com locomoção e diárias para participação de um técnico da superintendência no I Encontro Nacional para Discussão da Proposta de Metodologia de Levantamento de Preços da Conab, esse encontro visou a consecução de uma nova metodologia de coleta, tratamento e informação de preços para o SIA-GRO.

(8566) Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro

A ação tem como finalidade fomentar o desenvolvimento do setor hortigranjeiro, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, através da modernização do setor hortigranjeiro a partir de iniciativas como: desenvolvimento e integração do banco de dados estatísticos dos mercados atacadistas; universalização das informações geradas; modernização dos processos de gestão técnico operacional e administrativo dos mercados e estímulo à agregação de tecnologia.

(8566) Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro

Controle: SIAFI – PTRES 020.872 – Programa de Trabalho 20.605.0352.8566.0001

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-PB	
Dotação Orçamentária	150.000,00	1.000,00	0,67
Execução Orçamentária	50.559,58	258,00	
Índice	33,71	-	
Meta Física – unidade organizada	16	-	0,00
Execução Física	8	2	
Índice	50,00	-	

Fonte: Diafi/Supor/Gepor, Dirab/Supab/Gehor e Siafi

O desenvolvimento desta Ação se dá por meio de atividades desenvolvidas pela Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Gehor, na Matriz. No ano de 2011 aconteceu apenas uma ação referente ao Prohot, referente a um diagnóstico produzido pelos técnicos da Matriz em conjunto com técnicos da Sureg/PB, nas unidades da Conab de João Pessoa e Campina Grande.

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

A ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários. Através da manutenção e modernização da rede armazenadora; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras.

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns			
Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-PB	
Dotação Orçamentária Inicial	39.000.000,00	115.463,84	-
Dotação Orçamentária Final	39.000.000,00	115.463,84	0,30
Despesas Correntes	5.000.000,00	-	0,00
Despesas de Capital	34.000.000,00	115.463,84	0,34
Execução Orçamentária	503.777,46	0,00	0,00
Despesas Correntes	250.594,84	-	0,00
Despesas de Capital	253.182,62	-	0,00
Índice	1,29	0,00	-
Meta Física – unidade modernizada	70	-	0,00
Execução Física	57	-	0,00
Índice	81,43	-	-

Fonte: Supor e Siafi

Apesar de ter tido dotação orçamentária para execução do programa, a Sureg/PB não foi contemplada recursos da programação orçamentária para recuperação e modernização da rede armazenadora própria de acordo com o voto conjunto PRESI 003/2001 e DIRAB 015/2011, encaminhado a todas Superintendências Regionais pela Comunicação Interna (CI) 0664 de 27/07/2011.

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado, de forma ágil, transparente, imparcial e segura. Durante o ano safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento, etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas duas de campo nas áreas afetadas.

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-PB	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	20.000,00	2,00
Execução Orçamentária	794.110,27	17.104,11	2,15
Índice	79,41	85,52	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	8	66,67
Execução Física	12	8	66,67
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

A Sureg/PB realizou todas as pesquisas previstas para o ano de 2011, totalizando 8 pesquisas de campo, com as necessárias complementações dos dados coletados com pesquisas complementares para a atualização dos dados, utilizando-se de outros meios de busca de informações, como telefone e e-mail.

(4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

Esta ação tem como finalidade fortalecer o comércio varejista de pequeno porte, que opera com a linha básica de consumo em áreas carentes, visando sua qualificação e sustentabilidade, com a perspectiva de favorecer as comunidades circunvizinhas, com produtos de qualidade e a preços compatíveis. Essa ação trabalha com a indução de processos que inibam a concentração de mercado do segmento varejista de produtos básicos de consumo, situação bastante visível tendo em vista as sucessivas incorporações de empresas realizadas pelas grandes redes supermercadistas, assegurando às comunidades carentes acesso a canais regulares e eficientes de suprimento de produtos básicos, garantindo produtos de qualidade a preços compatíveis. Fortalecimento do pequeno comércio de bairro de qualificação comercial e sustentabilidade econômica com uma ação prática e eficiente para contrapor às iniciativas de monopolização do mercado. Repasse das orientações necessárias à adequação e melhoria dos estabelecimentos comerciais, por meio de sistemático apoio técnico-operacional, e difusão da Ideia do associativismo, culminando com a união de grupos de unidades varejistas em Centrais de Negócios. A promoção de melhorias nas unidades varejistas assegura vantagens competitivas para seus clientes e fortalece as economias locais.

(4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

Controle: SIAFI – PTRES 001.700 – Programa de Trabalho 20.692.0352.4710.0001

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-PB	
Dotação Orçamentária	200.000,00	25.000,00	12,50
Execução Orçamentária	128.741,18	21.242,28	16,50
Índice	64,37	84,97	-
Meta Física – unidade organizada	1.000,00	198	19,80
Execução Física	152,00	4	2,63
Índice	15,20	2,02	-

Fonte: Supor e Siafi

Da meta física nacional estabelecida para o ano de 2011, a Sureg/PB executou 2,02%, pois não houveram ações realizadas no ano de 2011. Da dotação orçamentária de R\$ 25.000,00 foi executada

84,97%. Os gastos se devem ao encontro realizado na Superintendência do Ceará que visou treinamento, atualização e capacitar os técnicos para melhor operacionalização do programa.

12.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar

12.2.1 – Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro XXXIII

Restos a Pagar Processados	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	650.281,18	0,00	650.281,18	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	4.502.443,57	-1.260.670,31	3.241.773,26	0,00
Observações:				

Fonte: Conab/GEFIN

Os valores inscritos nos Restos a Pagar não processados Restos a Pagar Processados no ano de 2010 foram devido a não conclusão de procedimentos administrativos ou legais ligados a entrega efetiva de material ou serviços até o término do exercício financeiro.

Os valores dos restos a pagar não processados cancelados em 2010 decorrem da não entrega dos produtos ou não efetivação dos serviços pelas empresas contratadas ou descumprimento de cláusulas contratuais ou ainda economia durante execução contratual.

12.5 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

A T I V O	2011	2010
CIRCULANTE	4.735.555.770,99	5.212.315.145,43
DISPONÍVEL	1.060.620,29	972.426,41
Aplicações Financeiras	1.060.620,29	972.426,41
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.049.032.903,78	702.486.519,56
CRÉDITOS A RECEBER	751.495.446,69	578.264.288,00
Devedores por Fornecimento	56.500.746,34	26.622.370,92
Créditos Tributários	241.839.835,13	285.535.734,14
Recursos a Receber	255.652.866,06	89.431.178,90
Créditos Diversos a Receber	197.501.999,16	176.675.004,04
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	292.645.279,10	119.415.257,35
Entidades Devedoras	9.357.615,19	25.244.207,00
Créditos Parcelados	333.691,76	31.542,66
Recursos da União	282.953.972,15	94.139.507,69
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.892.177,99	4.806.974,21
Adiantamentos a Pessoal	4.891.922,99	4.456.974,21
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	255,00	0,00
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	0,00	350.000,00
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS	0,00	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	3.685.418.718,01	4.508.832.121,49
Estoques para Alienação	3.198.418.642,31	4.138.198.154,24
Estoques de Distribuição	833.496,89	1.821.338,22
Estoques Internos - Almoxarifado	2.361.623,43	1.163.790,54
Títulos e Valores em Circulação	297.510,99	67.890,17
Materiais em Trânsito	10.953.770,27	3.240.040,96
Compra Antecipada - Entrega Futura	472.553.674,12	364.340.907,36
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	43.528,91	24.077,97
Valores Pendentes	43.528,91	24.077,97
ATIVO NÃO CIRCULANTE	573.912.136,02	567.647.970,33
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	317.083.667,52	307.205.272,55
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	131.473.814,53	120.748.569,96
Recursos Vinculados	131.473.814,53	120.748.569,96
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	185.609.852,99	186.456.702,59
Devedores - Entidades e Agentes	18.009.747,77	15.347.849,42
Créditos Diversos a Receber	167.600.105,22	171.108.853,17
INVESTIMENTOS	80.222.308,20	80.262.840,30
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	52.419.017,32	52.459.549,42
IMOBILIZADO	176.527.368,99	180.147.857,48
Bens Imóveis	283.851.400,50	275.770.754,07
Bens Móveis	78.406.481,55	73.372.988,03
Depreciações	(185.730.513,06)	(168.995.884,62)
INTANGÍVEL	78.791,31	32.000,00
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.952.025.232,72	5.446.379.747,49
DEPÓSITOS	117.196.011,03	30.625.802,58
CONSIGNAÇÕES	2.085.251,58	1.858.851,68
Pensão Alimentícia	7.857,41	4.006,06
Planos de Seguros	171.862,58	199.216,17
Empréstimos	318.626,29	241.634,99
Outros Tributos e Consignações	1.586.905,30	1.413.994,46
RECURSOS DA UNIÃO	17.168.338,92	17.077.860,98
Recursos Fiscais	3.992.906,67	7.500.722,89
Recursos Previdenciários	13.175.432,25	9.577.138,09
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	97.942.420,53	11.689.089,92
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.834.829.221,69	5.415.753.944,91
OBRIGAÇÕES A PAGAR	177.842.494,99	59.009.233,29
Fornecedores	141.725.112,72	55.179.709,89
Pessoal a Pagar	23.155,73	6.491,17
Encargos Sociais a Recolher	1.081.527,22	984.653,38
Obrigações Tributárias	5.514.065,85	48.724,95
Débitos Diversos a Pagar	22.014.777,50	350.401,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	7.483.855,97	2.439.252,21
PROVISÕES	242.630.604,68	243.404.292,41
Provisão para Férias	28.907.028,79	26.582.748,81
ICMS s/Mercadorias para Revenda	948.502,50	571.652,59
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	3.631.971,12	7.976.030,89
Encargos Sociais sobre Provisões	10.802.033,97	9.932.791,82
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	617.049.103,45	549.222.334,34
Entidades Credoras	617.049.103,45	549.222.334,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
Operações Especiais	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	6.606.203,92	15.754.080,72
Adiantamentos de Clientes	6.606.203,92	15.754.080,72
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	3.899,48	2.652,71
OUTRAS OBRIGAÇÕES	23.958,52	18.968,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	18.228.235,37	15.360.005,51
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	18.158.815,37	15.290.585,51
OBRIGAÇÕES A PAGAR	18.158.815,37	15.290.585,51
Entidades de Previdência Complementar	17.628.171,34	15.162.764,10
Entidades Federais	530.644,03	127.821,41
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	339.214.438,92	318.223.362,76
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	92.323.612,21	50.501.495,63
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	65.778.893,17	23.956.776,59
LUCROS A DESTINAR	23.710.327,86	44.541.368,28

TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76
--------------	-------------------------	-------------------------

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRÍÇÃO	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	35.142.943,63	18.246.566,50
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(16.445.192,33)	(68.690.715,84)
Depreciações	16.748.494,11	12.822.928,03
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(47.196.622,59)	(20.190.414,15)
Redução nos Créditos Tributários	49.251.717,85	9.562.102,02
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(166.221.687,16)	23.525.519,21
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(173.023.690,24)	(43.700.636,04)
Aumento em Pessoal e Encargos	(320.418,61)	(1.089.322,24)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	40.715,09
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(19.450,94)	(300.168,03)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	65.743.977,21	138.391.164,22
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	108.441.168,54	(156.189.720,72)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	86.253.330,61	(2.799.002,87)
Aumento (Redução) nas Provisões	(4.405.658,85)	16.788.173,63
Aumento nas Entidades Credoras	67.826.769,11	19.576.690,69
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	(8.797.876,80)	12.973.139,84
Aumento nos Recursos Vinculados	(10.725.244,57)	(78.101.884,52)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.697.751,30	(50.444.149,34)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	40.532,10	11.297.980,64
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(13.174.796,93)	(32.176.342,17)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(13.134.264,83)	(20.878.361,53)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos a Pagar	(7.483.855,97)	(2.439.252,21)
Aumento de Dividendos a Pagar	5.044.603,76	(2.588.565,13)
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	(3.036.040,38)	8.063.857,72
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(5.475.292,59)	3.036.040,38
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	88.193,88	(68.286.470,49)
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	88.193,88	(68.286.470,49)
No Início do Exercício	972.426,41	69.258.896,90
No Final do Exercício	1.060.620,29	972.426,41

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET. DO CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE REtenção do LUCRO		
SALDO EM 01/01/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	11.872.793,86	11.570.455,95	29.159.753,94	302.328.221,64
LUCRO DEST. DE EXERC. ANTERIORES							8.063.857,72	
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		(513.526,78)	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(2.439.252,21)	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	(40.246.567,95)	
LUCROS A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							(3.036.040,38)	(3.036.040,38)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		(1.575.548,63)	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(7.483.855,97)	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	%	2010	%
1.RECEITAS	1.520.987.917,36	244,72	394.013.198,77	78,22
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.512.002.701,94	243,27	389.423.364,37	77,30
1.2 - Outros Resultados	8.985.215,42	1,45	4.589.834,40	0,91
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.412.640.897,96	227,29	412.356.496,76	81,86
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.250.111.215,84	201,14	272.239.284,51	54,04
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	162.529.682,12	26,15	140.117.212,25	27,81
2.3 - Perda/Recuperação de Valores Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	108.347.019,40	17,43	(18.343.297,99)	-3,64
4.RETENÇÕES	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
4.1 - Depreciação	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	91.296.982,35	14,69	(33.550.651,02)	-6,66
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	466.503.587,64	75,06	428.496.864,47	85,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	117.452.488,38	18,90	54.900.889,63	10,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.428.848,90	0,39	2.106.160,41	0,42
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	35.142.943,63	5,65	18.246.566,50	3,62
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	2.651.679,50	0,43	5.825.184,24	1,16
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	980.291,62	0,16	2.150.846,65	0,43
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	31.510.972,51	5,07	10.270.535,61	2,04
8.8 - Dividendos	7.483.855,97	1,20	2.439.252,21	0,00
8.9 - Destinação para Reserva Legal	1.575.548,63	0,25	513.526,78	0,00
8.10 - Lucros Retidos	22.451.567,91	3,61	7.317.756,62	1,45

Composição do Capital Social

O Capital Social da Conab, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

**José Carlos de Andrade
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 005969/0-5**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2011

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	11	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	12	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	13	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	14	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	16	Operações de Créditos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	17	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	18	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	19	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Devedores – Entidades e Agentes	20	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
		21	Convênios/Cooperação Técnica

NOTA 1

CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei n.º 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e se encontram em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazeneadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA 2

ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07, na Lei n.º 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como

entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 117/2011, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados da Bahia/Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Roraima, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA 3

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA 4

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Equivalente de Caixa: Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/04.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.4 Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazeneadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

4.5 Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.6 Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.056 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

4.7 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.8 Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto n.º 3.000/99 e Instrução Normativa n.º 162/98.

4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2011, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

4.10 Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

4.11 Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei n.º 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2011 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor foi absorvido pela equalização dos estoques governamentais.

4.12 Reconhecimento da Receita:

4.12.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

4.13 Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$142.621 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2011, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

4.14 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

NOTA 5**CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
ICMS a Compensar	241.699	285.410
IRRF a Compensar	36	33
Contribuições Outros Impostos	105	93
Total de Créditos Tributários Circulante	241.840	285.536

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA 6**LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO**

O montante de R\$215.581 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2012, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

NOTA 7**RECURSOS A RECEBER DO TESOURO NACIONAL**

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$447.491 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$5.587 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2011, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2011, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$413.562 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2012.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

NOTA 8**DEVEDORES POR FORNECIMENTO**

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$56.501 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

NOTA 9**CONTAS A RECEBER**

O total de R\$364.922 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros, em cobrança na justiça federal.

O montante acima citado está sendo cobrado via judicial e administrativamente, sendo que do total, 95% dos processos estão ajuizados e o restante em cobrança administrativa.

Os créditos ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 038/2004 e estão assim demonstrados:

9.1 Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	4.081	4.377
Créditos por Cessão de Pessoal	743	706
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	12.497	10.860
Créditos por Infrações Legal/Contratual	180.181	160.732
Subtotal – Circulante	197.502	176.675

9.2 Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	7.546	10.548
Títulos a Receber	30.188	29.902
Outros Créditos	635	656
Créditos a Receber em Poder da Justiça	129.051	130.003
Subtotal – Não Circulante	167.420	171.109
		347.784
Total – (Circulante + Não Circulante)	364.922	

NOTA 10**DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES**

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e termo aditivo n.º 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

10.1 Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Devedoras - Federais	9.358	25.244
Créditos Parcelados	334	31
Recursos da União - Equalização	282.954	94.140
Total – Circulante	292.646	119.415

10.2 Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Federais	17.628	15.163
Créditos Parcelados	307	102
Créditos a Recuperar	75	83
Total – Não Circulante	18.010	15.348

NOTA 11

RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$131.474 mil.

NOTA 12

BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$472.554 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2011; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei n.º 11.420/06, que em seu art. 3.º acrescenta o art. 15-b à Lei n.º 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Estoques de Mercadorias	3.198.419	4.138.198
Estoques de Almoxarifado	2.659	1.232
Materiais em Trânsito	10.954	3.240
Compra Antecipada - CPR	472.554	364.341
Estoques de Distribuição	833	1.821
Total	3.685.419	4.508.832

12.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, n.º 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2011, as equalizações totalizaram R\$554.555 mil.

NOTA 13

ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2011, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$4.952.026 mil.

NOTA 14

DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$97.942 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

NOTA 15

CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

Trabalhistas: Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.

Tributárias: Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

Cíveis: Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os planos econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.445	57.034	212.373	65.003
Trabalhista	348.328	41.068	350.788	51.116
Tributária	8.052	8.109	16.346	23.490
Total	422.825	106.211	579.507	139.609

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

Cíveis: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

Trabalhistas: São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.

Tributárias: São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	118.234	129.517	131.747	152.336
Trabalhista	115.478	79.302	111.007	107.708
Tributária	108.621	108.704	108.892	109.123
Total	342.333	317523	351.646	369167

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

Cível: Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.

Trabalhista: Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Tributária: Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma en-

trada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.446	311.182	210.756	792.718
Trabalhista	348.328	241	350.768	235
Tributária	8.052	212	18.346	56
Total	422.826	311.635	579.870	793.009

NOTA 16

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2011, corresponde a R\$3.790.673 mil.

NOTA 17

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital Social: O capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

17.2 Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4.º trimestre do exercício findo em 31/12/2011, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$980 mil e R\$2.652 mil, respectivamente.

17.3 Reserva Legal e Dividendos: Foram calculados e provisionados, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$1.575 mil e R\$7.484 mil, respectivamente.

17.4 Resultado do Exercício: O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2011, a Companhia apurou o lucro de R\$35.143 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$31.511 mil.

17.5

NOTA 18

DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua

maioria no Estado de Goiás. No exercício de 2011, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR DANOS OU PERDAS**”, o saldo do grupo aumentou para R\$34.997 mil.

Exercício	Saldo
2010	31.357
2011	34997

NOTA 19

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

19.1 Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o n.º 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2011 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2011, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$26.986 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

19.2 Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2011, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$21.490 mil, beneficiando 4.474 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2011, referente à participação financeira dos empregados é de R\$12.165 mil.

NOTA 20

REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS MÉDIOS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

De acordo com a Resolução n.º 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1.º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2011 e 2010, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Em R\$ mil

Remunerações	Exercício	
	2011	2010
Maior Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29
Menor Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29
Maior Remuneração Empregado	25.170,39	19.961,80
Menor Remuneração Empregado	884,31	884,31

Em R\$ mil

Salários Médios	Exercício	
	2011	2010
Dirigentes	23.884,29	23.884,29
Empregados	2.642,62	2.559,69

NOTA 21

CONVÊNIOS/ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

21.1 Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, consequentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e, e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010 e 2011, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ.

O montante dos recursos repassados está assim demonstrado:

Em R\$ mil

Descrição	Exercícios	
	2011	2010
Repasso – Recursos Próprios	2.420	3.058
Repasso – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	798	521
Total de Repasses	3.218	3.579

21.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.342 municípios e 106.600 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 285 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei n.º 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$451.036 mil no ano de 2011.

12.6 - Composição dos Investimentos da Empresa

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2011				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Governamental Não	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-

Governmental	Capital Estrangeiro			
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Total	-	-	-

Fonte: Sucon

O Capital Social da Conab, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

Composição Acionária da UJ como investidora

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2011					
Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab					
	Ações Ordinárias - %				
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010	31/12/2011 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	Conab	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	Conab	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	Conab	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepostos do Acre	232.798	BNDES	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	Conab	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão- COREMA	367.252,99	Conab	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	Conab	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL - CIDAL	1.099.730	Conab	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	Conab	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667.252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. - BRASACRO	1.723.142.393	Conab	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	Conab	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	Conab	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	Conab	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	Conab	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná - CONAPAR	159.025,149	Conab	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571.800		24283767,98	24.283.767,98	24.283.767,98

Ações Preferenciais - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)	31/12/2011 (R\$)

Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841	BNDES	838.265,17	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosa	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	Conab	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	Conab	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	Conab	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coco do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMC	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	Conab	4.542,66	4.542,66	0,00
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	1.967.220.957		11.580.527,29	11.580.527,29	11.575.984,63

Observação: Título em poder do BNDES e Conab

(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste

(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da Conab são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da Conab, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei nº 9.491, de 09/09/1997 e Decreto nº 1.068, de 02/03/1994.

Encontra-se mensurada a PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS, no total de R\$8.056.461,73, assim discriminados:

CNPJ	Investida		31/12/2011 (R\$)
01556240000130	Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	6.480.083,63
02534914000168	Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	96.486,58
04043493000106	Cia de Armaz Gr. e Entrepastos do Acre	232.798	739.574,91
049334460000120	Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	7.260,99
050226330000114	Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	541.998,85
16260788000105	Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	1.395,27
28137800000178	Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	180.016,28
28167955000157	Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	394,02
83807586000128	CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	9.251,20
TOTAL			8.056.461,73

Fonte: Sucon

12.7 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário

A Conab é uma empresa pública federal, a teor do disposto na alínea b do inciso II do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 200/1967, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei n.º 8.029m de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1.º de janeiro de 1991, integrando a Administração Pública Indireta, tendo personalidade jurídica de Direito Privado, conforme expresso no artigo 173 da Constituição da República.

Assim, por ser uma empresa pública integrante da Administração Pública Descentralizada, a Conab possui personalidade jurídica própria (distinta da União, que é Pessoa Jurídica de Direito Público) e patrimônio próprio, este não se vinculando, portanto, à Secretaria e Patrimônio da União (do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja, Administração Pública Direta).

Quadro XXXIX- Quantidade de Imóveis de Propriedade da União e de Responsabilidade da UJ

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis de Propriedade da União e de Responsabilidade da UJ		Observação
	2011	2010	
Campina Grande	3	3	
Monteiro	2	2	
Esperança	2	2	
João Pessoa	1	1	
Alhandra	1	1	
Sousa	1	1	
Patos	1	1	
Total	11	11	

Fonte: Sistemas de Informações Gerenciais de Imóveis

Os imóveis localizados em João Pessoa, Sousa, Monteiro e um dos imóveis situados em Campina Grande são referentes a unidades armazenadoras. A unidade armazenadora frigorífica localizada em Esperança está cedida em comodato ao Governo do Estado, da mesma maneira o prédio localizado em Sousa está cedido a prefeitura municipal de Sousa também em regime de comodato, em ambos os casos existe a preferência de compra para os comodatários. O terreno localizado em Esperança está destinado à venda direta.

A fazenda localizada em Alhandra foi desapropriada por decreto presidencial e encontra-se atualmente em litígio para definição dos valores para a serem recebidos a título de indenização.

OBS: A Sureg/PB não possui imóveis locados de terceiros.

Quadro XL- Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

UG	RI P	Regi- me	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício (Em R\$)		
				Valor Históri- co (Em R\$)	Data da Avaliação	Valor Reava- liado (Em R\$)	Imóvel	Instalações	Total
135476 Sede Sureg Paraíba	4	-	2	53.000,00	24.05.2005	127.821,41	0,00	0,00	0,00
Total							0,00	0,00	0,00

Fonte: Supad/Gepas

A Sureg/PB tem como sede um imóvel que pertence à união e que foi cedido de forma gratuita para que seja utilizado pela mesma, pelo tempo de 05(cinco) anos, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência da superintendência.

A última reavaliação foi feita no ano de 2005 e a SRPU ainda não realizou uma nova avaliação até o momento, tendo como planejamento a realização da mesma ainda no ano de 2012.

12.8 – Parecer da Auditoria Independente

MOORE STEPHENS

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e acionistas da
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

1- Examinamos o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações de resultado, das demonstrações de fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB do período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2- A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3- Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4- Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

5- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria prescritas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a

Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

7
R

MOORE STEPHENS

adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

6- As Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/08), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e resultou em mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A companhia não efetuou análise detalhada dos impactos das alterações sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez/11, consequentemente, não foi possível avaliarmos se os ajustes às demonstrações contábeis seriam ou não necessários em decorrência das alterações introduzidas.

7- Até a data de emissão deste parecer não havíamos recebido as informações requeridas através de procedimentos de circularização dos assessores jurídicos da Companhia, acerca de contingências contra e/ou a favor da Companhia, bem como, a posição dos depósitos vinculados a litígios. Desta forma, considerando que tais informações poderiam alterar os resultados da empresa, não obtivemos evidências suficientes das contas de depósitos vinculados em litígio.

Opinião

8- Em nossa opinião, exceto quanto aos parágrafos 6 e 7, cujos efeitos poderão alterar sobremaneira as posições contábeis ao final do exercício de 2011, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditórias especiais realizadas pela Controladoria Geral da União - CGU

9- Registrarmos a conclusão do Relatório de Auditoria Especial da Controladoria Geral da República – CGU, nº. 201203850, emitido em 09 de março de 2012, em que foram constatadas irregularidades que requerem providências de resarcimento ao Erário no valor de R\$ 12.196.159,25 (doze milhões, cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e apuração de responsabilidades.

10- Registrarmos, também, as conclusões levadas a efeito no curso dos trabalhos de auditoria especial realizadas pela Controladoria Geral da República – CGU, nº. 00190.021911/2011-41-A, em que evidenciaram deficiências estruturais e pontuais nas áreas de gestão administrativa e operacional da Companhia Nacional de Abastecimento, compreendidas no escopo da auditoria, com destaque para os atos voltados à

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.



MOORE STEPHENS

orientação estratégica da Companhia, à administração de bens móveis quanto à alienação, aquisição e gestão de unidades armazenadoras, à defesa do patrimônio público perante a justiça federal, a execução de programas e ações finalísticas, em especial quanto à aplicação dos instrumentos de subvenção econômica destinados ao pagamento de prêmio para o escoamento de produtos agrícolas para outras regiões, no sentido de garantir o abastecimento interno e o preço mínimo. Foram, também, identificadas fragilidades na operacionalização e nos procedimentos de pagamento de frete para remoção de estoques públicos.

Auditoria do exercício anterior

11- Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 27 de abril de 2011.

Brasília, 14 de maio de 2012.



Moore Stephens Vector Auditores S/S
CRC-DF 000896/O-1
CVM n.º 12.327



Fabson Vogel
Contador CRC-DF 012038/0-0

Sócio



Edson Souza Sobrinho
Contador CRC-DF 010198/0-4
Sócio

Este documento não é uma opinião auditória. Foi elaborado por Moore Stephens Vector Auditores S/S, uma rede integrada de empresas de auditoria e consultoria, com sede no Brasil. A M&S é uma firma que faz parte das mais prestigiadas e mais feitas de marcas de auditorias e consultorias no mundo. As opiniões e conclusões expressas no documento são de responsabilidade da M&S.

13 – Governança e Controles

13.1 – Informações sobre o Controle Interno

Quadro XLI – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	x				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	x				
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		x			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	x				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	x				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	x				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas					x

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

13.2 – Providências Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo

13.2.2 – CGU

QUADRO XLII – Plano de Procedências CGU	
PLANO DE PROVIDÊNCIAS AO RELATÓRIO DE AUDITORIA	
Nº: 201109408 - CGU-Regional/PB	
Constatação:	
a) 1.1.1.1. CONSTATAÇÃO: (030): Entidades beneficiadas recebendo o mesmo tipo de produto de mais de um projeto do Programa de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR – Doação, sem que haja dados suficientes no sistema da Conab para avaliar ou controlar, de maneira sistêmica, os quantitativos recebidos por cada consumidor, visando evitar eventuais distorções e/ou desvios.	
Recomendação:	
a.1) RECOMENDAÇÃO 1: Recomendamos à Conab a utilização de ferramentas (software) no seu Sistema de Faturamento, visando possibilitar a avaliação e o acompanhamento dos projetos de CPR-Doação, de maneira sistêmica, com relação aos seguintes aspectos: i) Possibilidade de verificar o cumprimento da periodicidade de entrega pelos fornecedores; ii) Registrar as adequações nos projetos em andamento com relação às alterações de produtos e quantidades; iii) Avaliar o enquadramento do consumo per capita das entidades consumidoras, no momento da contratação do projeto e durante o período de fornecimento, considerando todos os projetos em andamento.	
Tratamento das Recomendações	
1) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:	

(x) Concorda () Discorda () Parcialmente

2) Providências que serão adotadas:

i) Submeter a avaliação e deliberação da Superintendência de Suporte a Agricultura Familiar – SUPAF, vinculada a Diretoria de Política Agrícola e Informação – DIPAI, proposição de medidas visando a respectiva adequação no recém-criado Sistema de Gestão do Programa de Aquisição de Alimentos - SIG-PAA (em fase de implementação), com vistas ao atendimento a presente recomendação.

ii) Providência sendo implementada na Regional desde novembro/2011, através do SIG-PAA.

iii) Submeter a avaliação e deliberação da SUPAF proposição de criação de ferramentas de controles das distribuições dos produtos para as entidades. Paralelamente, até que se criem os mecanismos necessários, estaremos adotando no âmbito da Regional, providências para que uma entidade consumidora não receba o mesmo produto, no mesmo período, por mais de um fornecedor.

3) Prazo de implementação das providências: 15/06/2012

Constatação:

b) 1.1.1.2. CONSTATAÇÃO: (031):

Fornecedores do programa CPR-Doação que estão cadastrados na Conab/SUREG/PB como pescadores artesanais mas não possuem cadastro no Registro Geral da Pesca – RGP, mantido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura.

Recomendação:

b.1) RECOMENDAÇÃO 1:

Recomenda-se à Conab ajustar o seu Manual de Operações à Lei nº 11.959/2009, passando a exigir, nos processos de contratação no âmbito do PAA (CPR-Doação) o cadastramento junto ao Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, conforme determina o art. 24 da Lei nº 11.959/2009, nos casos onde houver fornecimento de pescado.

Tratamento das Recomendações

1) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(x) Concorda () Discorda () Parcialmente

2) Providências que serão adotadas:

Submeter a avaliação e deliberação da Superintendência de SUPAF, proposição a respectiva alteração do Manual de Operações – MOC.

No âmbito da Regional, para os novos projetos de aquisição de pescado, estaremos exigindo a apresentação da correspondente carteira de pescador profissional.

3) Prazo de implementação das providências: 15/06/2012

Recomendação:**b.2) RECOMENDAÇÃO 2**

Recomenda-se à Conab/SUREG/PB, nas fiscalizações de acompanhamento que vêm sendo realizadas por amostragem ao longo da execução dos projetos, que seja verificada por amostragem a capacidade produtiva do fornecedor em relação ao produto pescado.

Tratamento das Recomendações:**1) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:**

Concorda Discorda Parcialmente

Providências que serão adotadas:

Com relação aos criadores em tanque rede, solicitaremos das Associações de pescadores planilha contendo o acompanhamento quanto a quantidade de peixe, idade e controle da alimentação.

Em relação aos pescadores extrativistas, recomendaremos a apresentação mensal de planilha informando a quantidade de despesca por pescador.

3) Prazo de implementação das providências: 15/06/2012

Constatação:**c) 1.1.1.3. CONSTATAÇÃO: (032):**

Cadastro de entidade consumidora cujo quantitativo de beneficiários vinculados superam a população do município.

Recomendação:**c.1) RECOMENDAÇÃO 1:**

Recomendamos à Conab fazer constar em seus normativos a obrigatoriedade de que os processos de CPR-Doação contenham a relação nominal, assinada pela entidade consumidora, com os nomes dos beneficiários assistidos pelo Programa CPR-Doação, devidamente identificados pelo Número de Identificação Social (NIS) e/ou CPF.

Tratamento das Recomendações**1) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:**

Concorda Discorda Parcialmente

2) Providências que serão adotadas:

Submeter a avaliação e deliberação da SUPAF proposição de implantação da respectiva recomendação nos pertinentes normativos.

Antecipando a complementação de informações no âmbito regional, estamos comunicando a todas as entidades proponentes/fornecedoras contemplados com o programa de CPR-Doação, para apresentação da respectiva relação dos dos beneficiários assistidos com o respectivo Número de Identificação Social (NIS) e/ou CPF.

3) Prazo de implementação das providências: 15/06/2012

Constatação:**d) 1.1.1.4. CONSTATAÇÃO: (033):**

Contratação de projeto através do Programa de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação), cuja entidade consumidora dos produtos possui vínculo com funcionário da Conab.

Recomendação:**d.1) RECOMENDAÇÃO 1:**

Recomendamos à Conab/SUREG/PB notificar o funcionário para que este justifique a declaração prestada quanto ao seu afastamento da Associação de Moradores do Distrito de

Mata Redonda a partir de 31/12/2003, ante as evidências de sua participação na associação após esse período.

Tratamento das Recomendações

1) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(x) Concorda () Discorda () Parcialmente

2) Providências que serão adotadas:

Procedemos a notificação do empregado através da Comunicação Interna nº 0176 de 17/01/2012, no qual respondeu com folha de despacho e anexo de documentos na data de 19/01/2012, cuja resposta do referido servidor encaminhamos anexada para conhecimento desse órgão de controle.

3) Prazo de implementação das providências: 15/02/2012.

Recomendação:

d.2) RECOMENDAÇÃO 2:

Recomendamos à Conab/SUREG/PB apurar se o referido funcionário participou de alguma forma (avaliação, fiscalização, documentação, e-mails, etc.) nos processos de contratação dos projetos de CPR-Doação nº PB/2010/02/0017 e PB/2010/02/0018, em quaisquer das fases de contratação, visando apurar responsabilidades.

Tratamento das Recomendações

1) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(x) Concorda () Discorda () Parcialmente

2) Providências que serão adotadas:

Em nossos registros e controle, o empregado em tela, não participou de nenhuma atividade relacionada a contratação de projetos de CPR/Doação nº PB/2010/02/0017 e PB/2010/02/0018.

3) Prazo de implementação das providências: 15/02/2012.

Constatação:

e) 1.1.1.5. CONSTATAÇÃO: (034):

Falta de controle na aprovação dos projetos no âmbito do Programa CPR-Doação, bem como falta de meios para aferir a conformidade da periodicidade das entregas de mercadorias pelos fornecedores. Indícios de desperdício e/ou de desvio de mercadorias.

Recomendação:

e.1) RECOMENDAÇÃO 1:

Recomendamos à Conab a utilização de ferramentas (software) no seu Sistema de Faturamento, visando possibilitar a avaliação e o acompanhamento dos projetos de CPR-Doação, de maneira sistêmica, com relação aos seguintes aspectos:

- i) Possibilidade de verificar o cumprimento da periodicidade de entrega pelos fornecedores;
- ii) Registrar as adequações nos projetos em andamento com relação às alterações de produtos e quantidades;
- iii) Avaliar o enquadramento do consumo per capta das entidades consumidoras, no momento da contratação do projeto e durante o período de fornecimento, considerando todos os projetos em andamento.

Tratamento das Recomendações

1) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(x) Concorda () Discorda () Parcialmente

2) Providências que serão adotadas:

i) Submeter a avaliação e deliberação da Superintendência de Suporte a Agricultura Familiar – SUPAF, vinculada a Diretoria de Política Agrícola e Informação – DIPAI, proposição de medidas visando a respectiva adequação no recém-criado programa SIG-PAA (em fase de implementação), com vistas ao atendimento a presente recomendação.

ii) Providência sendo implementada na Regional desde novembro/2011, através do SIG-PAA.

iii) Submeter a avaliação e deliberação da SUPAF proposição de criação de ferramentas de controles das distribuições dos produtos para as entidades. Paralelamente, até que se criem os mecanismos necessários, estaremos adotando no âmbito da Regional, providências para que uma entidade consumidora não receba o mesmo produto, no mesmo período, por mais de um fornecedor

3) Prazo de implementação das providências: 15/06/2012

Recomendação:

e.2) RECOMENDAÇÃO 2:

Recomendamos à Conab/SUREG/PB realizar fiscalização, por meio de inspeção, para avaliar os dados relativos ao quantitativos de pessoas atendidas em cada projeto.

Tratamento das Recomendações

1) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(x) Concorda () Discorda () Parcialmente

2) Providências que serão adotadas:

No âmbito regional a SUREG-PB providenciará a melhoria dos mecanismos de acompanhamento dos projetos, orientando a sua equipe técnica no sentido de fazer a constatação in-loco, por amostragem, das pessoas atendidas em cada projeto.

3) Prazo de implementação das providências: 15/06/2012

Recomendação:

e.3) RECOMENDAÇÃO 3

Recomendamos à Conab disponibilizar um canal de comunicação com a finalidade prover a população de meios para fiscalizar as ações do Programa.

Tratamento das Recomendações

1) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(x) Concorda () Discorda () Parcialmente

2) Providências que serão adotadas:

Submeter a avaliação e deliberação da SUPAF, proposição para a normatização de tal procedimento, sugerindo a opção de envolvimento dos diversos Conselhos e Câmaras Legislativa municipal, através da elaboração mensal de respectivo relatório, o qual será determinante para continuidade do projeto.

Destacamos como passo importante o canal de informação denominado de “Transparéncia Pública”, disponível no site oficial da Conab, onde qualquer cidadão poderá consultar o que a sua entidade está recebendo de produtos através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Através do nosso site: www.Conab.gov.br disponibilizamos link para acesso a Ouvidoria que já foi bastante utilizado pelos paraibanos. Vamos verificar a possibilidade de criar um disque denúncia na sede da SUREG para tal finalidade.

3) Prazo de implementação das providências: 15/06/2012

Recomendação:

e.4) RECOMENDAÇÃO 4:

Recomendamos à Conab fazer constar em seus normativos a obrigatoriedade de que os processos de CPR-Doação contenham a relação nominal, assinada pela entidade consumidora, com os nomes dos beneficiários assistidos pelo Programa CPR-Doação, devidamente identificados pelo Número de Identificação Social (NIS) e/ou CPF.

Tratamento das Recomendações

1) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

() Concorda () Discorda () Parcialmente

2) Providências que serão adotadas:

Já contemplada em itens anteriores. “ será submetido a SUPAF/DIPAI a necessidade de ajustes nos normativos com o objetivo de absorver a sugestão da CGU. Ato contínuo a SUREG-PB nos novos projetos já está exigindo essa providência das entidades beneficiárias consumidoras.”

3) Prazo de implementação das providências: 15/06/2012

Constatação:

f) 3.1.1.1. CONSTATAÇÃO: (027):

Imóveis contabilizados no Siafi não estão registrados no SPIUNet, descumprindo Portaria nº 322 da STN/SPU e Decisão Normativa 107/2010 do TCU.

Recomendação:

f.1) Recomendação 1:

Recomendamos à Conab/SUREG/PB proceder, com brevidade, ao registro dos seus imóveis no SpiuNet, para que não haja discrepâncias entre os saldos contábeis do Siafi em relação aos dados do SpiuNet, possibilitando que as informações requeridas pelo Tribunal de Contas da União sejam apresentadas no próximo Relatório de Gestão, relativo às contas do exercício 2011, de maneira adequada.

Tratamento das Recomendações

1) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

() Concorda () Discorda () Parcialmente

2) Providências que serão adotadas:

Será oficializada ao setor competente da nossa Matriz quanto a obrigatoriedade de proceder os devidos registros dos imóveis da Conab, no SpiuNet, segundo entendimento dessa Controladora.

3) Prazo de implementação das providências: 15/06/2012

Constatação:

g) 4.1.1.1. CONSTATAÇÃO: (028):

Desconto da contribuição do empregado para o custeio do auxílio transporte calculado no percentual de 3% sobre o valor do auxílio, e não sobre seu salário base, cujo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) não é claro sobre qual base deve ser calculado o desconto.

Recomendação:

g.1) Recomendação 1:

Recomenda-se que a Conab faça constar no próximo Acordo Coletivo de Trabalho, de forma inequívoca, a base de cálculo do percentual de participação do empregado no custeio do auxílio transporte, em parágrafo específico da CLÁUSULA TRANSPORTE FUNCIONAL.

Tratamento das Recomendações

1) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(x) Concorda () Discorda () Parcialmente

2) Providências que serão adotadas:

A redação dada a cláusula décima quarta do atual ACT/2011/2012 foi fechada conforme entendimento dessa CGU, nos termos do seu parágrafo 5º, adiante transcrita e destacado:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - TRANSPORTE FUNCIONAL

A Conab assegurará, a todos os seus empregados, inclusive em licença médica nos 15 (quinze) primeiros dias, o fornecimento de Vale - Transporte, ou o valor equivalente em pecúnia lançado em folha de pagamento, nos âmbitos municipal, intermunicipal e interestadual, desde que com características de urbano ou assemelhados, sendo que a concessão na modalidade em papel/cartão magnético continuará isenta da participação financeira dos empregados.

PARÁGRAFO 1º - A distribuição dos vales transportes deverá ocorrer até o dia 30 (trinta) do mês imediatamente anterior ao que de destina o benefício, salvo nos casos fortuitos que fujam aos controles da Conab.

PARÁGRAFO 2º - A Conab concederá ao empregado estudante 01 (um) vale transporte adicional por dia letivo, limitado a 20 (vinte) vales por mês.

PARÁGRAFO 3º - A Conab continuará lançando em folha de pagamento, a título de Auxílio-Transporte em Pecúnia, o valor mensal de R\$ 162,94 (cento e sessenta e dois reais e noventa e quatro centavos), para os empregados não beneficiários do documento vale-transporte e residentes em localidades não atendidas pelo transporte coletivo, com característica de urbano ou assemelhado, mediante requerimento e declaração formal do empregado.

PARÁGRAFO 4º - O benefício de que trata esta cláusula não tem natureza salarial, não será incorporado à remuneração do empregado a qualquer título.

PARÁGRAFO 5º

O Vale Transporte concedido em pecúnia e o Auxílio Transporte serão objeto de participação do empregado, na proporção de 1% (um por cento) do valor do benefício, lançado mensalmente em folha de pagamento.

(Grifamos!)

PARAGRAFO 6º - A Conab continuará ressarcindo ao empregado usuário do vale-transporte ou cartão, respectivamente, vales ou créditos correspondentes aqueles efetivamente utilizados na realização dos exames periódicos, mediante apresentação do comprovante de comparecimento.

Plano de Providências da Conab-SUREG/PB ao Relatório nº 201109408-CGU/PB

I. No ato de entrega do Atestado de Saúde Ocupacional ou apresentação de certificado, a área de benefícios providenciará o ressarcimento correspondente aos vales ou valores utilizados.

II. O requerimento deverá ser formalizado em até 60 (sessenta) dias corridos após o período estipulado para realização dos exame.

3) Prazo de implementação das providências: 15/02/2012.

Constatação:

h) 4.1.1.2. CONSTATAÇÃO: (029):

Deficiências na operacionalização do plano de autogestão em saúde da Conab no que

diz respeito à absorção, pela Empresa, dos débitos de empregados e à escassez de profissionais/hospitais/clínicas credenciados para atendimento da clientela.

Recomendação:

h.1) Recomendação 1:

Considerando as dificuldades de operacionalização do plano de Autogestão da Conab, no Estado da Paraíba, recomenda-se a realização de estudo pela Conab/SUREG/PB, em conjunto com a Conab/DF, no prazo de 180 dias a contar da ciência deste Relatório, quanto à possibilidade e vantagens da terceirização do serviço de assistência à saúde dos funcionários, mediante uma das seguintes modalidades: 1) convênio com outras operadoras de plano de assistência à saúde, organizadas na modalidade de autogestão; 2) contrato com operadoras de plano de assistência à saúde, observado o disposto na Lei nº 8.666/93; e 3) auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento, conforme estabelecido no art. 2º da Portaria Normativa nº 05, de 11/10/2010, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento.

Tratamento das Recomendações

1) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

Concorda Discorda Parcialmente

2) Providências que serão adotadas:

A regional fará gestões junto à nossa Matriz nesse sentido, objetivando cumprir a recomendação, se possível, dentro do prazo assinalado.

3) Prazo de implementação das providências: 15/06/2012.

Constatação:

i) 4.1.1.3. CONSTATAÇÃO: (052):

Pagamento em pecúnia de Auxílio-Transporte para empregados em valor não uniforme. Comprovantes de deslocamentos sem valor fiscal. Inexistência de norma interna que regulamente o ressarcimento. Existência de empresas de transporte intermunicipal em atividade.

Recomendação:

i.1) Recomendação 1:

Recomendamos à Conab/SUREG/PB reavaliar, analiticamente, cada caso, inclusive por meio de consulta ao DER/PB e, nas situações onde não ficar demonstrada a Plano de Providências da Conab-SUREG/PB ao Relatório nº 201109408-CGU/PB incompatibilidade de horários com o transporte regular, proceder conforme adotado no caso do funcionário João Félix Guimarães.

Tratamento das Recomendações

1) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

Concorda Discorda Parcialmente

2) Providências que serão adotadas:

Será dada continuidade das providências adotadas com relação ao empregado supracitado.

3) Prazo de implementação das providências: 15/02/2012

Recomendação:

i.2) Recomendação 2:

Recomendamos à Conab/SUREG/PB, diante das análises desta Equipe de Auditoria quanto à constatação relativa ao ressarcimento de despesa com transporte alternativo (Taxi)

sem previsão em regulamento, adotar uma das seguintes providências:

- a) Caso entenda como cabíveis os referidos pagamentos, editar regulamento específico para disciplinar em quais casos é devido o ressarcimento dessas despesas aos funcionários, bem como a forma, os prazos, os documentos e as formalidades necessárias ao pagamento. Nesse caso, para que não haja tratamento diferenciado, privilegiando apenas alguns empregados, recomenda-se que seja dado amplo conhecimento do normativo, individualmente, a todos os 192 funcionários (inclusive os cedidos), quanto à possibilidade de ressarcimento de despesas com taxi para localidades não atendidas por transporte coletivo ou regular rodoviário, inclusive os que residem nas mesmas cidades onde estão lotados, haja vista que apenas 05 (cinco) empregados estão recebendo dessa forma.
- b) No caso de a Conab/SUREG/PB entender como não cabível o pagamento, por meio de um novo Parecer, ou que esta Superintendência Regional não detenha competência regimental para normatizar tais pagamentos, tendo em vista haver previsão de um valor fixo no ACT, recomendamos que seja consultada a Conab em Brasília para que se proceda ou a suspensão, ou a edição de um normativo específico pelo setor de recursos humanos da Conab em Brasília.

Em quaisquer das duas alternativas, sendo cabível ou não o pagamento, recomenda-se que no próximo Acordo Coletivo de Trabalho, na Cláusula relativa ao Transporte Funcional, faça constar melhor detalhado quais situações abrangem o auxílio que é pago em pecúnia no valor fixo de R\$ 150,17, bem como se há possibilidade ou não de reembolso de despesas de taxi para o transporte funcional e em quais situações.

Tratamento das Recomendações

1) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(x) Concorda () Discorda () Parcialmente

2) Providências que serão adotadas:

Os entendimentos serão conduzidos pela regional junto à nossa Matriz, com vistas a cumprir a recomendação em comento.

3) Prazo de implementação das providências: 15/06/2012

Constatação:

j) 4.1.1.4. CONSTATAÇÃO: (053):

Percepção de remuneração de cargos inacumuláveis por funcionários da Conab/PB.

Recomendação:

j.1) Recomendação 1:

Recomendamos que a Conab/SUREG/PB, relativamente aos funcionários listados na SA nº 201109408/004, de 17/06/2011, solicite o preenchimento de nova declaração atualizada com os cargos atualmente ocupados, na qual seja demonstrada a compatibilidade de horários.

Tratamento das Recomendações

1) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(x) Concorda () Discorda () Parcialmente

2) Providências que serão adotadas:

Serão adotadas providências nesse sentido.

3) Prazo de implementação das providências: 15/02/2012

Recomendação:

j.2) Recomendação 2:

Recomendamos à Conab/SUREG/PB apurar responsabilidades quanto à situação de

acumulação de cargos públicos pela empregada Maria Lindomar Martins de Moura, considerando a divergência de informação prestada pela funcionária e pelo Governo do Estado da Paraíba, uma vez que este afirmou que o vínculo no cargo comissionado se estendeu até dezembro/2010, corroborando com os dados do CNIS e, todavia, consta declaração da funcionária que não possuía vínculo empregatício ao ingressar na Conab.

Tratamento das Recomendações

1) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(x) Concorda () Discorda () Parcialmente

2) Providências que serão adotadas:

Serão adotadas as providências ora recomendadas objetivando a devida apuração.

3) Prazo de implementação das providências: 15/06/2012

Recomendação:

j.3) Recomendação 3:

Recomendamos à Conab/SUREG/PB encaminhar a presente constatação ao Ministério Público Estadual e ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba para que, no âmbito estadual, sejam adotadas providências do órgão de controle competente, no sentido de identificar os reais beneficiários dos pagamentos dos salários que, segundo dados informados pelo próprio Governo do Estado da Paraíba ao CNIS, foram efetuados sem intercalações aos funcionários da Conab, citados nesta constatação.

Tratamento das Recomendações

1) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(x) Concorda () Discorda () Parcialmente

2) Providências que serão adotadas:

Será procedida a devida comunicação ao Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, em cumprimento a referida recomendação no sentido de identificar os reais beneficiários dos pagamentos dos salários que, segundo dados informados pelo próprio Governo do Estado da Paraíba ao CNIS, foram efetuados sem intercalações aos funcionários da Conab, citados na constatação.

3) Prazo de implementação das providências: 15/06/2012

Constatação:

k) 5.1.1.1. CONSTATAÇÃO: (025):

Restrição à participação de licitantes no Pregão Eletrônico nº 03/2010, destinado à locação de veículos, desclassificando suas propostas de preços em face de estes licitantes possuírem sede em outro Estado da federação.

Recomendação:

k.1) Recomendação 1:

Recomendamos à Conab/SUREG/PB notificar formalmente o Pregoeiro e comunicar à Comissão de Licitação constituída para que, em todos as licitações realizadas, doravante faça constar o registro de todos os acontecimentos ocorridos durante as fases do processo, de maneira adequada, integral e clara o suficiente para não restar dúvida quanto aos fatos que ensejaram a adjudicação dos objetos licitados ou a desclassificação de empresas, anexando as comprovações necessárias para esse fim.

Tratamento das Recomendações

1) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(x) Concorda () Discorda () Parcialmente

2) Providências que serão adotadas:

O pregoeiro oficial desta regional responsável pelo pregão em comento, será devidamente notificado para fazer constar o registro de todos os acontecimentos ocorridos durante as fases do processo, de maneira adequada, integral e clara o suficiente para não restar dúvidas quanto aos fatos que ensejaram a adjudicação dos objetos licitados ou a desclassificação de empresas, anexando as comprovações necessárias para esse fim.

3) Prazo de implementação das providências: 15/02/2012

13.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna

QUADRO XLIII – tratamento das Recomendações da Auditoria Interna

Relatório de Auditoria
22/2011 - (ACG) - SUREG PB/PB
Constatação:
1159 - Objeto: Contrato de Malote para a UA Campina Grande – PB, com duas frequências semanais (terças e quintas-feiras). Da análise dos autos contatou-se as seguintes disfunções: a) As Guias de Pagamento foram inseridas no processo somente até o mês de dezembro de 2008 (fls. 46 a 76; 79 e 80; 88 e 89; 95 e 96; e 99 a 101); b) A execução dos serviços era atestada, até o mês de dezembro de 2008, pelo encarregado do Seade/Gefad (fls. 47/48-versos; fls. 50/51-versos; fls. 53-verso, 54/55-frente; fls. 57/58-versos; fls. 60/61-versos; fl. 63-verso; fl. 65-verso; fl. 67-verso; fl. 70-verso; fl. 72-verso; fl. 74-verso; fl. 76-verso; fl. 96-verso; fl. 100-verso e fl. 101-frente), c) O Anexo Operacional citado no contrato não foi localizado nos autos, conforme disposto no caput da cláusula primeira – Do objeto e o item 4.3 da cláusula quarta – Das obrigações da ECT, (fls. 36 e 38); d) Foram inseridos nos autos documentos em duplicidade (fls. 16/26 e 35/45; fls. 82/83 e 105/106; fls. 125/126 e 127/128 – ambos sem data de assinatura e fls. 129/130 e 133/134); e) Os Contratos e os Termos Aditivos estão com timbres/logotipos da ECT (fls. 16/26; 35/45; 82/83; 105/106; 125/126; 127/128; 129/130 e 133/134); f) Não foi localizada a publicação do Contrato e dos 2º e 3º Termos Aditivos no Diário Oficial da União (fls. 42, 125/128 e 133/134); g) Incidência de encargos com atualização monetária e multas referentes à fatura n.º 44113000040 da ECT, objeto da GP n.º 1180 de 11.12.2007 (fls. 54 e 55); h) O fiscal do contrato poderia atuar de forma mais presente com a área demandante dos malotes, de modo a melhor compatibilizar os quantitativos de remessas/pesos de acordo com a média mínima de 2 kg, evitando ao máximo o pagamento de excedentes.
Recomendação:
1159.1 - Recomendamos à Sureg/PB inserir no processo nº 21221.000274/2007-59 cópias de todas as guias de pagamentos e respectivas comprovações relativas a execução dos serviços prestados, nos moldes que foram feitos até dezembro de 2008, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin.
Tratamento das Recomendações
de otto.carvalho em 19/01/2012 como Pendente
Estamos providenciando a inserção das GP's no referido processo. Esclarecemos que esse procedimento era adotado. No entanto, a matriz sugeriu que o controle das GP's fosse feita em pastas específicas, haja vista a dificuldade de analisar os pedidos de aumento dos contratos, em decorrência do volume de documentos existente no processo.
de jose.santiago em 30/01/2012 como Pendente
Aguardamos as cópias das providências adotadas, bem como esclarecemos que a sugestão de controle de GP's em pasta específicas não extingue a inserção de suas cópias no referido processo

que certamente se auditado por órgãos externos, serão exigidos como forma de comprovação de suas execuções.

Recomendação:

1159.2 - Recomendamos à Sureg/PB orientar, formalmente, os seus gestores, sobre a segregação de funções, evitando atestarem a execução de obras e prestações de serviços dentre outros, de responsabilidade do fiscal do contrato, sob pena de responsabilidade, caso ocorra alguma impropriedade que gere custos financeiros à Companhia, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin.

Tratamento das Recomendações:

de em 19/01/2012 como Pendente

Informamos que doravante, todas as Notas Fiscais serão atestadas pelos respectivos Fiscais de Contrato. Esclarecemos que estamos providenciando orientação aos mesmo nesse sentido.

de em 30/01/2012 como Pendente

Aguardamos o envio de cópia da(s) orientação(ões) para podermos considerar solucionada a recomendação.

Recomendação:

1159.3 - Recomendamos à Sureg/PB orientar, formalmente, as áreas responsáveis pela abertura, formalização, instrução e acompanhamento dos processos administrativos, sobre a necessidade de sanearem os processos, de forma a evitar duplicidade/triplicidade de documentos, conforme previsto nas Normas da Organização – NOC, título 60.204 - Sistema de Administração – Padronização dos Serviços de Documentação – aprovado na REDIR n.º 957 em 20.7.2010, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin.

Tratamento das Recomendações:

de otto.carvalho em 19/01/2012 como Pendente

Emitimos a Comunicação Interna nº 0181 de 18/01/12, às Gerências e setores da SUREG/PB.

de jose.santiago em 30/01/2012 como Solucionado

Parabéns, considerando que a resposta atende fielmente a recomendação exarada.

Recomendação:

1159.4 - Recomendamos à Sureg/PB providenciar, se for o caso, mesmo que extemporaneamente, a publicação do contrato e termo aditivo em vigor, além de providenciar a inserção da data em que foi assinado o 2º termo aditivo, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin.

Tratamento das Recomendações:

de otto.carvalho em 23/01/2012 como Pendente

Já providenciamos a inserção da data no 2º termo aditivo, bem como a publicação do Contrato, conforme anexo.

de jose.santiago em 30/01/2012 como Solucionado

Atendeu parcialmente a recomendação.... esclarecemos nas próximas respostas da necessidade do envio também do "scanner" da respectiva folha com a data em que foi assinado o 2º termo aditivo, para que se conclua o procedimento de comprovação das evidências e ou procedimentos executados.

Recomendação:

1159.5 - Recomendamos à Sureg/PB inserir, no processo nº 21221.000274/2007-59, o Anexo Operacional que demonstra a coleta, transporte e entrega da correspondência agrupada, parte

integrante do contrato firmado junto à ECT, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin.

Tratamento das Recomendações:

de em 19/01/2012 como Pendente

Já providenciamos a inserção do Anexo Operacional no respectivo processo.

de jose.santiago em 30/01/2012 como Pendente

Por força da necessidade de comprovação da evidência e de sua comprovação, necessitamos do envio de forma escaneada/digitalizada do respectivo anexo operacional devidamente numerado.

Recomendação:

1159.6 - Recomendamos à Sureg/PB orientar, formalmente, os fiscais de contratos, acerca de suas responsabilidades, conforme preconizado no Art. 67 da Lei n.º 8.666/93, CI Proge/Dirad n.º 053 de 2/2/2011 e CI Circular Dirad n.º 036/11 de 28/4/2011, colhendo se for o caso, aceite dos mesmos em documento comprobatório, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin.

Tratamento das Recomendações:

de otto.carvalho em 19/01/2012 como Pendente

Disponibilizamos aos Fiscais de Contrato, cópia da CI PROGE 570, de 19/10/2011 e Instrução Normativa MPOG nº 02 de 30/04/2008, que trata das atribuições dos Fiscais de Contrato, conforme protocolo de recebimento anexo. A SUMOC, por meio da CI 274 de 28/12/11 está planejando treinamento para Fiscais de contrato.

de jose.santiago em 30/01/2012 como Solucionado

Com a devida e oportuna presteza, parabéns pela formalização eficiente e imediata da providência adotada.

Constatação:

1160 - Objeto: Contratação de empresa no ramo de fornecimento de combustíveis para viatura na UA/Patos – PB. Da análise dos autos contatou-se as seguintes impropriedades: a) Existem documentos anexados em triplicidade (fls. 16/21; 28/33 e 35/40). O processo não se encontra saneado, observando-se que a primeira página do documento à folha 35 está sem a chancela da Prore, já o documento à folha 28 está chancelado. Esse acúmulo de papéis poderia ser reduzido a somente um documento chancelado. b) Não consta nos autos a correspondência formal destinada ao contratado sobre o desejo de aditar o presente contrato, bem como a resposta concordando com a proposta. Verificou-se, no entanto, a existência da Carta/Sureg/PB N.º 2193, de 11.7.2011, que dentre outros, envia o termo aditivo ao contratante para, se de acordo, assinar e devolver para adoção das medidas complementares. c) Não foram localizados no processo os comprovantes referentes aos itens 4.1 a 4.3, da cláusula quarta, bem como os itens 8.1 e 8.2 da cláusula oitava do referido contrato (fl. 36 e 37); d) Não foram localizados no processo o edital e anexos referentes aos itens 4.4. - 5.1.3. - 5.2.6. e 14.1., do contrato assinado entre as partes (fls. 36, 37 e 39);

Recomendação:

1160.1 - Recomendamos à Sureg/PB orientar, formalmente, as áreas responsáveis pela abertura, formalização, instrução e acompanhamento dos processos administrativos, sobre a necessidade de instruírem os respectivos processos, conforme previsto nas Normas da Organização – NOC, título 60.204 - Sistema de Administração – Padronização dos Serviços de Documentação, aprovado na REDIR n.º 957 em 20.7.2010, de forma a evitar duplicidade/triplicidade de documentos, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin.

Tratamento das Recomendações:

de otto.carvalho em 19/01/2012 como Pendente

Por meio da CI SUREG/PB nº 0181, de 18/01/2012, foi orientado todas as gerências e setores da sureg, ao fiel cumprimento das Normas da Organização - NOC, título 60.204 - Sistema de Administração – Padronização dos Serviços de Documentação, conforme anexo.

de jose.santiago em 30/01/2012 como Solucionado

Atendido na íntegra a recomendação exarada.

Recomendação:

1160.2 - Recomendamos à Sureg/PB providenciar, em casos futuros, a comunicação formal ao contratado, com sua respectiva resposta, acerca da concordância nas aditivações de contrato.

Tratamento das Recomendações:**de otto.carvalho em 19/01/2012 como Pendente**

Doravante, estaremos anexando nos respectivos processos, a manifestação dos contratados, acerca do interesse nas aditivações do contrato.

de em 30/01/2012 como Solucionado

Apesar de parecer uma mera formalidade, é interessante atentar sempre acerca da manifestação formal do contratado quanto ao interesse nas respectivas prorrogações, fins cumprir determinação da Lei n.º 8666/93. Sugeriria ainda smj que fosse também formalizado aos respectivos fiscais acerca dessa necessidade, até como uma forma prévia de treinamento ou mesmo de relembrá-los acerca do assunto.

Constatação:

1161 - Objeto: Contratação de serviços advocatícios, através de Licitação na Modalidade “Tomada de Preços” na Sureg/PB. Da análise dos autos contatou-se o que segue: a) O preâmbulo do contrato (fls. 1.186 a 1.196) está inadequado, pois a Conab não celebrou contrato com a Tomada de Preços n.º 001/2008 e nem com o Processo n.º 021.0167/2008. Ademais, verificou-se a ausência de identificação e assinatura das testemunhas instrumentárias. b) Ausência do termo aditivo ao contrato de prestação de serviços advocatícios com o escritório Sylvio Torres Filho & Advogados Associados, concedendo reequilíbrio econômico-financeiro (fls. 1.831 e 1.832). c) Segundo informações da Proge/Matriz, no período compreendido entre 9.5.2008 e 1º.4.2009 (período subsequente ao encerramento, em 8.5.2008, do contrato anterior e a data em que foi celebrado o novo contrato), a Prore/PB (procurador e mais uma advogada) respondeu pela prestação dos serviços advocatícios no âmbito da Sureg/PB, sem requerer apoio jurídico, conforme resposta à CI n.º 570 de 4.11.2008, cuja cópia juntamos aos autos. d) CI n.º 653, de 11.3.2008, do Seade/PB à Gefad/PB, informando que o término do contrato com o prestador de serviços advocatícios (Processo n.º 0171/2003) estava previsto para 8.5.2008 (1 mês e 27 dias antes do encerramento), sugerindo a elaboração de minuta para análise e chancela (fl. 389 – Processo n.º 0171/2003). e) Despacho da Gefad/PB à Prore, datado de 7.5.2008 (1 dia antes do vencimento do contrato), solicitando análise e parecer sobre a possibilidade de se prorrogar por mais 12 meses o referido contrato, mesmo tendo alcançado o limite legal de 60 meses previsto na Lei n.º 8.666/93 (fl. 448 – Processo n.º 0171/2003). f) Parecer Sureg/Proge/Prore/PB n.º GG 0032/2008, datado de 7.5.2008, elencando os motivos que justificam, sob a ótica jurídica, a pretendida prorrogação por mais 12 meses (fls. 449 a 453 - Processo n.º 0171/2003). g) Despacho do Sureg/PB, datado de 8.5.2008, anuindo com o Parecer Sureg/Proge/ Prore/PB n.º GG 0032/2008, datado de 7.5.2008, autorizando o prosseguimento do processo com a devida prorrogação (fl. 454 - Processo n.º 0171/2003). h) Despacho do Sureg/PB, datado de 25.10.2011, encaminhando o Processo n.º 0171/2003 à Gedim/Matriz para arquivamento (fl. 463). i) Duplicidade de documentos no processo (fl. 1.222). j) Não foram obedecidos os prazos necessários para o desencadeamento do novo procedimento licitatório, de modo a evitar descontinuidade da prestação do serviço, já que o tempo decorrente

entre o término do contrato anterior e a celebração do novo contrato foi de 10 meses e 23 dias, sendo : Término do Contrato = 08.05.08 (fl. 2) Ok da Prore = 19.05.08 Ok da Redir = 17.06.08 (fl. 62) Aviso div. DOU/137 = 18.07.08 (fl. 120) Entrega do edital = 21.07.08 Entrega propostas = 20.08.08 Habil.div DOU/200 = 15.10.08 (fl. 558) Contrato Celebrado = 01.04.09 (fls. 1.186 a 1.196) I) Ausência do termo de encerramento no volume VI do processo.

Recomendação:

1161.1 - Recomendamos à Sureg/PB orientar, formalmente, as áreas responsáveis pela abertura, formalização, instrução e acompanhamento dos processos administrativos, sobre a necessidade de cumprimento da Norma da Organização, título 60.204 - Sistema de Administração – Padronização dos Serviços de Documentação – aprovado na REDIR n.º 957 em 20.7.2010, de forma a evitar duplicidade / triplicidade de documentos, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin.

Tratamento das Recomendações:

de otto.carvalho em 19/01/2012 como Pendente

Por meio da CI SUREG/PB n° 0181, de 18/01/2012, foi orientado todas as gerências e setores da Sureg, ao fiel cumprimento das Norma da Organização, título 60.204 - Sistema de Administração – Padronização dos Serviços de Documentação, conforme anexo.

de jose.santiago em 30/01/2012 como Solucionado

Parabéns, atendido na íntegra a recomendação exarada.

Recomendação:

1161.2 - Recomendamos à Sureg/PB, mesmo que extemporaneamente, providenciar a correção no preâmbulo do contrato de prestação de serviços advocatícios, relativo à Tomada de Preços n.º 001/2008, referente ao Processo n.º 021.0167/2008 (fls. 1.186 a 1.196), bem como a identificação e assinatura das testemunhas instrumentárias, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin.

Tratamento das Recomendações:

de otto.carvalho em 24/01/2012 como Pendente

O preâmbulo já foi corrigido e as testemunhas já assinaram o referido contrato. Estamos aguardando o retorno do então superintendente regional, que está em gozo de férias, para rubricar a página que sofreu a correção, e após colher as demais rubricas.

de jose.santiago em 30/01/2012 como Pendente

Ficamos no aguardo da conclusão da recomendação, lembrando da necessidade de envio das providências via malote ou então de forma mais simplificada com o envio das providências digitalizadas/escaneadas, face serem poucas as folhas que necessitam dessas providências.

Recomendação:

1161.3 - Recomendamos à Sureg/PB orientar, formalmente, a área responsável pelas licitações e contratos para planejar as contratações com antecedência necessária para o desencadeamento dos editais e demais etapas, de modo que a prestação de serviços dos contratos vincendos não sofram processo de descontinuidade, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin.

Tratamento das Recomendações:

de otto.carvalho em 19/01/2012 como Pendente

O vencimento dos contratos são acompanhados por relatórios emitidos pelo SISCOT. O processo para nova contratação se inicia com 90 dias de antecedência do vencimento do contrato em vigor.

de em 30/01/2012 como Pendente

Necessitamos que esse procedimento seja formalizado à área competente, até como forma de

treinamento ou mesmo de rememorar, a exemplo do ocorrido com os procedimentos relativos à contratação e vencimento dos serviços advocatícios prestados por empresa terceirizada.

Recomendação:

1161.4 - Recomendamos à Sureg/PB comprovar, conforme orientações do TCU e Instrução Normativa n.º 02/2008 do MPOG, a efetiva execução da pesquisa de preços elaborada à época, para servir de parâmetro à divulgação do Edital de Licitações, relativo à Tomada de Preços n.º 001/2008, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin.

Tratamento das Recomendações:

de otto.carvalho em 24/01/2012 como Pendente

O parâmetro para a Tomada de Preços nº 001/2008 foi tomado com base no preço do contrato em vigor na época, com uma redução de R\$ 12.218,00, que corresponde a 28,94%, para a mesma quantidade de ações.

de em 30/01/2012 como Pendente

Independente do contrato anterior, a cada nova contratação a pesquisa conforme determina os órgãos de controle externo, tem que ser efetuada, até para que se possa balizar a evolução dos preços praticados. Sem querer fazer qualquer ilação ao contrato anterior, se supormos que ele foi precedido por algum vício relacionado aos preços praticados à época, eles continuariam incrustados nos parâmetros da nova contratação. Sugiro contatar o Prore visto que em contato telefônico este afirmou que respectivas pesquisas foram efetuadas.

Recomendação:

1161.5 - Recomendamos à Sureg/PB justificar as causas que motivaram o acatamento das alegações elencadas pelo Parecer Sureg/Proge/Prore/PB n.º GG 0032/2008, de 7.5.2008 (fls. 449 a 453 - Processo n.º 0171/2003), bem como os motivos que levaram a autorização da prorrogação do contrato de prestação de serviços advocatícios, objeto do Processo n.º 0171/2003, sem a anuência da autoridade competente, no caso a Diretoria Colegiada, conforme despacho Sureg/PB, de 8.5.2008 (fl. 454 – Processo n.º 0171/2003), encaminhando cópia das providências adotadas à Audin.

Tratamento das Recomendações:

de em 13/01/2012 como Pendente

Conforme informações colhidas junto à PRORE/PB, acerca da recomendação exarada por esta AUDIN, temos a informar que da análise dos documentos contidos e arquivados na SUREG/PB, o presente processo trata de renovação por mais doze meses do Escritório terceirizado Sylvio Torres Filho & Advogados Associados, no ano de 2008. Faz-se necessário, antes de adentrarmos na falha detectada, tecermos algumas considerações acerca do objeto do contrato. No ano de 2008, encerraria o contrato com o escritório de advocacia citado em decorrência de alcançar os 60 (sessenta) meses para contratação de serviços contínuos, conforme dispõe o Art.57, II da Lei nº 8.666/93. Fato este que ensejou a abertura de processo licitatório, modalidade concorrência (técnica e preço), para elaboração de novo contrato com o vencedor do certame. Ocorre que, em decorrência de impugnações e entraves legais naturais em processos licitatórios, a licitação não terminou a tempo de se contratar, o que ocasionaria uma descontinuidade nos serviços. Por esta razão, um mês antes de finalizar definitivamente o contrato com o escritório Sylvio Torres Filho & Advogados Associados, a SUREG/PB e a PRORE/PB mantiveram contato com a DIRAD e PROGE visando encontrar uma solução para o problema, uma vez que a PRORE/PB não tinha a mínima estrutura (equipamentos, livros, pessoal de apoio, etc.) para assumir diretamente o contencioso. Sensíveis à impossibilidade da PRORE/PB receber o contencioso sem riscos de prejuízo à Conab, e tendo em vista que o caso era excepcional e urgente, foi sugerido que se fizesse uso do Art.57, §4º da Lei nº 8.666/93, o que, em virtude da situação enfrentada,

possibilitaria a prorrogação por mais doze meses do contrato vigente, evitando, assim, solução de continuidade dos serviços jurídicos contenciosos. Verbis: "Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses". Neste sentido, foi exarado o PARECER SUREG/PROGE/PRORE/PB Nº GG 032/2008, orientando que a medida seria possível e legal, desde que houvesse a excepcionalidade da medida, justificativa e autorização da autoridade superior. Ocorre que, mesmo a medida sendo legal e possível, conforme demonstrado no referido parecer jurídico, uma vez que o caráter da medida era excepcional e extremamente justificado dada a ausência de estrutura da PRORE/PB, havia a necessidade de autorização da autoridade superior, que no caso era a Diretoria Colegiada. Entretanto, por equívoco, o Superintendente Regional, levando em consideração o valor da contratação, entendeu ser ele a autoridade competente para autorizar a prorrogação e, em despacho, acolheu o parecer e ordenou a prorrogação do contrato. Pelo que jaz apurado, a falha realmente ocorreu. O processo deveria ter passado pela análise e avaliação da Diretoria Colegiada, no que pese toda a decisão ter sido adotada em consonância com as tratativas mantidas com a PROGE e a DIRAD. Assim, tendo em vista que a medida adotada está em conformidade com o ordenamento jurídico pátrio, especificamente com o Art.57, §4º da Lei nº 8.666/93, e por estarem presentes a excepcionalidade da medida e a justificativa para sua adoção, estamos diante de um ato legal que foi adotado por autoridade administrativa incompetente, uma vez que deveria ter se reportado à sua autoridade superior. Neste ínterim, visando resolver o erro detectado, sugerimos que a Diretoria Colegiada convalide o ato do Superintendente Regional da Paraíba, concedendo-lhe a legitimidade que lhe falta. A falha ocorreu, todavia, pode ser corrigida pela convalidação do ato. Nas palavras do Douto Professor Lucas Rocha Furtado, em seu Curso de Direito Administrativo, Editora Fórum, 1ª Edição, 2007, pg.329: "Admitir que atos administrativos possam ser convalidados importa em permitir que as falhas presentes no ato possam ser corrigidas com eficácia retroativa. Isto é, a convalidação opera eficácia ex tunc. Esta é a grande importância da convalidação e a razão que a distingue da simples anulação do primeiro ato e a prática de novo ato. Praticado novo ato, ele somente produziria efeitos deste momento em diante. Convalidado o ato, a convalidação retroage e lhe confere validade desde sua origem", grifo nosso. Feitas estas considerações, reconhecendo a existência da falha, sugerimos que a Diretoria Colegiada convalide o ato adotado pelo Superintendente Regional da Paraíba, conferindo ao mesmo validade desde a sua origem.

Constatação:

1162 - Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de passagem aérea para a Sureg/PB através de Pregão Eletrônico. Após análise dos autos constatou-se a ausência da assinatura do pregoeiro e equipe na Ata de realização do Pregão Eletrônico nº 00009/2010 (fl. 100);

Recomendação:

1162.1 - Recomendamos à Sureg/PB, mesmo que extemporaneamente, colher a assinatura do pregoeiro e equipe, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin.

Tratamento das Recomendações:

de otto.carvalho em 20/01/2012 como Pendente

A Ata já consta as assinaturas da equipe de apoio. Falta a do pregoeiro que se encontra em gozo de férias, que assinará quando retornar.

de jose.santiago em 30/01/2012 como Pendente

Aguardamos a conclusão da resposta à recomendação, lembrando da necessidade das comprovações que podem ser efetuadas via malote ou de forma mais simplificada, utilizando o sistema e remetendo-as digitalizadas/escaneadas.

Constatação:

1163 - Objeto: Contratação de empresa no ramo de Medicina do Trabalho para elaboração de LTCAT/PCMSO/PPRA no âmbito da Sureg/PB. Após análise observou-se o que segue: a) Publicação do Edital n.º 01/2010, no DOU n.º 29, de 11.2.2010 (fl. 143), com 46 dias de atraso em relação ao vencimento do contrato anterior. b) Ata de realização do Pregão Eletrônico n.º 01/2010, de 25.2.2010, indicando a participação de 3 empresas (fls. 186 a 189), na qual verificou-se a ausência da chancela do pregoeiro e demais membros da equipe de apoio. c) Contrato devidamente chancelado pelas partes e testemunhas instrumentárias, em 6.4.2010 (fls. 209 a 219). Todavia, verificou-se que a 1ª folha do citado contrato refere-se a outro processo, com carimbo de “inutilizado”, sem qualquer esclarecimento. d) O contrato anterior ficou descoberto por 3 meses e 10 dias. e) Primeiro termo aditivo ao Contrato Administrativo n.º 04/2010 devidamente chancelado pelas partes e testemunhas instrumentárias (fls. 259 e 260). No entanto, inexiste a data em que efetivamente foi assinado o contrato.

Recomendação:

1163.1 - Recomendamos à Sureg/PB orientar, formalmente, a área responsável pelas licitações e contratos para que proceda ao planejamento de suas contratações com antecedência necessária para o desencadeamento dos editais e demais etapas, de modo que a prestação de serviços dos contratos vincendos não sofram processo de descontinuidade, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin.

Tratamento das Recomendações:**de otto.carvalho em 19/01/2012 como Pendente**

O vencimento dos contratos são acompanhados por relatórios emitidos pelo SISCOT. O processo para nova contratação se inicia com 90 dias de antecedência do vencimento do contrato em vigor. No caso em questão, foi situação atípica, o processo se iniciou com 62 dias de antecedência do vencimento do contrato vigente.

de jose.santiago em 30/01/2012 como Pendente

Como prova de evidência ao atendimento da recomendação, insistimos na necessidade formal dessa orientação, até como forma de treinamento e rememorização dos procedimentos, para evitar como o já relatado caso de atipicidade, demonstrando que a gestão está atenta ao ocorrido e para eximir-se de qualquer questionamento quanto a falta de omissão, caso futuramente aconteça qualquer ocorrência que venha a gerar prejuízos à Companhia, num processo de apuração de responsabilidade.

Recomendação:

1163.2 - Recomendamos à Sureg/PB que, mesmo extemporaneamente, colha as assinaturas do pregoeiro e equipe na Ata de realização do Pregão Eletrônico n.º 01/2010 (fls. 186 a 189) e preencha a data em que o contrato n.º 04/2010 foi assinado (fls. 259 e 260), encaminhando cópia das providências adotadas à Audin.

Tratamento das Recomendações:**de otto.carvalho em 20/01/2012 como Pendente**

A exceção do pregoeiro e de um membro da equipe que estão em gozo de férias, os demais membros já assinaram a Ata, bem como o contrato já foi datado.

de jose.santiago em 30/01/2012 como Pendente

Aguardamos a conclusão de toda a recomendação, lembrando da necessidade da comprovação que poderá ser feita via malote ou via sistema digitalizado/escaneado. Devem ser mandadas as folhas onde haja a falta registrada, ou seja no caso da Ata da realização do pregão, somente a folha onde faltou as devidas assinaturas.

Constatação:

1164 - Objeto: Contratação de Serviços de manutenção corretiva nas instalações físicas do imóvel da Unidade Armazenadora de Patos/PB. Após análise dos autos constatou-se o que segue: a) O edital oficial (fls. 72 a 114) do Aviso de Licitação, publicado no DOU n.º 109, de 10.6.2009 (fl. 116) foi publicado em desacordo com o edital chancelado, uma vez que o item 3 – Da Habilitação, sub item 3.1.10 e item 4 – Da proposta, subitem 4.7 reportam-se a outro Edital Carta Convite. Foi suprimido o anexo VIII que trata do modelo de placa da obra, do item 23 – Dos anexos. Referido inciso constava no modelo do edital chancelado e no edital oficial preenchido (fls. 18, 19, 48, 84, 85 e 114). b) A Carta Convite n.º 02/2009 foi publicada no DOU n.º 116, de 22.6.2009, na qual consignou-se que o vencedor do certame foi a empresa Hidroterra Construtora Ltda, no valor de R\$ 47.008,74. Contudo, a empresa vencedora foi a Construtora KL Empreendimentos Ltda, cuja proposta foi de R\$30.750,00. O mesmo erro foi cometido ao publicar no DOU, do mesmo dia, que a Construtora KL Empreendimentos Ltda foi a vencedora da Carta Convite n.º 01/2009. c) Não foi mencionado a que carta convite refere-se o Extrato de Contrato n.º 07, publicado no DOU n.º 140, de 24.7.2009. d) O preâmbulo do Parecer Sureg/Proge/Prore n.º GG 144/2009, de 21.12.09, especificamente no item assunto, faz menção a execução das obras de recuperação das instalações físicas da edificação de propriedade da Conab – Sureg/PB, na cidade de Sousa, quando os autos referem-se a manutenção nas instalações da UA Patos (fls. 569 a 573). e) O Termo de Aditivo do contrato n.º 002/2009, firmado entre a Conab e Construtora KL Empreendimentos Ltda, de 23.12.2009, foi devidamente chancelado pelas partes e testemunhas instrumentárias e teve como objetivo o acréscimo de 49,25% ao valor anual estimado (fls. 574 e 575). Referido aditivo relaciona-se ao Contrato n.º 002/2009, mas o dos serviços prestados, conforme consignado no Extrato de Contrato publicado no DOU de nº 140, de 24.7.2009 refere-se ao de nº 07/2009 (folha 495). f) Não foi mencionado a que carta convite refere-se o Extrato de Termo Aditivo n.º 02/2009, publicado no DOU n.º 5, de 8.1.2010 (fl. 577). g) A medição final e a entrega da obra foram atestados pelo Gefad (fls. 579 e 580, caracterizando a não segregação de função, conforme GP n.º 006, de 14.1.2010, no valor de R\$ 13.379,41, NFS n.º 000074, de 13.1.2010, a crédito da contratada. Sobre esse assunto, cabe registrar que a segregação de função deve ser observada nos diversos setores da Reginal, em especial no de emissão de Guias de Pagamento – GPs, conforme preconiza a CI Difin n.º 079 de 5.5.11 e conforme disposto na IN SFC/CGU n.º 01 de 6.4.2001. h) Não se localizou, nos autos, o Ato de Superintendência que nomeou o fiscal do contrato.

Recomendação:

1164.1 - Recomendamos à Sureg/PB adequar/corrigir as Cartas Convites n.ºs 1/2009 e 2/2009 aos seus respectivos editais/avisos, compatibilizando as empresas que efetivamente foram consagradas vencedoras com as respectivas propostas, bem como as respectivas publicações, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin.

Tratamento das Recomendações:

de otto.carvalho em 24/01/2012 como Pendente

Achamos desnecessário tal adequação/correção, visto que, os processos estão encerrados. Outrossim, o equívoco ocorreu apenas na publicação do número da Carta Convite. Os Contratos assinados constam os respectivos números corretos. No entanto, esta superintendência tomará os cuidados necessários para que fato dessa natureza não mais ocorra.

Recomendação:

1164.2 - Recomendamos à Sureg/PB adequar o Parecer Sureg/Proge/Prore n.º GG 144/2009, de 21.12.09, à Unidade Armazenadora de Patos, a que se refere o Processo n.º 21221.000077/2009-00, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin.

Tratamento das Recomendações:

de otto.carvalho em 24/01/2012 como Pendente

Já providenciamos a correção, conforme anexo.

de jose.santiago em 30/01/2012 como Solucionado

Resposta oferecida atende na íntegra a recomendação solicitada.

Recomendação:

1164.3 - Recomendamos à Sureg/PB orientar, formalmente, os gestores, sobre a segregação de funções, evitando atestarem a execução de obras e prestações de serviços dentre outros, de responsabilidade do fiscal do contrato, sob pena de responsabilidade caso ocorra alguma impropriedade que gere prejuízos financeiros à Companhia, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin.

Tratamento das Recomendações:**de otto.carvalho em 24/01/2012 como Pendente**

Estamos aguardando o retorno das férias de alguns fiscais de contratos para promovermos reunião, com vistas a orienta-los sobre as responsabilidades previstas na legislação.

de jose.santiago em 30/01/2012 como Pendente

Aguardamos conclusão das respostas, lembrando da necessidade da formalização nos moldes da oferecida na recomendação 1159.3 e ou CI Sureg/PBn.º 0181 de 18.01.2012, remetendo as providências via malote ou de forma mais rápida e simplificada via sistema de forma digitalizada/escaneada.

Recomendação:

1164.4 - Recomendamos à Sureg/PB que providencie, se for o caso, ato de superintendência, nomeando o fiscal do contrato, em conformidade com o disposto na Lei n.º 8.666/93; CI Circular Proge e Dirad n.º 053 de 2.2.2011e CI Circular Dirad n.º 036/11 de 28.4.2011, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin.

Tratamento das Recomendações:**de otto.carvalho em 24/01/2012 como Pendente**

Tendo em vista que o processo está encerrado, e o objeto foi concluído, consideramos prejudicado nomear Fiscal de contrato. No entanto, ressalte-se que toda a execução, acompanhamento e fiscalização da prestação de serviço foi realizada pelo responsável técnico em engenharia desta superintendência - Valdizete Aragão de Almeida, conforme se verifica nos autos.

Constatação:

1165 - Objeto: Projeto orçamentário para instalação por acesso a Rede Mundial Internet nas Unidades Armazenadores de Monteiro e Patos, vinculados à Sureg/PB. Da análise dos autos tem-se a observar o que segue: a) As quatro propostas para pesquisas de preços (fls. 20 a 28) foram solicitadas de diversas formas (3 via e-mail e 1 através de carta). Das encaminhadas via e-mail somente a proposta da empresa CPNet trouxe o anexo chancelado. As demais, incluindo a carta, não trouxeram chancelas no seu corpo. b) A NF de serviços n.º 000880 (GP n.º 619/2010, de 13.5.10, no valor de R\$ 484,57) foi atestada pelo gerente da UA Monteiro (fls.160 e 161);

Recomendação:

1165.1 - Recomendamos à Sureg/PB, com base na legalidade e transparência, que as próximas pesquisas de preços sejam chanceladas e contenham prazo de validade, e, que nas propostas recebidas seja identificado o nome da empresa, principalmente naquelas recebidas eletronicamente.

Tratamento das Recomendações:

de otto.carvalho em 24/01/2012 como Pendente

Orientamos a equipe responsável, para o cumprimento de tal recomendação.

de jose.santiago em 30/01/2012 como Pendente

Considerando o aspecto da evidência / materialidade que permeiam nossos trabalhos de auditoria e para que haja suporte e consonância com a recomendação demandada, necessário se faz que essas orientações se façam de maneira formal aos responsáveis pelo desencadeamento do procedimento licitatório (Pregoeiros, Equipe nomeada, CPL, etc...)

Constatação:

1166 - 8.1 – Contratos - Incompatibilidade de dados e informações entre Sureg x Gecot x Siafi. As informações relativas aos contratos celebrados no âmbito de toda a Companhia são inseridas, pelas Superintendências Regionais e Matriz, no Sistema de Gestão de Contratos – Siscot. Por outro lado, tais informações devem constar, também, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi. Todavia, ao consultar o “Relatório de Contratos Administrativos e Cessões de Uso de Bens Imóveis” verificou-se que os dados relativos aos contratos efetuados pela Sureg/PB e compilados pela Supad/Gecot, não guardam consonância com os dados registrados no Siafi, demonstrando deficiência no controle de tais informações. 8.2 – Registro da modalidade de licitações no sistema Siafi. Verificou-se que as contas de controles dos empenhos por modalidade de licitação (grupo de contas 1.9.2.4.1.02.00) constantes no sistema Siafi, em alguns casos, não guardam consonância com a efetiva modalidade de aquisição de bens e serviços, previstas na Lei n.º 8.666/93, contratados pela Sureg/PB.

Recomendação:

1166.1 - Recomendamos à Sureg/PB, interagir, formalmente, com a Supad/Gecot na Matriz, de modo a identificar as divergências existentes entre os sistemas Siscot e Siafi, adotando as providências necessárias para regularização. Ademais, solicita-se que haja uma maior interação entre a Sureg/PB e a Supad/Gecot, de modo a promover ações de “feedback” que continuamente retroalimentem todo esse sistema de informações, conforme consignado na Ata da Centésima Septuagésima Sexta reunião ordinária do conselho Fiscal - Item 8.2 – Assuntos Diversos, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin.

Tratamento das Recomendações:**de otto.carvalho em 24/01/2012 como Pendente**

Informamos que o SISCOT é alimentado por técnico lotado no Seade/Gefad. No entanto, estaremos adotando medidas no sentido de descentralizar a alimentação aos respectivos Fiscais de Contratos.

de jose.santiago em 30/01/2012 como Pendente

Considerando o aspecto da evidência / materialidade que permeiam nossos trabalhos de auditoria e para que haja suporte e consonância com a recomendação demandada, necessário se faz que essas orientações ocorram formalmente e sejam remetidas à esta Audin nas formas já informadas.

Recomendação:

1166.2 - Recomendamos à Sureg/PB, formalizar procedimentos junto à Gefad/Secof, para que os empenhos sejam registrados na modalidade de licitação compatível com as aquisições de bens e serviços, notadamente nos casos de contratações diretas (dispensa e inexigibilidade). Para tanto, recomenda-se que a modalidade de licitação seja indicada, pela área responsável pela aquisição, na Guia de Pagamento – GP que é remetida ao Secof para empenho e pagamento, encaminhando cópia das providências adotadas à Audin.

Tratamento das Recomendações:**de otto.carvalho em 24/01/2012 como Pendente**

Informamos que esse procedimento já é adotado. No entanto, com vistas a otimizar o procedimento de contabilização, o SECOF emitiu Comunicação Interna orientando as áreas da regional acerca das modalidades de licitação e do correto preenchimento da GP.

de jose.santiago em 30/01/2012 como Pendente

Considerando o aspecto da evidência / materialidade que permeiam nossos trabalhos de auditoria e para que haja suporte e consonância com a recomendação demandada, necessário se faz que essas orientações se façam de maneira formal, assim solicitamos o envio dessas providências (Comunicação Interna, Despachos, E-mail, etc....) a essa Audin numa das diversas formas já orientadas anteriormente (malote ou via sistema)